

Variedades textuais à luz da Linguística de Texto

Análise de três casos

Jorge Miguel Ferrão Palinhos



Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2005

Variedades textuais à luz da Linguística de Texto

Análise de três casos

Jorge Miguel Ferrão Palinhos

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA

N.º 93498
Data 2007 / 04 / 20

FUNDO GERAL

FLUP-BIBLIOTECA ()



904054

043 M
P189 ✓
ex. 2

Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Terminologia e Tradução
sob a orientação da prof.^a Dr.^a Belinda Maia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Outubro de 2005

Agradecimentos

Pelo apoio, paciência infinita e conselhos:

Ao prof. Dr. António Franco, à prof. Dr.^a Belinda Maia, à prof. Dr.^a Inês Amorim e aos restantes professores do mestrado de Terminologia e Tradução.

Aos colegas de mestrado, especialmente à Sílvia Casais.

Ao dr. José Matias Alves, à Maria João Leite e à Maria David Castro.

Ao Fabiano, ao Nuno, ao Luciano, ao Alexandre, ao Manuel, à Aida, à Patrícia, ao Celestino e à Júlia.

À Isabel.

Aos meus pais e a toda a minha família.

Resumo

Sabendo-se que tanto a área da terminologia como da tradução têm o texto como seu ponto de partida, e conhecendo-se a infinita variedade de textos possível e o impacto que esta variedade pode ter na interpretação do texto, sentiu-se a necessidade de melhor conhecer e interpretar o fenómeno da textualidade. Para tal, tomaram-se os critérios de textualidade da Linguística de Texto avançados por Robert de Beaugrande e Wolfgang Dressler: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade; juntamente com outros mecanismos que se entenderam poderem complementar estes critérios, como as macro-estruturas de Teun van Dijk ou os actos ilocutários de John Searle, e procedeu-se à sua aplicação a três textos portugueses, de temática histórico-militar, mas claramente separados por formatos e públicos-alvo, de forma a compreender em que medida tais critérios permitiam identificar as especificidades de cada texto, nomeadamente o tipo de opções textuais feitas para cada um e os motivos e condicionalismos subjacentes a essas opções.

A partir deste estudo, elaborou-se um quadro comparativo com as principais características de cada obra e verificou-se que sob cada critério existe um conjunto de aspectos específicos condicionados por factores intra e extratextuais, que permitem compreender de que modo, apesar da temática próxima, cada um dos textos analisados difere dos outros e porquê.

Palavras-chave: Análise Textual, Discurso, Género de Discurso, Linguística de Texto, Texto, Tipo de Texto

Abstract

The labour of both terminology and translation must begin with the text so that each of these areas may reach their defined purposes. The infinite variety of possible texts and the impact such variety may have in the process of text comprehension imply the need to better understand the phenomena of textuality.

Therefore, through the use of the seven standards of textuality proposed by Robert de Beaugrande and Wolfgang Dressler: cohesion, coherence, intentionality, acceptability, informativity, situationality and intertextuality; complemented with other relevant textual mechanisms, such as Teun van Dijk's macrostructures and John Searle's speech acts, we tried to understand how this standards could help identify the specific characteristics of each text, namely what textual choices were made and the reason of these choices, by applying them to three portuguese books concerning castles, but aimed at different audiences and with different presentations.

Based on this analysis, a comparative diagram was elaborated showing the main characteristics of each text and therefore confirming that under each standard were a wide range of specific aspects determined by textual and non-textual elements, which allow us to understand the differences between each text and the reasons of such differences.

Keywords: Text analysis, Discourse, Discourse Genre, Text Linguistics, Text, Text Type

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Índice de quadros	viii
1. Introdução	1
2. Princípios e metodologia	4
2.1 Princípios	4
2.2 Metodologia	7
3. Critérios textuais	9
3.1 Coesão	9
3.2 Coerência	13
3.2.1 Macro-estruturas	18
3.2.2 Superestruturas	20
3.3 Intencionalidade	21
3.3.1 Actos de Fala	23
3.4 Aceitabilidade	27
3.5 Informatividade	29
3.6 Situacionalidade	32
3.7 Intertextualidade	33
3.7.1 Tipos de texto e géneros de discurso	34
4. Análise textual	39
4.1 Princípios de análise	39
4.2 Análise de <i>Os Primeiros Reis</i>	42
4.2.1 Coesão	43
4.2.2. Coerência	54
4.2.2.1 Macro-estrutura	59
4.2.2.2 Superestrutura	60

4.2.3. Intencionalidade	63
4.2.3.1 Actos de Fala	65
4.2.4. Aceitabilidade	66
4.2.5. Informatividade	69
4.2.6. Situacionalidade	74
4.2.7. Intertextualidade	77
4.3 Análise de <i>Os Mais Belos Castelos de Portugal</i>	81
4.3.1 Coesão	82
4.3.2. Coerência	88
4.3.2.1 Macro-estrutura	93
4.3.2.2 Superestrutura	95
4.3.3 Intencionalidade	97
4.3.3.1 Actos de Fala	99
4.3.4. Aceitabilidade	100
4.3.5. Informatividade	103
4.3.6. Situacionalidade	106
4.3.7. Intertextualidade	109
4.4 Análise de <i>O Castelo Estratégico Português...</i>	113
4.4.1. Coesão	113
4.4.2. Coerência	117
4.4.2.1 Macro-estrutura	120
4.4.2.2 Superestrutura	122
4.4.3. Intencionalidade	125
4.4.3.1 Actos de Fala	126
4.4.4. Aceitabilidade	128
4.4.5. Informatividade	129
4.4.6. Situacionalidade	132
4.4.7. Intertextualidade	136
4.5 Síntese esquemática das análises	140
5. Conclusões	144
Bibliografia	152
Anexos	163

Índice de Quadros

Quadro 1 – Textura	10
Quadro 2 – Tipos de Actos Ilocutórios	25
Quadro 3 – Síntese esquemática das principais diferenças entre os textos em análise	140

1. Introdução

No âmbito do mestrado em Terminologia e Tradução pude contactar e aperceber-me da importância do estudo dos instrumentos, conceitos e métodos da Linguística de Texto para aqueles dois campos. Mesmo que a primeira disciplina se ocupe da definição exacta e da precisão de termos específicos de dada área científica, como o seu próprio nome indica, e a tradução seja frequente e erroneamente associada ao simples conhecimento de línguas e uso do dicionário, ambas têm o estudo do texto como componente essencial do seu trabalho. A terminologia recorre cada vez mais a *corpora* reais, trabalhados por meios electrónicos, como fontes, o que revela a necessidade de os termos serem estudados nos seus contextos e descritos tendo estes em conta. A tradução lida directamente com contextos e o seu labor exige a interpretação de textos com vista à sua recriação, pelo que os conhecimentos das línguas de partida e de chegada e a operacionalidade de recursos lexicográficos e terminológicos, se bem que indubitavelmente importantes, constituem factores secundários em relação à primazia daquela interpretação textual.

Esta tomada de consciência, juntamente com a percepção de que há entre nós, pelo menos fora do âmbito dos estudos literários, alguma falta de reconhecimento da importância do estudo do texto como entidade portadora de significado, levou-me a desejar aprofundar os conhecimentos relacionados com o estudo do “texto” e a explorar métodos de interpretar o seu conteúdo e de registar a relação deste com a sua apresentação.

Se é claro que a produção e recepção de um texto são condicionadas pelas competências linguísticas do emissor e do receptor e pelo conteúdo da mensagem a veicular, já não é tão óbvia a maneira como esse conteúdo condiciona a estrutura do texto, a relação do que é dito no texto com o que se pretendeu dizer ou o que é na realidade apreendido pelo destinatário, o modo como a informação textual é articulada dentro do todo

que é o texto, as estratégias que o locutor pode empregar para captar a atenção do interlocutário e o tipo de relações que se podem estabelecer entre vários textos.

Este último ponto é de especial relevo para os meus objectivos, na medida em que me interessa perceber que semelhanças e diferenças é possível reconhecer entre dois ou mais textos unidos por temáticas comuns. Tomando textos cientificamente classificados por temas¹, rapidamente podemos observar uma grande variedade de discursos. Esta diversidade pode ser explicada por públicos, objectivos e perspectivas diferentes do tema em causa, e pareceu-me de grande relevo indagar até que ponto estes factores podem ter impacto na estrutura textual.

Não se põe aqui em causa a influência do conteúdo na forma textual, na medida que esse impacto é mais do que evidente, mas trata-se sim de compreender melhor as condicionantes que factores extra-textuais impõem ao fenómeno textual.

Entre as várias perspectivas teóricas possíveis para o trabalho em questão, optei por recorrer à Linguística de Texto. Esta escolha permite-me analisar os textos de forma multidimensional, sem pôr a tónica em aspectos específicos, como as estruturas sintácticas e argumentativas ou as condicionantes sócio-psicológicas, como seria o caso se recorresse à Linguística Gerativa, à Retórica ou à Análise do Discurso, ou sem me restringir a factores puramente textuais, como era o caso se recorresse à Linguística Sistémico-Funcional.

A designação “Linguística de Texto” não se resume a uma teoria específica, mas abrange qualquer método dedicado ao estudo dos fenómenos textuais no seu todo. Localizando os seus princípios remotos na Retórica aristotélica (Beaugrande/Dressler, 1981: 15), mas bebendo também na Estilística, a Linguística de Texto recente teve a sua origem próxima na Gramática de Texto, uma tentativa de aplicar os princípios generativistas ao estudo dos textos. A tentativa de identificar universais linguísticos no texto revelou-se largamente infrutífera, sendo as estruturas identificadas inoperacionais para qualificar um texto como “gramatical” ou “bem construído” ou mesmo para distinguir um texto de um não-texto (*op. cit.* 1981: 25).

Um método de identificar a ideia original subjacente a um texto, as macroestruturas, foi concebido por van Dijk (1980), um dos participantes deste movimento de reabilitação do estudo do texto como unidade linguística, e em investigações subsequentes verificou-se que a apreensão da ideia fundamental de um texto era não só fruto

¹ Como a Classificação Decimal Universal, por exemplo.

da própria ocorrência comunicativa mas também de estruturas mentais pré-existentes no alocutário relacionadas com a percepção da realidade.

Estas descobertas criaram a necessidade de uma análise do discurso, mais virada para a conversação e para a identificação das suas componentes psicológico-sociais, e de uma Linguística de Texto propriamente dita, centrada nos textos escritos e dedicada ao estudo dos diversos factores que contribuem para a textualidade dos fenómenos comunicativos.

Dentro da Linguística de Texto, optei por recorrer à obra *Introduction to Text Linguistics* (1981), de Robert de Beaugrande e Wolfgang Dressler, como principal fundamento do meu trabalho, embora não deixando de complementar os princípios expostos por estes com o recurso a obras de outros autores, como o já referido van Dijk² e ainda John Searle³.

A escolha de Beaugrande/Dressler (1981) deveu-se à caracterização/descrição que fazem dos critérios de textualidade, isto é, dos factores que determinam a textualidade de um fenómeno comunicativo. No entender destes autores os critérios são sete: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e inter-textualidade, e abrangem um conjunto de factores sintácticos, semânticos, pragmáticos e cognitivos.

Baseado no seu estudo, debrucei-me na análise de três textos de natureza escrita, de algum fôlego, a fim de verificar da aplicabilidade destes critérios ao Português – visto que a sua utilização noutras línguas está indubitavelmente comprovada – e aferir o seu impacto nas variedades discursivas possíveis dentro de um dado campo temático.

O objectivo final, que julgo poder concretizar, é tanto a validação da aplicabilidade destes critérios textuais ao português, através da confirmação das ocorrências comunicativas analisadas como verdadeiros textos, como a identificação das suas características distintivas que as confirmam como textos diferenciados pela forma e pela intenção, mesmo que tematicamente próximos.

² Nomeadamente as obras *Macrostructures* (1980) e *Text and Context* (1977).

³ Em relação a Searle, sobretudo a obra *Speech Acts* (1969).

2. Princípios e Metodologia

2.1 Princípios

O estudo do texto tem duas dimensões: por um lado, não dispensa a definição (ou pelo menos tentativa de definição) de texto e um enquadramento teórico correspondente; por outro, esse estudo implica a criação de um sistema de análise textual.

Dentro do objectivo proposto, impunha-se uma teoria virada para o discurso, isto é, para textos reais inseridos no seu contexto pragmático. Ou, nas palavras de Faria (1989: 134)⁴, para o texto como *objecto materializado numa dada língua natural, produzido numa situação concreta e pressupondo os participantes locutor e alocutário, fabricado pelo locutor por selecção sobre tudo o que, nessa situação concreta, é dizível para (e por) esse locutor a um determinado alocutário*⁵.

A opção por esta definição de texto não exclui a validade de outras perspectivas; simplesmente, se tomarmos o texto como uma ocorrência comunicativa teremos de aceitar que este é um texto real, que serve para a transmissão de informação entre duas entidades comunicantes. Logo, textos artificialmente construídos são automaticamente invalidados como não-textos, visto que não têm funções comunicativas.

A fundamentação comunicativa do texto implica também outros factores associados. A necessidade de comunicação pressupõe a existência de um desequilíbrio de informação entre os participantes do acto comunicativo. Esse desequilíbrio nunca

⁴ Ao longo deste trabalho recorri às duas últimas edições desta obra (de 1989 e de 2003) porque a primeira apresenta um conjunto de observações e considerações a propósito da textualidade que me parecem de grande pertinência e que, infelizmente, já não se encontram na edição posterior, eliminadas em favor de outras abordagens linguísticas.

⁵ Com a adopção desta definição não pretendo negar a textualidade de ocorrências comunicativas como diários individuais e outros tipos de comunicação em que não existe locutor e alocutário (ou que estes sejam a mesma pessoa, como é o caso do diário íntimo) ou que recorra a linguagem não-natural. Simplesmente, esses são textos que normalmente se encontram fora do âmbito do padrão convencional do fenómeno comunicativo.

poderá ser formal, pois ambos os participantes do acto comunicativo têm de estar adequadamente equipados com ferramentas comunicativas – sejam estas físicas, mentais, cognitivas ou outras – para poderem comunicar. Logo esta comunicação é feita fundamentalmente ao nível do conteúdo.

Por outro lado, é necessário compreender também as causas relacionadas com a necessidade de comunicação, ou melhor, com o que tornou a comunicação possível, necessária e aceitável; e compreender ainda a relação que os intervenientes mantêm em relação a essa mesma comunicação: quais as intenções que têm em relação à comunicação, até que ponto aceitam ou rejeitam a informação veiculada, qual a relevância que dão à informação que transmitem e recebem, etc.

Nesta perspectiva, teorias orientadas para os aspectos morfológicos ou fonológicos da língua parecem inadequadas. Do mesmo modo, a Linguística Gerativa também não se adapta aos objectivos pretendidos.

A única hipótese a admitir seria uma abordagem funcionalista, na medida em que esta se orienta para o estudo da linguagem real, especialmente nos campos da Análise de Discurso e da Linguística de Texto.

A *Discourse Analysis*, concentrando-se no discurso falado e no estudo da conversação, da tomada de vez, das relações interpessoais e dos aspectos psicolinguísticos, afigura-se de grande relevo para o estudo da oralidade; no entanto, pretendo concentrar-me no fenómeno textual em termos globais, nos parâmetros daquilo que lhe confere textualidade e, nomeadamente, no âmbito escrito. Por isso, optei por recorrer à Linguística de Texto, e mais especificamente aos critérios de textualidade de Beaugrande/Dressler (1981) para me debruçar sobre as diversas vertentes definidoras de um texto.

A partir deste ponto, impunha-se a necessidade de, por um lado, determinar as características que conferem a qualidade textual a um texto, por outro, construir uma metodologia de análise que permitisse estudar textos reais e identificar as suas especificidades. O objectivo deste procedimento será validar os critérios textuais, na medida em que possibilitem o reconhecimento da textualidade dos enunciados em questão, e identificar o contributo de cada critério para determinar as variedades textuais possíveis.

Por variedades textuais entendo aqui as diferentes características estruturais identificáveis entre dois ou mais enunciados, independentemente do seu conteúdo ou mesmo entre textos que versam o mesmo assunto, e a partir de que ponto essas singula-

ridades se tornam padronizadas, de modo a originarem categorias de discursos facilmente reconhecíveis.

Deste modo parece apropriada uma delimitação temática dos textos-alvo, a fim de mais facilmente pormenorizar os factores textuais e não-textuais que influenciam a construção do enunciado ou mesmo o conteúdo em si.

No entanto, coloca-se o problema de seleccionar os textos objecto de análise, de forma a garantir à partida a proximidade temática e ao mesmo tempo a diversidade tipológica dos textos.

Gläser (1995: 141) sugere que uma classificação textual é baseada na experiência quotidiana de um falante nativo da língua e que mesmo não especialistas em linguística são capazes de distinguir, sem reflexão teórica, entre vários géneros textuais. Seguindo este princípio, estabeleci dois requisitos que garantissem que os textos alvo seriam apropriados à tarefa em curso. O primeiro é que todos os textos em análise devem conter termos da área da Castelologia Medieval, a fim de garantir uma ligação temática mínima à área. O segundo é que as diferentes obras terão aspectos gráficos diversos e serão destinadas a públicos variados. Deste modo, certamente terão objectivos, organizações e funcionamentos textuais relativamente distantes entre si para proporcionarem amplo campo de análise. A área da Castelologia Medieval foi seleccionada devido à facilidade de acesso a *corpora* e algum conhecimento prévio do tema.

De acordo com estes princípios, selecionei três obras que, com considerável recurso a termos da Castelologia, apresentam substanciais diferenças entre si⁶. Foram elas: *Os Primeiros Reis - História de Portugal*, de José Mattoso, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, de 1993, publicada pela Editorial Caminho; *Os Mais Belos Castelos de Portugal*, de Júlio Gil, publicada em 1986 pela Editorial Verbo; e *O Castelo Estratégico Português e A Estratégia do Castelo em Portugal*, de António Lopes Pires Nunes, publicada em 1988 pela Direcção do Serviço Histórico Militar.

⁶ As obras serão analisadas no capítulo 4.

2.2 Metodologia

A primeira questão que se coloca é como definir uma metodologia de análise adequada que permita compreender o funcionamento interno do texto, os seus objectivos e as ligações entre ambos.

Partindo das considerações já expostas e pretendendo uma teoria textual que permitisse descrever ou explicar as características comuns e as distinções entre textos (Beaugrande/Dressler 1981: 3), parece-me necessário estabelecer uma série de critérios textuais – isto é, parâmetros definidores de “textualidade” e identificar as várias dimensões que permitem ao alocutário identificar um dado evento comunicativo como um texto e, ao mesmo tempo, diferenciá-lo de outros possíveis textos.

Optei, por isso, pela utilização do princípio, enunciado em Beaugrande/Dressler (1981: 3), segundo o qual um texto é uma ocorrência linguística que obedece aos sete critérios de textualidade já referidos atrás e que neste ponto se recordam: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade (*idem*, 1981: 3).

Estes sete critérios, como adiante pretendo demonstrar, representam uma tentativa de pormenorização sistemática e concreta das condições textuais contidas na definição de texto de Faria⁷ (*In Mateus et al.*, 1989: 134) atrás referida, podendo identificar-se de forma muito genérica a coesão e coerência com o “fabricado pelo locutor”, a intencionalidade e situacionalidade como o texto “produzido numa situação concreta” e a aceitabilidade com o “dizível a um alocutário”.

Parece-me consensual a caracterização de um texto como objecto *linguístico*, embora tal não implique que haja uma restrição a esse universo, pois pode haver um

⁷ Embora esta definição seja posterior à obra de Beaugrande/Dressler e resultante da leitura e ensinamentos desta.

conjunto de sinais iconográficos – como esquemas, diagramas, ilustrações, símbolos, etc. - que o enriquecem ou lhe alteram o sentido⁸. Por outras palavras, para que um fenómeno comunicativo seja considerado um “texto” é necessário que a principal componente da ocorrência comunicativa seja uma língua natural, sem que contudo se devam/possam ignorar as características não-verbais de um texto, sob pena de se ficar perante uma mensagem deturpada⁹.

Farei em seguida uma tentativa de caracterização breve dos sete critérios de textualidade referidos.

⁸ Um exemplo simples mas revelador são os, muito populares actualmente, *smileys*: pequenos sinais gráficos utilizados na comunicação telemática que acrescentam ou modificam o sentido do texto que acompanham.

⁹ É, por exemplo, essencial na análise do discurso oral ter em conta a entoação e outros aspectos prosódicos do locutor para compreender todas as implicações e *nuances* do seu discurso.

3. Critérios Textuais

3.1 Coesão

A **coesão**, ou conectividade sequencial, é definida por Beaugrande/Dressler (1981: 3 e 49) como a forma como os componentes de superfície do texto, isto é, as palavras, se ligam entre si dentro de uma sequência e são interdependentes segundo formas e convenções gramaticais. Esses componentes de superfície são organizados pelo sistema sintáctico da língua, que proporciona padrões de dependência entre as unidades estruturais de sintagma, oração e frase (1981: 48).

Em relação a este aspecto, é essencial enfatizar a questão da sequencialidade do texto: como comenta Faria (*In* Mateus *et al.*, 1989: 135), as manifestações da linguagem humana estruturam-se   superfície segundo uma concepção unidimensional de tempo, que se apresenta como conjunto de momentos sucessivos, onde o texto mais não é que uma sequência linear de elementos linguísticos com uma dada configuração prosódica. É a necessidade de encadear sequencialmente de forma lógica estes elementos que gera a necessidade de dispositivos de ligação, substituição e retoma, tanto entre formas mais curtas, como frases e orações, como mais extensas, como enunciados parciais ou totais.

Halliday/Hasan (1976: 2-4) vão mais longe e encaram o texto como uma unidade semântica, cujas relações de sentido assentam na coesão, que ocorre sempre que a interpretação de um elemento do discurso está dependente de outro elemento do discurso.

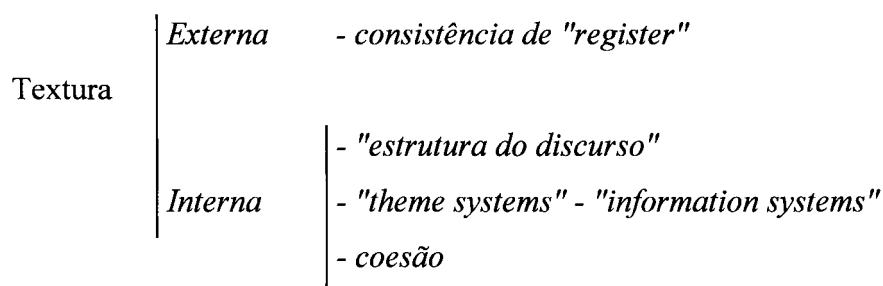
Há, no entanto, uma divergência de fundo. Enquanto Beaugrande/Dressler (1981) distinguem entre a conectividade dos elementos de superfície e a conectividade de conceitos, ou coerência, que abordarei mais à frente, Halliday/Hasan (*ibid.*) e, em Portugal, Fonseca (1993), integram toda a conectividade textual no âmbito da coesão. Como sustenta este último (1993:73-74): “o estudo da coesão visará a caracterização não apenas da 'boa formação' do transfr sico que neste tem lugar, como também, e

sobretudo, a captação dos nexos (explícitos ou implícitos) que percorrem e congregam as informações projectadas; o que está aqui em causa é um complexo de recorrências, de dependências e, sobretudo, de interdependências – traduzidas do facto de que a interpretação de um EN é uma função da interpretação de outros ENs.”

Esta divergência de fundo necessita de algum esclarecimento. Halliday/Hasan (1976: 2) falam da *textura* do texto, que permitiria distinguir um enunciado textual de outro não-textual e se fundamenta no facto de o texto funcionar como uma unidade em relação ao meio em que se insere. Mas esta “unidade textual” é dividida por Halliday/Hasan em duas vertentes: a textura externa e a textura interna.

A primeira assenta nos factores externos que afectam as escolhas linguísticas do falante ou escrevente, factores que estão relacionados com a natureza do destinatário, o meio de comunicação, o objectivo da comunicação, etc. (Halliday/Hasan, 1976: 21).

A segunda diz respeito à organização sequencial intrínseca do texto e à sua sintagmática imanente, manifestando-se em três níveis diferenciados: estrutura do discurso, sistemas temáticos e informacionais e coesão, como se pode observar no seguinte esquema elaborado por Fonseca:



Quadro 1, Textura – In Fonseca (1992: 10)

Também em relação à coesão, Fonseca (1992: 76) identifica três níveis sintagmáticos: micro-sintagmática, meso-sintagmática e macro-sintagmática.

A primeira aborda a coesão estrutural ao nível do sintagma, radicando a sua construção no centro deste (como o substantivo no sintagma nominal e o verbo no sintagma verbal).

A segunda trabalha a coesão lexical a nível de enunciados e é “desenhada na base da *colocação*, da *associação*, da *participação*, da *hiperonímia/hiponímia*, da *sinonímia* e da *antonímia*, da *retoma* ou *reiteração* de *designados* (em suma, laços

estabelecidos entre itens (*sic*) lexicais na base da co-referência e da cross-referência)” (*ibid.*).

Quanto à terceira, Fonseca reconhece que esta não comporta “uma *dimensão construcional* no sentido que, rigorosamente, cabe a construção” (*ibidem*). Para o linguista, tal nível deve ser trabalhado na perspectiva da macro-estrutura textual, que define o género ou tipo a que o texto pertence - desde narrativa ou lírica até conversas e correspondência comercial.

Se compararmos estas posições de Halliday/Hasan e Fonseca não podemos deixar de identificar algumas diferenças: quando Halliday/Hasan fazem a distinção entre os factores extra-linguísticos que sustentam a textura externa e os factores linguísticos que servem de base à textura interna, não se deve, pela lógica, pressupor a necessidade de não encarar a unidade do texto de um ponto de vista puramente textual, mas também levar em conta outros elementos que fazem a ligação ao real? Elementos esses que não serão puramente linguísticos e textuais, mas que estão evidentemente associados a elementos do mundo real, tal como são perspectivados pelo locutor e o alocutário?

Contudo, Fonseca identifica a coesão como estando situada no âmbito do sintagmático e, logo, do puramente gramatical. Perante isto, considero necessário estudar à parte a conectividade conceptual, que abrange os elementos que fazem a ligação entre o universo textual e o universo real, incluindo-a, tal como fazem Beaugrande/Dressler, na área da coerência.

Retomando a noção de sequencialidade de elementos, está implícita a necessidade de fazer a gestão desses mesmos elementos, visto que a simples repetição criaria redundância e prejudicaria a eficiência textual, e a omissão seria potencialmente perturbadora da eficácia comunicativa. Por isso, existem dispositivos que permitem a reutilização, modificação e compactação de estruturas e padrões sintácticos, de forma a favorecer a estabilidade e economia do texto.

Estes dispositivos, segundo Beaugrande/Dressler (1981: 49), são a recorrência, onde os elementos textuais são simplesmente repetidos sem alterações; a recorrência parcial, em que os elementos já usados são repetidos, mas sofrendo uma mudança de classe lexical; o paralelismo, em que é reutilizada a mesma estrutura, mas preenchida com conteúdo diferente; a paráfrase, mecanismo inverso do paralelismo, em que o mesmo conteúdo é repetido sob a forma de uma estrutura diferente; as pró-formas, que são apontadores vazios que servem para indicar elementos portadores de conteúdos anteriores, caso em que estaremos perante uma anáfora, ou posteriores, situação de catá-

fora; e a elipse, em que a estrutura e o conteúdo são repetidos com omissão de certos elementos de superfície. É ainda possível estabelecer coesão através de mecanismos gramaticais como o tempo e aspecto verbais, a junção frásica de orações coordenadas ou subordinadas ou mesmo a ordem dos elementos textuais, que podem assinalar a sua importância relativa ou interacção.

Apesar das críticas atrás feitas, Halliday/Hasan (1976: 333-339) apresentam uma classificação dos elementos de coesão que me parece mais completa que a de Beaugrande/Dressler (1981), abrangendo o tipo, a direcção para que apontam na sequência textual e a proximidade do elemento com que estabelecem coesão. Deste modo, Halliday/Hasan consideram que os tipos de coesão gramaticais são a referência, a substituição, a elipse e a conjunção, a que se junta a coesão lexical. Em termos de direcção, identificam a anáfora, que remete para um elemento anterior no texto, e a catáfora, que remete para um elemento posterior no texto. Finalmente, em termos de proximidade, Halliday/Hasan indicam que esta pode ser imediate, encontrando-se os elementos em frases seguidas, mediada, em que um elemento remete para outro elemento em outra frase que remete para ainda outro elemento, e remota não mediada, em que os elementos estão afastados, mas um remete directamente para outro, sem mais intermediários.

Faria (1989: 137-146) procedeu à adaptação para português e à articulação entre estas duas propostas e distingue entre elementos de coesão gramatical (efectuada através de elementos gramaticais) e coesão lexical (efectuada através de elementos lexicais). Entre os primeiros, distingue a junção (a relação lógica que se estabelece entre frases), que pode ser conjuntiva, disjuntiva, contrajuntiva e subordinada; a coesão temporal (que se realiza através da progressão temporal), a referência (introdução de um dado objecto incontroverso e imediatamente identificável pelo alocutário) e co-referência (remissão de um fragmento textual para outro original), que pode ser anafórica, catafórica ou elíptica; na segunda identifica a reiteração (repetição da expressão) e a substituição (a expressão é substituída por sinonímia, antonímia, hiperonímia ou hponímia).

Este é um breve resumo de um campo muito fértil e complexo, mas julgo que os elementos fornecidos serão suficientes e relevantes para a análise do funcionamento do texto.

Passo agora ao segundo critério textual descrito por Beaugrande/Dressler (1981), a coerência.

3.2 Coerência

A **coerência**   entendida como a forma como os componentes do universo textual, ou seja, os conceitos e relações subjacentes   superfície do texto, são mutuamente acessíveis e relevantes. Por outras palavras, são as ligações entre conceitos associados num universo textual. (Beaugrande/Dressler, 1981: 4).

Um conceito é um elemento cognitivo activado no cérebro por uma ocorrência lingu stica¹⁰, pelo que a coerência incidirá sobre a organização textual segundo o ponto de vista cognitivo do alocutário.

A coerência é, portanto, baseada numa continuidade de sentidos, isto é, numa associação de conceitos que criam entre si uma relação no mundo real, relação que   perceptível pelo destinatário do texto.

O conhecimento, tal como é configurado num texto, pode ser decomposto em elementos mais simples, normalmente associados a outros conceitos próximos. Contudo, estes elementos básicos não são totalmente estáveis; pelo contrário, são dependentes da subjectividade e variação semântica da língua, podendo a sua interpretação variar de acordo com o alocutário.

Beaugrande/Dressler (1981: 95) distinguem entre conceitos primários e conceitos secundários, classificando entre os primeiros: objectos, situações, eventos e acções, quando designam, respectivamente, entidades conceptuais de identidade e constituição estável, configurações de objectos mutuamente presentes no seu estado actual, ocorrências modificadoras de situações e eventos desencadeados intencionalmente por um agente. Os conceitos secundários, que normalmente se associam aos conceitos primários, apresentam, segundo os mesmos autores (1981: 95-97), uma grande variedade de tipos, como estado (condição temporária e não característica de uma entidade), agente (entidade que desempenha acções modificando assim situações), entidade afectada

¹⁰ Por conceito, Beaugrande/Dressler entendem *uma configuração de conhecimento que pode ser recuperado ou activada com mais ou menos consistência e unidade* (1981: 85, tradução minha).

(entidade cuja situação foi alterada por um evento ou acção, do qual não é agente ou instrumento), relação (ligação acidental e específica entre indivíduos), atributo (condição típica de uma entidade), local (posição espacial de uma entidade), tempo (posição temporal de uma situação ou evento), movimento (mudança de local), instrumento (objecto não volitivo que abre caminho a um evento), forma (tamanho, contorno, aspecto, etc.), componente (segmento ou parte de uma entidade), contendor (localização de uma entidade dentro de outra) substância (materiais que compõem uma entidade), causa (forma como uma situação ou evento influencia necessariamente as condições de outra situação ou evento), possibilidade (forma como uma situação ou evento cria as condições suficientes mas não necessárias para outra acção ou evento), razão (resposta racional a outro evento anterior), finalidade (evento ou situação que se prevê ser possível após outro evento ou situação), percepção (operações de integração de conhecimento através de órgãos sensoriais por entidades dotadas destes), cognição (armazenamento, organização e utilização de conhecimento por entidades sensoriais), emoção (estado não neutral, de um ponto de vista experi ncial e avaliativo, por parte de uma entidade dotada de sensações), volição (actividade de vontade ou desejo por parte de uma entidade dotada de sensações), reconhecimento (conjugac o bem sucedida de percepções e cognição prévia), comunicação (actividade de exprimir e transmitir cognições por parte de uma entidade sensorial), posse (relação em que uma entidade sensorial se crê proprietária ou controladora de outra), exemplo (membro de uma classe que herda todas as características dessa classe), especificação (relação entre uma superclasse e uma subclasse através da definição das características precisas desta última), quantidade (total de uma unidade de medida), modalidade (conceito de necessidade, probabilidade, possibilidade, permissibilidade, obrigação ou outro), significado (valor simbólico atribuido a uma entidade), valor (atribuição de uma importância a uma entidade em relação a outras entidades), equivalência (igualdade ou correspondência entre entidades), oposição (o oposto de equivalência), etc.¹¹

Entre si, estes conceitos estabelecem relações lógicas, como causalidade, condição, razão, consequência, temporalidade ou associações entre indivíduos e propriedades (Faria *In* Mateus *et al.*, 2003: 147).

¹¹ Beaugrande/Dressler (1981: 97) mencionam, na mesma lista, também a co-referência e a recorrência no sentido em que são comentadas em 3.1 do presente texto. Parecem-me, portanto, conceitos mais relacionados com a superfície textual e, logo, devem ser tratados a propósito da coesão textual.

Como referi atrás, mas julgo importante sublinhar, a interpretação destes conceitos e relações não   objectiva e aut noma, exigindo, pelo contrário, uma continuada interdependência e interacção texto-situação-conhecimento do mundo partilhado pelos falantes, pelo que é fortemente regida pela ordenação cognitiva que os falantes têm do mundo, incluindo crenças, valores e interesses, tanto individuais como sociais (Fonseca, 1993: 192).

No entanto, esta noção da “coerência subjectiva” não invalida que exista um conjunto de condições necessárias para que um texto seja considerado coerente. Segundo Fonseca (1993), essas condições são:

“(i) os ‘objectos’ e o que deles se predique, os factos, os acontecimentos... a manifestar devem congregar-se com os já manifestados e com eles perfazer o universo de discurso **fixado** pela intenção comunicativa global que presidiu ao acto linguístico;

(ii) os ‘objectos’ e o que deles se predique, os factos, os acontecimentos... que vêm preencher, nos termos de (i), o *universo de discurso fixado* pela intenção comunicativa global do locutor devem distribuir-se por sucessivos ENs de molde a que, *cumulativamente*:

 . não dêem lugar, quer entre eles quer em relação aos já manifestados, nem a *tautologia*, nem a *contradição*;

É. Se interconectem na base de uma recíproca *relevância*, ou seja, se dêem mutuamente acesso.”

(Fonseca, 1992: 32, destaques no original)

Fonseca (1993: 41) afirma ainda que   possível reconhecer num texto suficientemente longo conjuntos de enunciados que manifestam globalmente os chamados “t picos” ou “temas”, que nele são desenvolvidos.

Estas unidades ou subunidades internas ao texto transformam-se em complexos de factos, de acontecimentos, de situações que se ligam entre si¹², formando uma parte consistente do total da mensagem transmitida pelo texto. Cada um destes conjuntos de enunciados – a que Fonseca chama “sequências textuais” – constitui uma representação semântica global, ou macro-estrutura, que pode ser expressa num macroenunciado, que sumarie, através de um processo de redução semântica, o conteúdo global neles manifestado. Nesse sentido, a macro-estrutura do texto pode tomar-se como o complexo organizado de macro-estruturas 'intermédias', que correspondem ao 'sentido global de um fragmento de texto' ou 't pico'.

Como observa Fonseca (*ibid.*), num texto a coerência não funciona uniformemente, mas por níveis, organizando-se em unidades coerentes de sentido macro-estruturais e micro-estruturais. As macro-estruturas coerentes funcionarão, neste caso, como aglomerados de micro-estruturas a que conferem unidade e articulação.

A teoria das macro-estruturas apresenta alguns aspectos que poderão contribuir significativamente para o estudo das variedades textuais, nomeadamente no que concerne a enunciados mais extensos, como os que são analisados neste trabalho, pelo que farei uma breve resenha das ideias avançadas por van Dijk (1980) sobre as estruturas globais do texto, nomeadamente a macro-estrutura e a superestrutura.

Van Dijk (1980: 40) defende que o sentido de um texto não pode ser descrito de forma adequada ao nível das frases e suas interligações, mas somente a níveis mais globais do discurso.

Estes níveis globais de interpretação não podem, é certo, ignorar a análise das frases individuais e suas relações, mas centram-se fundamentalmente em torno de um núcleo semântico organizador do discurso, chamado tema ou t pico (*idem*, 1980: 41).

A estrutura temática de um discurso assenta na organização da sua informa   o¹³, sendo que cada proposição   constituída por uma parte já introduzida anteriormente no texto, isto é, “conhecida”, e outra parte composta por um conceito que adiciona algo de novo ao primeiro conceito e ao enunciado, isto é, informação “nova” (van Dijk, 1983: 50). Partindo do princípio de que as proposições devem conter informação nova, a fim de não violarem a lei da relevância, atrás citada por Fonseca, van Dijk (1983: 100) considera condição essencial que os predicados de orações sucessivas, mesmo que incidam sobre conceitos associados, não possam, em regra, ser idênticos.

¹² Isto é, os “objectos” e sua “predicação” “congregados” referidos no ponto (i) da citação anterior.

¹³ Voltarei a falar da estrutura informacional a propósito do critério textual da *informatividade*.

Deste modo, os textos constituem-se como uma cadeia de informação conhecida (tópicos) e informação nova (comentários) que constroem a coerência temática do enunciado.

O tópico é constituído por informação semântica que ou já foi introduzida previamente no texto ou já é conhecida do receptor a partir do contexto ou do seu conhecimento prévio da realidade (van Dijk, 1985: 113) e é frequentemente identificável por se encontrar no início da frase, por estar marcada gramaticalmente através da ordem de palavras, de artigos definidos, pronomes demonstrativos ou pela organização hierárquica das orações.

O comentário, por sua vez, consiste na informação adicional sobre o 'objecto' ou 'sujeito' do tópico.

Esta articulação tópico/comentário não se restringe a elementos de uma mesma proposição, mas é alargada a proposições completas ou proposições articuladas entre si, chamadas macroproposições (*idem*, 1980: 43), caso em que a proposição conhecida será o tópico, e as restantes, um comentário àquela (*idem*, 1985: 114). As macroproposições indicam um estado ou rumo de acção no seu todo de forma tal que os seus factos constituintes normais ou condições irrelevantes não precisam de ser representadas no seu nível mais global (*idem*, 1980: 44).

Tendo a estrutura informacional como ponto de partida, van Dijk desenvolveu estudos sobre várias estruturas globais da coerência textual, nomeadamente a Macro-estrutura e a Superestrutura, estruturas que, como foi atrás mencionado, servem de enquadramento e fio condutor da microcoerência textual.

Antes, contudo, de enveredar por explicações mais pormenorizadas sobre estas duas estruturas globais, gostaria de explicar sucintamente a minha referência anterior ao “conhecimento prévio da realidade” a propósito dos tópicos.

Dentro do contexto da pragmática são reconhecidos quatro tipos de representação do saber presente na memória humana em forma de totalidades estruturadas (Vilela, 1994: 67) designados por *frames*, *schemas*, *plans* e *scripts*, representações que são constantemente activadas no processo de compreensão de um texto. De acordo com Beaugrande/Dressler (1981: 90-91), *frames* são padrões globais de conhecimento geral sobre um conceito central¹⁴, *schemas* são padrões de eventos e

¹⁴ Por exemplo, o número de dedos normal numa mão.

estados em sequências ordenadas por proximidade temporal ou causalidade¹⁵, *plans* são padrões de eventos e estados que levam a um determinado fim¹⁶ e *scripts* são situações que delineiam os papéis t picos dos seus participantes e as suas acções esperadas¹⁷.

Estas representações desempenham um papel crucial na interpretação do texto, pois constituem uma ponte que permite ao leitor contextualizar o discurso na realidade segundo a sua própria experiência. É com estas representações que o locutor tem de contar, durante a sua estruturação do texto, a fim de garantir que a sua interpretação é o mais fidedigna possível em relação   intenção original do mesmo.

3.2.1 Macro-estruturas

Como ficou dito, van Dijk (1980: 26) defende que o discurso não pode ser adequadamente considerado apenas ao seu nível local, sendo necessário ter em conta as **macro-estruturas** textuais para se interpretarem e contextualizarem correctamente as frases individuais.

A macro-estrutura consiste numa reconstrução teórica de noções intuitivas, como “t pico” ou “tema” de um discurso, que permite sintetizar os elementos mais relevantes, importantes ou proeminentes na informação semântica de um discurso como um todo, ao mesmo tempo definindo a sua coerência global através da estruturação das conexões e ligações locais (van Dijk, 1985: 115).

A macro-estrutura não  , porém, a soma das ligações de coerência do texto. É antes uma transformação semântica que organiza as sequências de proposições textuais em sequências de macroproposições a um nível mais abstracto e global através de uma série de “macro-regras”. Por outras palavras, van Dijk indica que a macro-estrutura não é uma reprodução genérica e objectiva do texto, mas sim a sua filtragem através de vários mecanismos – as macro-regras.

Estas são definidas por van Dijk (1985: 116) como “second-order semantic interpretation rules” que, através da inferência e derivação (*idem*, 1980: 46), permitem

¹⁵ Como, a título de exemplo, sabemos que derramando água sobre um gato fará com que este fique ensopado.

¹⁶ Assim, marcar mais golos na baliza do adversário durante uma partida de futebol fará com que uma equipa ven a o jogo.

¹⁷ Num mercado será de esperar que haja vendedores e compradores e que os compradores mostrem interesse nos produtos, que ofereçam dinheiro por eles e que possivelmente haja algum tipo de regateio.

deduzir as macro-estruturas a partir do estudo das micro-estruturas. As macro-regras abrem assim caminho à interpretação de sequências textuais como proposições globais que caracterizam o sentido de uma sequência ou discurso como um todo.

Estes princípios, porém, implicam um dado grau de subjectividade e modificação do texto. Subjectividade, porque derivam da acção do sujeito sobre o texto através de processos de selecção e adaptação do material textual com o fim de obter um sentido global para o enunciado. Entendo que esta subjectividade não é um problema, visto que o objectivo das macro-regras não é estabelecer um sentido unívoco e universal para o texto, que aliás julgo não ser possível, mas antes fixar de forma estruturada esse mesmo sentido. A modificação do texto deriva do facto de as macro-regras de van Dijk (1983: 59) serem: omitir, seleccionar, generalizar, construir ou integrar, e qualquer uma delas implica uma acção do destinatário de transformação e exclusão de micro-estruturas, orientada para a construção do sentido do texto. A primeira regra, omitir, implica a eliminação de toda a informação considerada de pouca importância ou dispensável. A segunda, seleccionar, consiste, com base no conhecimento do contexto, em seleccionar as proposições mais importantes. Estas duas regras¹⁸ exigem da parte do alocutário a atribuição de graus de prioridade e relevância às micro-estruturas, e normalmente funcionam através da identificação da proposição central de cada sequência textual e sua omissão ou selecção consoante o seu peso relativo na coerência do texto.

A terceira macro-regra, generalizar, constitui a abstracção das proposições seleccionadas, de modo a tornar aquelas mais genéricas e de alcance mais amplo. Ou seja, partindo dos elementos seleccionados do texto, é necessário descartar especificidades destes de modo a torná-los mais genéricos e simples. Esta operação implica necessariamente a perda de mais informação, embora não se trate simplesmente de eliminar aspectos redundantes da proposição. É, antes, a associação de várias proposições sob um denominador comum (*idem*, 1980: 47), o que implica que as variações entre as proposições sejam postas de parte. Para evitar que caia na excessiva generalização, van Dijk (1980: 48) defende a aplicação da mínima generalização possível. Esta regra implica a definição de um conjunto de elementos comuns entre

¹⁸ Considero que omissão e selecção constituem na verdade a mesma regra, pois uma implica a outra e vice-versa, não sendo possível aplicá-las separadamente. Isso é reconhecido por van Dijk (1980: 47), que fala da selecção como “a stronger variant of the first macrorule”. Por isso, embora empregando as quatro macro-regras descritas por van Dijk em 1985, falarei sempre em conjunto da omissão e selecção.

proposi  es¹⁹ e a sua aplicação o mais abrangente possível de maneira a não afectar a especificidade dessas mesmas proposições.

A última regra, construir ou integrar, permite a redistribuição e alteração dessas mesmas proposições de modo a criar uma macroproposição coerente e abrangente de todo o texto sob análise. Neste caso estamos perante uma reordenação das proposições, com o objectivo de construir uma coerência entre elas, mas não de as modificar intrinsecamente.

Depois desta operação, pode dizer-se que estamos perante uma espécie de texto de nível superior – a recriação textual coerente e coesiva de um texto de base.

Como ficou dito, as macro-regras funcionam apenas a partir do conhecimento empírico e implicam uma série de decisões subjectivas sobre o que é relevante ou não no contexto específico. Contudo, estes mecanismos permitem a elaboração de uma estrutura hierárquica, com o t pico mais global claramente visível e uma identificação esquemática dos elementos mais importantes do texto, sendo por isso bastante úteis em termos de estudo do texto.

3.2.2 Superestruturas

Outra estrutura global estudada por Van Dijk é a superestrutura. Ao contrário da macro-estrutura, que pretende descrever o conteúdo semântico de um texto, a **superestrutura** serve para retratar a sua forma, partindo do pressuposto de que um tipo de texto não se caracteriza apenas pela sua proposição, mas também pelo modo como esta é apresentada (van Dijk, 1983: 141-142). Ou seja, são as estruturas globais que permitem organizar de forma global as várias partes do texto.

As superestruturas têm, por norma, carácter convencionalizado, seguindo um esquema culturalmente aceite, que funciona como a “sintaxe” do texto (van Dijk, 1980: 108), dando-lhe a sua forma vazia onde serão inseridas as proposições. A necessidade desta estrutura global é determinada por factores como: a) a necessidade de organizar as unidades informacionais; b) as limitações semântico-pragmáticas da distribuição de informação; c) os aspectos pragmáticos do discurso; d) os aspectos interacionais do discurso e e) os aspectos cognitivos (van Dijk, 1980: 112).

¹⁹ Van Dijk (1980: 83) defende que esta regra deve aplicar-se sempre a mais que uma proposição.

Graças a estes factores   possível originar uma grande variedade de formas globais, embora sempre dentro do bin mio condição/consequência (possível/necessária), similar às dicotomias sujeito/predicado e t pico/comentário que existem ao nível oracional.

Van Dijk sugere várias categorias genéricas para a organização do texto, nomeadamente a Introdução, onde se estabelecem as condições e elementos de base do discurso, e a Conclusão, onde se resumiam e encerram questões colocadas anteriormente no texto. Para o corpo principal do texto, van Dijk propõe outras categorias, como o Problema, em que se introduz um facto novo que servirá de cerne para a evolução discursiva, a Solução, em que os elementos expostos no problema são resolvidos, e uma Avaliação, que precede a conclusão e onde se reflecte sobre consequências e resultados dessa solução.

Van Dijk admite que estas estruturas globais ainda estão insuficientemente estudadas e caracterizadas, sem dúvida devido à ampla extensão de organizações textuais que   possível obter; mas o facto de este elemento ser condicionante da Macro-estrutura torna o seu estudo de grande importância.

3.3 Intencionalidade

O terceiro critério de textualidade é a **intencionalidade**, que consiste na atitude do produtor de texto de desejar que as ocorrências textuais originem um texto coesivo e coerente. (Beaugrande/Dressler, 1981: 7).   possível que um texto não se apresente coeso e coerente²⁰, mas o facto de ser intenção do autor que assim seja é que confere textualidade ao enunciado. Mas, em termos latos, Beaugrande/Dressler (1981: 116) dizem que “intentionality designates all the ways in which text producers utilize texts to pursue and fulfil their intentions.”

A intenção subjacente ao texto é um conceito que nos remete para a pragmática e merece desenvolvimento. Sendo a coesão e coerência aspectos textuais necessários à correcta apreensão do texto, a sua aplicação ou não,  l m de dependente da competência

²⁰ A nível da oralidade tal pode dever-se   espontaneidade do diálogo, e na escrituralidade pode ser causado por pressa do locutor ou deficiente capacidade de organização textual.

textual do escrevente,   também condicionada pela intenção do emissor ao produzir o texto.

A intencionalidade do emissor não é necessariamente expressa   superfície do texto. Temos como caso exemplar a pergunta “Podia dizer-me as horas?”, que não é uma pergunta, mas um pedido com a intenção de desencadear uma acção (de que o receptor indique as horas que são). A compreensão desta ideia implica aceitar a noção de que o estudo da intencionalidade de um texto passa por aspectos pragmáticos não directamente relacionados com o sentido aparente do texto.

Os autores de *Introduction to Text Linguistics* referem várias correntes da pragmática que se debruçam sobre a questão da intencionalidade, desde a teoria dos actos de Fala, de Searle (1969), à teoria dos scripts, passando pelas máximas de Grice (1975).

  indubitável que qualquer uma delas tem bastante interesse do ponto de vista da análise textual, mas ao mesmo tempo cada uma tem especificidades que a tornam apropriada para objectivos diferenciados de análise.

As máximas de Grice (1975) orientam-se para a produção de texto, não na vertente do propósito comunicacional, mas da qualidade do texto e nas metas dos próprios produtores do texto. Isto é, são regras que permitem aferir e comparar os objectivos comunicacionais do emissor com as metas alcançadas pelo texto produzido, não sendo por isso particularmente relevantes para o estudo das variedades textuais.

A teoria dos *scripts*, no contexto da situacionalidade e tal como foram propostas por Schank/Abelson (1997), é particularmente indicada para a análise do discurso oral, pois parte dos papéis desempenhados por diferentes interlocutores em determinados contextos comunicacionais²¹. É, por isso, apropriada para a oralidade, que optei por não contemplar neste trabalho

Os actos de fala de Searle (1969: 18) são definidos por este como “funções do sentido da frase” e por Faria (*In Mateus et al.*, 2003: 73) como “comportamento verbal, governado por regras que asseguram que as intenções comunicativas venham a ser adequadamente interpretadas.” Ou seja, são funções que nos permitem identificar as intenções subjacentes a um texto, pelo que se afiguram como as mais apropriadas para utilizar dentro da categoria textual da Intencionalidade. Mas refira-se que

²¹ Cfr. 3.2 e a nota 14 para um exemplo.

Beaugrande/Dressler (1981) mostram em relação à teoria dos actos de fala²² algumas reservas, e o próprio John Searle reformulou e criticou a sua própria teoria original²³. Eu próprio deparei-me com algumas dificuldades na sua aplicação prática, como explicarei em seguida.

3.3.1 Actos de Fala

Searle (1969: 16) considera os **actos de fala** como a unidade mínima de comunicação linguística, pois:

“When I take a noise or a mark on a piece of paper to be an instance of linguistic communication, as a message, one of the things I must assume is that the noise or mark was produced with certain kinds of intention.”

(Searle, 1969: 16)

O f lsofo americano considera que ao acto comunicativo está subjacente a intenção de comunicar. Quando essa intencionalidade comunicativa se expressa através de meios linguísticos, estamos perante um acto de fala, acto linguístico ou acto de linguagem. Searle (1969: 16) propõe que falar uma linguagem com uma finalidade comunicativa   executar actos de fala, actos como fazer uma constatação, inquirir sobre algo, prometer alguma coisa, etc.

No entanto, torna-se necessário fazer a distinção entre acto de fala e significado semântico da frase. O primeiro é normalmente uma função do segundo, embora não lhe corresponda exacta nem directamente. Com isto quer Searle dizer que o sentido da frase não corresponde sempre   intenção que lhe subjaz, podendo, na verdade, o falante querer dizer muito mais do que aparenta.

Searle precisa que:

²² A saber: a difusidade e excessiva abrangência de noções como a de actos ilocut rios, que não permitem julgar com precisão as subtilezas da comunicação quotidiana. (Beaugrande/Dressler 1981: 117)

²³ Consulte-se, por exemplo, o seu artigo “Meaning, Communication and Representation” em Kasher, (1998: 5-20).

“there are a series of analytic connections between the notion of speech acts, what the speaker means, what the sentence (or other linguistic element) uttered means, what the speaker intends, what the hearer understands and what the rules governing the linguistic elements are.”

(*idem*, 1969: 21)

Este conjunto de distin  es permite reconhecer na produção de um enunciado três actos de fala²⁴ simult neos que podem ocorrer na maioria das comunica  es linguísticas:

“(a) Uttering words (morphemes, sentences) = performing utterance acts.

(b) Referring and predicating = performing propositional acts

(c) Stating, questioning, commanding, promising, etc. = performing illocutionary acts.”

(Searle, 1969: 23-24)

Os actos locut rios consistem na produção de frases formadas por palavras e estruturas linguísticas. O acto proposicional traduz-se na expressão de uma proposição e na referência de objectos, indivíduos ou situações, mais a sua predic  o. Um acto ilocutório é a atitude do emissor para com a expressão comunicativa, ou seja, a intenção do acto de fala.

Qualquer texto, oral ou escrito, normalmente apresenta em simultâneo estes três tipos de actos de linguagem. No entanto, no enquadramento geral da análise pretendida neste trabalho, são de especial interesse os actos ilocut rios, visto estarem directamente

²⁴ Searle menciona também os actos perlocutórios de J. L. Austin como sendo os efeitos que os actos ilocut rios têm nas acções, pensamentos e crenças do receptor (Searle, 1969: 25). O conceito, como observam Beaugrande/Dressler (1981: 117), é um tanto problemático devido ao relacionamento que se estabelece então entre actos ilocut rios e actos perlocutórios, no sentido de que os primeiros caracterizam a real intenção do locutor e os segundos o efeito que realmente se obt m do alocutário. Ou seja, Beaugrande/Dressler questionam como será possível interpretar actos ilocut rios que geram actos perlocutórios não intencionados. O próprio Searle parece ter sentido alguma dificuldade em lidar com estes elementos, pois debruçou-se pouco sobre os mesmos.

relacionados com a categoria textual da intencionalidade e abordarem um aspecto ainda não considerado da coesão e coerência textuais, ao contrários dos outros.

Searle (1969: 66-67) distingue vários actos ilocut rios, como pedido, constatação, interrogação, agradecimento, conselho, aviso, saudação e cumprimento. Mas desde o seu trabalho inicial que vários autores, incluindo o próprio Searle, propuseram outras classificações para resolver várias lacunas e inconsistências desta catalogação.

Neste trabalho optei por seguir a classificação proposta por Faria (In Mateus *et al.*, 2003: 74), que apresenta as vantagens de ter sido concebida especificamente para a língua portuguesa e não apresentar sobreposição ou duplicação de tipologias, como me parece ser o caso da classificação de Searle que indiquei atrás, onde é pouco clara a necessidade de distinguir conselho de aviso ou de incluir as tipologias de agradecimento, saudação e cumprimento, que se afiguram como traduzindo a mesma intenção de induzir um certo estado de espírito e resposta por parte do alocutário.

Tipos de Actos	Objectivos Ilocut�rios
Assertivos	Relacionar o locutor com o valor de verdade da proposição expressa.
Directivos	Tentar que o alocutário realize futuramente uma acção.
Compromissivos	Comprometer o locutor no desenrolar futuro de uma acção.
Expressivos	Exprimir o estado psicológico do locutor sobre o estado de coisas especificado pelo conteúdo proposicional.
Declarativos	Fazer com que um dado estado de coisas do mundo coincida com o conteúdo proposicional do enunciado.
Declarativos Assertivos	Fazer com que um dado estado de coisas do mundo coincida com o conteúdo proposicional do enunciado, relacionando o locutor com o valor de verdade da

proposição expressa pelo enunciado.

Quadro 2 – Tipos de Actos Ilocutórios (Mateus *et al.*, 2003: 74)

Beaugrande/Dressler duvidam da adequabilidade da teoria dos actos de fala, tendo colocado objecções à sua transparência e objectividade – nomeadamente sobre como definir meios exactos de reconhecimento de intenções – e apontando algum desequilíbrio na classificação de actos ilocutórios, que frequentemente incluem alguns actos extremamente específicos e outros excessivamente genéricos²⁵ (Beaugrande/Dressler 1981: 117).

Mesmo aceitando estas críticas, julgo que os actos ilocutórios fornecem uma orientação valiosa para identificar relações entre o locutor, o alocutário e o respectivo enunciado, permitindo o acesso a uma dimensão de análise do discurso fundamental para o actual trabalho. Também importante será a noção de macro-actos de fala referida por Ferrara (*in* van Dijk, 1985: 141) e por van Dijk (1980: 181). Segundo estes autores, os actos de fala articulam-se em macro-actos, à imagem das macroproposições de van Dijk, e constituem o conteúdo macropragmático do texto, desempenhando, tal como as macroproposições, uma importante função na fundação da coerência local (Van Dijk, 1980: 194). Por outras palavras, a coerência frásica de um texto é em grande parte determinada não só pela coerência global, mas também pelas intenções globais do locutor, sendo por isso necessária a sua compreensão para uma correcta tradução dos elementos locais do texto.

Contudo, como refere van Dijk (1980: 194-195), existe uma relação de interdependência entre conteúdo semântico global e conteúdo pragmático global, na medida em que os próprios macro-actos de fala precisam de ter conteúdo proposicional para funcionarem, mas as macroproposições são determinadas pelas limitações pragmáticas do texto.

Tal como as macro-estruturas semânticas, os macro-actos de fala são formados através das macro-regras de omissão, selecção, generalização e construção ou integração, atrás descritas, embora se torne necessário ter em conta o relacionamento meios/fins que entre eles existem. Por outras palavras, no encadeamento de intenções mais globais ou mais específicas do locutor, há que ter consciência de que há actos de

²⁵ Como por exemplo as excessivamente genéricas *constatações* e as extremamente específicas *saudações, cumprimentos e agradecimentos* ou a distinção entre *conselhos* e *avisos*.

fala que preparam o caminho para outros actos de fala, não havendo por isso autonomia entre uns e outros, mas antes relações de dependência que é preciso ter em conta.

3.4 Aceitabilidade

A **aceitabilidade**   o critério a que um texto tem de obedecer para ser aceite pelo alocutário como um texto coeso, coerente e relevante.

Beaugrande/Dressler (1981: 129) alertam para a dificuldade de associar a aceitabilidade   gramaticalidade, pois, se por um lado, mesmo ao nível fr sico, é bastante problemático definir em que momento uma simples frase deixa de ser gramatical, sendo essa dificuldade acrescida ao lidarmos com textos, por outro, a agramaticalidade pode não constituir entrave para que o alocutário aceite o texto. Pelo contrário, a gramaticalidade também não constitui por si só garantia de aceitabilidade, pois a frase ou o texto podem estar correctos, mas o seu conteúdo semântico ser absurdo²⁶.

Um aspecto relevante da aceitabilidade é a sua relação com a tipologia de texto (*idem*, 1981: 7-8). A primeira é frequentemente dependente de os participantes de um acto comunicativo fazerem um plano comunicativo e preverem a participação do(s) outro(s), segundo o princípio griceano da cooperação, e criando um contexto de comunicação. Existem, assim, no processo comunicativo, “guiões” (*scripts*) culturalmente determinados, em que os interlocutores assumem funções e comunicam dentro de moldes pré-determinados. Deste modo formam-se tipologias de comunicação, determinadas pelo contexto²⁷ e estruturantes, ou mesmo determinantes, da informação veiculada. Por exemplo, a nível de comunicação oral, espera-se que o tipo de assuntos e o modo como são apresentados numa conversa de café e numa conferência acad mica sejam diferentes, pois há uma expectativa dos participantes que assim seja e, se não for esse o caso,

²⁶ Um bom exemplo desta distância entre o que   gramaticalmente correcto e o que é aceite são as obras de Lewis Carroll (1995), *Alice in Wonderland* e *Through the Looking Glass*, frequentemente citadas pelos linguistas.

²⁷ Neste caso, quando falo de contexto pretendo referir-me aos intervenientes do processo, os seus objectivos comunicativos, o meio onde se inserem, a forma de comunicação e todas as restantes condicionantes sociais, individuais e cognitivas.

haverá certamente problemas de comunicação, com os intervenientes a terem maiores dificuldades em considerar aceitável a ocorrência comunicativa²⁸.

Os *scripts* são de conhecimento geral e intuitivo dentro de cada sociedade ou grupo profissional, pois   necessária a sua compreensão por parte de todos os intervenientes da comunicação para que aqueles possam ocorrer. Em termos de comunicação escrita, os *scripts* definem muitas vezes o modo como o locutor organiza o texto, o tipo de linguagem que utiliza e como aquele é apresentado ao alocutário. Do mesmo modo, este tem, à partida, perante um texto, um conjunto de expectativas de como o mesmo estará organizado e será apresentado, expectativas que determinarão como decorrer  a leitura do texto, que poderá ser perturbada caso as expectativas não sejam correspondidas.

Este processo realiza-se frequentemente através de géneros textuais, que os intervenientes reconhecem e aos quais procuram responder adequadamente.

Este esquema, no entanto, coloca três problemas:

- 1) Dentro deste quadro de expectativas, tanto formais como de conteúdo, como articular informação conhecida, de modo a tornar o texto compreensível, e informação nova, de forma a torná-lo útil?
- 2) Qual a articulação da aceitabilidade do texto com a situação em que se encontra? Em que medida é que esta facilita ou dificulta a aceitabilidade do mesmo?
- 3) Como se podem relacionar textos dentro da mesma tipologia ou entre géneros textuais diferentes?

A estas três questões, Beaugrande/Dressler procuram responder com os três critérios textuais que abordarei de seguida: Informatividade, Situacionalidade e Intertextualidade.

²⁸ é claro que estes *scripts* não são imutáveis – a conferência acad mica, por exemplo, é hoje diferente da conferência de há umas décadas, nomeadamente devido à introdução das apresentações informáticas. Mas esta evolução d -se de forma lenta e consensual na maioria dos casos, com a notável excepção dos tipos de comunicação artísticos, onde a perturbação dos *scripts*   frequentemente incentivada.

3.5 Informatividade

A **informatividade**   o quinto critério de textualidade e consiste na determinação do grau a que as ocorrências comunicativas do texto em análise são esperadas/inesperadas ou desconhecidas/conhecidas (Beaugrande/Dressler 1981: 9).

Este critério está associado   coerência textual, pois também lida com conceitos e relações conceptuais do texto. Mas, ao contrário daquela, não explica como os conceitos se relacionam entre si, indicando antes o seu grau de novidade, e consequente importância, para o alocutário.

  lógico que, quanto mais inesperados forem os conceitos, isto é, quanto mais informação nova transportarem, maior dificuldade terá o alocutário em compreender o texto, visto ser obrigado a interiorizar nova informação cognitiva, categorizá-la, contextualizá-la e relacioná-la com outros dados já presentes, além de que a informação conhecida constitui também um importante elemento de construção da organização textual (Dane , 1974: 108-112), na medida em que funciona como selector e elemento de retoma de informação fornecida anteriormente no discurso.

Contudo, este elevado nível de informatividade conceptual terá também mais interesse para o receptor, visto a necessidade de informação ser a motivação inerente do acto comunicativo. O contrário, isto é, textos de baixa informatividade, com conceitos e relações já conhecidas, serão de fácil compreensão por parte do alocutário mas também de pouco interesse.

Beaugrande/Dressler analisam vários aspectos associados à informatividade, nomeadamente os aspectos psicológicos da cognição de informação, o tipo de linguagem, a disposição de ocorrências informativas e o género textual. Destes, abordarei apenas os três  ltimos²⁹ pelo interesse que têm para a análise textual, visto que impli-

²⁹ Apesar do indubitável interesse do primeiro, julgo que sai claramente do âmbito deste trabalho. O seu ponto de partida é o texto em si numa perspectiva linguística. Os aspectos psicocomunicativos, certamente de grande importância, parecem-me relativamente marginais. Além de que o estudo destes factores implicaria a necessidade de recorrer a estudos e inquéritos junto de terceiros, com o respectivo tratamento de dados, a fim de obter uma perspectiva relativamente abrangente e precisa dos factores psicológicos envolvidos na compreensão de dado texto. Por estes motivos, entendo que não se justificava maior alongamento neste ponto.

cam uma consciencialização das três componentes essenciais para o texto e seu estudo: a linguagem utilizada, as informações e sua organização e a tipologia textual.

O tipo de linguagem está associado ao tipo de conceitos. Uma parte significativa da linguagem é empregue a codificar, definir e esclarecer conceitos, sendo os tipos de linguagem determinados pelos conceitos que incluem³⁰. Logo, a informatividade do tipo de linguagem implica duas variantes: a de se saber até que ponto são novos os conceitos dentro de dada linguagem e o conhecimento que o alocutário tem da linguagem empregue.

No primeiro caso, coloca-se o problema de como um conceito é identificado num dado tipo de linguagem. Beaugrande/Dressler dão como exemplo a frase “O mar   água”, que é um conceito que pode ser óbvio na linguagem quotidiana, mas impreciso ou mesmo falso em linguagem científica, estando por isso a informatividade dependente da linguagem utilizada.

No segundo caso, verifica-se que uma linguagem pode ser de tal forma evidente para o alocutário que o seu conteúdo seja de baixa informatividade para ele, ou, pelo contrário, ser tão carregada de conceitos desconhecidos que os níveis de informatividade do texto são elevados, mas   custa da própria compreensibilidade.

Quanto   organização da informação, que já abordei a propósito da coerência, compreende a necessidade de um texto articular informação já conhecida com informação nova, de modo a permitir ao alocutário a realização dos processos cognitivos necessários à correcta interiorização dos conceitos e compreensão das relações conceptuais. Normalmente, a estrutura informacional de um texto confunde-se com a sua estrutura temática (Dane , 1974: 106), isto é, com a dicotomia entre tema/rema, sendo o primeiro conceito aquele que aponta o assunto do discurso e o segundo aquilo que é dito sobre esse assunto. Isto porque, de modo geral, os t picos do texto são a informação já conhecida do alocutário, enquanto os comentários são a informação nova, que expande o conhecimento daquele a propósito dos t picos.   vulgar que   informação conhecida suceda informação nova, que se torna assim informação conhecida, a que é acrescentada mais informação nova.

Em relação a este aspecto, Dane  (1974: 118-119) propõe três tipos principais de progressão temática: a progressão linear, em que a um t pico se sucede um comentário

³⁰ A título de exemplo, veja-se que a palavra “alma” pode ser empregue na linguagem filosófica, na linguagem teológica, em linguagens técnicas, como a da  ndustria do armamento, a da música e da construção civil, e na linguagem corrente, mas corresponde a conceitos bastante diferentes em cada uma destas linguagens.

que se transforma em novo tópico ao qual se acrescenta novo comentário e assim sucessivamente; a progressão de tema constante, em que ao mesmo tópico se vão adicionando diferentes comentários; e a progressão de temas derivados, em que de um hipertema se extraem diferentes temas mais específicos a que se acrescentam comentários também específicos.

É claro que a distribuição da informação não será tão linear como este breve resumo pode fazer crer. Van Dijk (1998: 346) indica, por exemplo, que certamente a ordenação de informação é fortemente influenciada pelos conhecimentos e crenças do próprio locutor e do tipo de conhecimentos que ele julga que o alocutário possui. Ou seja, a distribuição de informação textual é, na realidade, uma hipótese de informatividade que o locutor julga ser a mais adequada para o alocutário. Quando tal hipótese prova ser incorrecta assiste-se, pelo menos na forma oral, a uma reformulação da hipótese para melhor se adaptar às novas condições reconhecidas do alocutário. Ao nível escrito, quando a hipótese se revela incorrecta, verifica-se também com frequência uma revisão, reedição, reformulação do texto. Contudo, sendo os textos escritos frequentemente dirigidos a alocutários em geral, verifica-se quase sempre que a sua estrutura informacional se adapta a alguns alocutários, mas não se adapta a outros.

Por outro lado, esta noção da variabilidade informativa não põe em causa o princípio da progressão textual, cujas vantagens práticas a tornam utilizável em praticamente todos os textos. Sobre este aspecto, veja-se Giora (*in* Kashner, 1998: 481) cujos estudos revelaram que a parte mais informativa de um texto é sempre a última³¹, por permitir que a informação mais “rica” seja imediatamente objecto de discussão e reflexão por parte do alocutário.

A propósito dos géneros textuais falarei mais desenvolvidamente quando tratar a intertextualidade, mas, para já, pode observar-se que, tal como nos tipos de linguagem, a informatividade de um texto é dependente do género de texto e do grau de conhecimento que o alocutário tem dele. Ou seja, espera-se um nível de informatividade diferente entre uma conferência académica e uma conversa informal, mas tal também dependerá do conhecimento que os respectivos intervenientes da comunicação tenham destas situações comunicativas.

³¹ Fora alguns casos de texto parodístico ou com deficiências de construção.

3.6 Situacionalidade

O penúltimo critério de textualidade é a **situacionalidade** que, de acordo com Beaugrande/Dressler (1981: 9), se traduz na condição de um texto ser relevante ou não consoante a situação comunicativa em que é apresentado.

  possível traçar alguns pontos convergentes entre este critério e o da aceitabilidade, na medida em que o primeiro traduz a adequabilidade que os alocutários reconhecem ao texto, mas havendo a diferença fundamental de que essa adequabilidade não é determinada pelas expectativas do receptor em relação   organização e conteúdo textual, mas pelo modo como o texto se relaciona com a situação em que é apresentado³². No entanto, é claro que a situação e a adequabilidade do texto são variáveis consoante o ponto de vista do locutor e do alocutário.

Neste caso, entende-se como situação todo o conjunto de factores, imediatos ou remotos, de natureza social, pessoal, natural ou outros, que são relevantes para o acto comunicativo em curso, tanto quando estão na origem do próprio acto como quando determinam o seu conteúdo. Por exemplo, numa conversa de rua no decorrer de um temporal é normal e aceitável que os intervenientes lamentem o tempo que está. Já será estranha essa queixa num contexto de céu limpo e sol. No entanto, mesmo tal intervenção será compreensível se o locutor for um proprietário rural que deseje chuva para melhorar o estado das colheitas ou se estivermos perante uma situação de seca prolongada.

  esta subjectividade de interpretação do contexto situacional que gera a necessidade de mecanismos de monitorização da situação, em que o locutor procura verificar se o seu modelo de organização da situação é partilhado pelo alocutário, e que frequentemente se traduz em interpelações directas ao segundo, normalmente mais informais num contexto oral³³ e mais formais num contexto escrito³⁴. Beaugrande/Dressler (1981: 163) referem t b m o mecanismo de gestão da situação, em que o locutor não procura aferir se o alocutário partilha da perspectiva, mas induzir o alocutário a aceitá-la. Admite-se (*idem*, 1981: 163) que a diferença entre a gestão da situação e a monitoriza-

³² Um exemplo extremo de inadequação da situacionalidade   começar a contar anedotas num funeral, por exemplo, ou, do ponto de vista do texto escrito, ter um sinal de trânsito composto por um longo enunciado cheio de frases complexas, impossíveis de ler enquanto se conduz um carro em andamento.

³³ Com o uso de expressões como: “não achas?”, “estás a ver?”, “percebes?”.

³⁴ Com o uso de expressões como: “como certamente o leitor concordar ”, “como   óbvio”.

    da situa    é algo difusa e traduz-se mais numa quest   de domina   , sendo que na gest   da situa    a inten    principal do locutor passa por manipular o alocutário a aceitar um dado texto e a sua rela    com a situa   , ao passo que na monitoriza    da situa    a inten    do locutor de confirmar se o alocutário está a partilhar da mesma organiza    da situa      secundária em rela      inten    principal do texto³⁵. Essa manipula    do alocutário pode passar por várias estratégias de negocia    do objectivo (Beaugrande/Dressler, 1981: 169-170), como a interpela    directa, a invoca    de um tema, a informa    de uma raz   , a negocia    de um favor ou objecto, a ameaçá e a domina    do alocutário.

Tal como a aceitabilidade, a situacionalidade influencia o género textual, determinando o seu conteúdo, forma e adequabilidade.

Nos textos de natureza oral pode determinar até mudanças bruscas em qualquer ponto do enunciado. A nível escrito essa influência é exercida de forma mais mediada, condicionando a produ     textual e a sua recep    , duas fases distintas que podem ser afectadas por diferentes situa    es³⁶. Este facto exige por parte do produtor do texto escrito maior cautela na elabora     do enunciado e mais preocupa     com a sua versatibilidade, pois o discurso escrito   uma ocorrência comunicativa de maior permanência e menor adaptabilidade.

3.7 Intertextualidade

Este critério textual é descrito por Beaugrande/Dressler (1981: 10) como o factor que torna a cria     e recep     de um texto dependente do conhecimento de um ou mais textos.

Esta dependência pode ser em rela     a outros textos existentes ou em rela     ao modelo textual inerente a este mesmo enunciado. No primeiro caso, estamos perante

³⁵ Em termos genéricos, pode deduzir-se que a gest     da situa     é mais frequente na oralidade que no texto escrito, pois enquanto na primeira   possível ajustar o enunciado consoante a resposta do alocutário, no segundo isso já não   possível, pelo que os mecanismos destinados a verificar a boa compreens     do alocutário são na realidade tentativas de o levar a aceitar o texto.

³⁶ Um caso real, relativamente caricato, deste mecanismo ocorreu durante o campeonato europeu de futebol de 2004, em que uma revista semanal de notícias publicou um artigo intitulado "Porque é que Portugal vai ganhar a final" e dois dias depois a equipa portuguesa foi derrotada (Ver edi     de 2/07/2004 da revista *Sábado*).

o que Beaugrande/Dressler designam genericamente de alusão textual. Esta alusão pode ser de natureza linguística, estética, retórica ou outra, e tem como exemplos a citação, a paráfrase, a bibliografia, a ironia, o estilo, a semelhança formal, o tema, etc. Com a alusão, o discurso em causa pode pretender legitimar-se a si próprio, refutar, justificar ou alargar o objecto do texto original, ou então estabelecer um jogo de reconhecimento com o alocutário.

A alusão textual não deve ser confundida com as referências ao mundo real, na medida em que a primeira aponta para textos existentes, e tal relação com o real pode não existir ou, existindo, ocorre de forma mediatizada pelos outros textos. No entanto, esta alusão pode servir para abordar o contexto real, legitimando o ponto de vista do locutor em relação a este, aumentando a aceitabilidade do texto, ou facilitando a eficiência e eficácia da comunicação e reforçando a coerência e coesão textuais³⁷.

No segundo caso, de dependência em relação a um modelo textual, estamos perante a questão dos tipos textuais, isto é, “classes of texts expected to have certain traits for certain purposes” (*idem*, 1981: 182), cujo interesse para o estudo das variedades textuais merece uma análise mais aprofundada.

3.7.1 Tipos de texto e géneros de discurso

Como referem Beaugrande/Dressler (1981: 183), a tipologia de textos é uma questão complexa para a qual foram apresentadas várias tentativas de solução. As primeiras hipóteses orientavam-se para a utilização de métodos de linguística tradicional, como contar o número de nomes, verbos e a estrutura das frases, método adoptado por Mistrík e Grosse³⁸, ignorando a função comunicativa dos textos e a sua intencionalidade subjacente.

Aqueles mesmos autores defendem que a tipologia de textos deve lidar com sistemas reais, em que as selecções e decisões já foram tomadas, e deve estar relacionada com “discourse actions and situations”, pois, a menos que “the appropriateness of a text

³⁷ Como, por exemplo, quando se recorre a citações conhecidas ou à sabedoria popular para transmitir uma mensagem de forma mais compreensível e imediata.

³⁸ Nas obras *Exakte Typologie von Texten*, de Josef Mistrík (1973) e *Texttypen: Linguistik nichtliterarischer Kommunikation*, de Ernst-Ulrich Grosse (1976) (*cit. in* Beaugrande/Dressler, 1981: 183).

type to its setting of occurrence is judged, the participants cannot even determine the means and extent of upholding the criteria of textuality” (1981: 183). Por outras palavras, estes autores defendem uma investigação com base empírica e contextualizada, dentro dos princípios de trabalho t picos da linguística sist mico-funcional.

Impõe-se, no entanto, fazer dentro da tipologia textual a distinção entre tipos de textos e géneros de discurso.

Os **tipos de texto**, como foram atrás definidos, são classes de textos, com dadas características para objectivos precisos, que Beaugrande/Dressler consideram poderem ser definidos por princípios funcionais e por uma identificação do objectivo primordial do texto. As classes que estes autores identificam são a descritiva, a narrativa e a argumentativa.

Deste modo, textos descritivos seriam utilizados para enriquecer o conhecimento de objectos e situações, com maior frequência de relações conceptuais entre atributos, estados, ocorrências e especificações, tendo de forma correspondente o texto de superfície uma elevada densidade de modificadores.

Os textos narrativos destinam-se a dispor acções e acontecimentos numa ordem sequencial particular, pelo que implicam uma grande frequência de relações conceptuais de causa, razão, finalidade, possibilidade e proximidade temporal, e mediante o recurso acrescido   subordinação no texto de superfície.

Os textos argumentativos são utilizados para promover a aceitação ou discussão de certas crenças ou ideias como sendo verdadeiras ou falsas/positivas ou negativas. As suas mais frequentes relações conceptuais são razão, significado, volic o, valor e oposição, e o texto de superfície apresenta uma forte rede coesiva, especialmente com recurso   recorrência, ao paralelismo e   paráfrase, para dar ênfase e insistência aos pontos em debate.

Estas três classes³⁹ possibilitam a identificação de um conjunto de características textuais, mas não permitem classificar textos empíricos, pois a maioria dos discursos recorre a estas três categorias de modo muito diverso, pelo que estas são passíveis de serem encontradas em todos eles. Aliás, Adam (1999: 82), em relação a esta questão, prefere a designação de sequências textuais a tipos textuais, pois entende que esta

³⁹ Beaugrande/Dressler identificam apenas três classes de textos, mas outros autores identificam quatro ou mesmo cinco tipos; como Adam (1992), que identifica também o tipo explicativo e o tipo dialógico. Contudo, parece-me que o tipo explicativo não é mais que uma combinação dos tipos descritivo e argumentativo, e o diálogo assenta numa distinção meramente formal, não deixando o mesmo de poder ser argumentativo, descritivo ou narrativo.

segunda tipologia só faz sentido quando aplicada a textos de curta dimensão ou excertos.

Por tal razão, torna-se necessário utilizar a noção de **género de discurso**⁴⁰, isto é, enunciados de características relativamente estáveis elaborados por cada esfera da utilização da língua (Adam, 1992: 87). Nas palavras de Adam (1999: 83), o género é o que faz a ponte entre o texto, como entidade comunicacional abstracta, e o discurso, como comunicação efectiva, permitindo situar o enunciado dentro de uma família de textos.

Do mesmo modo, Beaugrande/Dressler (1981: 184) defendem que atribuir um género a um texto depende da sua função comunicativa e não apenas da sua forma de superfície, pelo que, ao analisar e tentar localizar um texto dentro da sua intertextualidade, torna-se necessário pesquisar não apenas os seus aspectos de superfície, mas observar todas as características que tornam o texto num acto comunicativo. Por outras palavras, torna-se necessário ter em conta todos os seus critérios de textualidade.

Em relação a esta problemática, Trosborg (1997: 6) afirma que as diferentes tipologias textuais possíveis são facilmente reconhecidas pelos falantes da língua, pois têm registos de língua e objectivos sociais diversos. Contudo, a função do tipo de texto tem de ser claramente entendida pelo falante, que deve construir o seu discurso com base nos conhecimentos que tem do registo e do género para poder comunicar com eficácia (*idem*, 1997: 17). Para tal, o próprio tipo de texto constitui uma estrutura conceptual que permite ao leitor classificar textos em termos de intenções comunicativas (*idem*, 1997: 15).

Quanto à distinção entre géneros de discurso e tipos textuais, Trosborg (1997: 15) considera que os primeiros são um conjunto aberto e os segundos um conjunto fechado de textos com um número limitado de categorias. Os géneros de discurso, diz, têm duas funções: no nível macrodiscursivo precedem as estratégias de texto e afectam a organização textual na globalidade. No nível microdiscursivo têm uma influência determinante no processo de textualização que é condicionado pelas estratégias textuais do locutor (*idem*, 1997: 16).

⁴⁰ Também é possível utilizar a designação *género textual*, embora eu prefira *género de discurso* ou *género discursivo* para indicar a ideia de que estamos perante enunciados reais e não uma noção abstracta de texto.

Ou seja, o que esta autora nos refere é a importância do conhecimento das tipologias textuais, pelo menos do ponto de vista do locutor. É particularmente interessante que Trosborg considere que os géneros de discurso precedem a produção do próprio texto, na medida em que reforça a caracterização do género discursivo como elemento cultural e reforça a necessidade do seu conhecimento activo.

Do ponto de vista do alocutário, Sager (1993: 85) defende que o reconhecimento de um texto como estando integrado num dado género é claramente condicionante da resposta do receptor à mensagem, pois o texto é reconhecido através das respectivas características e da situação em que é apresentado (Trosborg, 1997: 31), embora também possa ser identificado segundo o tópico, a intenção, o modo de expressão e as condicionantes situacionais (Sager, 1993: 84). Sager (*ibid.*) acrescenta que, apesar de ser do senso comum que um género de discurso está associado ao seu conteúdo e domínio do conhecimento, na realidade permite uma grande variedade de enunciados.

Beaugrande/Dressler defendem que uma tipologia de textos deve basear-se em géneros de discurso intuitivamente reconhecidos para, a partir daí, se delinearem os princípios de uma classificação baseada em características funcionais, ou seja, "according to the contributions of texts to human interaction" (Beaugrande/Dressler 1981: 184). Beaugrande (1996: 314) desenvolve este princípio, descrevendo "género de discurso" como a *conjugação do material de base com os critérios textuais a fim de esquematizar significados para suportar o processamento de tópicos*. Tal significa que cada domínio do discurso associa os seus meios-padrão de interacção com a matéria de significados negociados, a fim de apoiar o processamento de *scripts* para organizar papéis e coordenar os planos e objectivos dos participantes (1997: 315). Ou seja, segundo Beaugrande, a tipologia textual será fundamentalmente condicionada pela conjugação dos tópicos e a inter-relação entre locutor e alocutário dentro de cada domínio do conhecimento específico. Tal implica que dentro de cada área é possível dispor de vários géneros discursivos, conforme os padrões de interacção previstos entre autor e leitor do texto. Pode então considerar-se que os vários géneros possíveis dentro de uma área se devem fundamentalmente ao tipo de relação que pode ser criada entre o autor do texto e o seu leitor, relação que obedece a padrões culturais pré-definidos.

Há ainda outras questões que se colocam e que Beaugrande/Dressler (1981) deixam em aberto, nomeadamente a de saber quais serão os limites da intertextualidade, que tipo de relações intertextuais deverão ou poderão ser estabelecidas entre os textos e como agrupar textos através do critério da intertextualidade.

A primeira questão justifica-se na medida em que   possível identificar ligações ou influências entre textos de forma quase ilimitada. A questão é quando e onde a intertextualidade se torna demasiado residual para se tornar pouco significativa.

A segunda questão assenta nos numerosos tipos de associações que podem ser aplicadas no relacionamento de textos. Será, por exemplo, que se pode considerar que dois livros de autores e temáticas diferentes inseridos na mesma colecção editorial são textos com ligações intertextuais?

A terceira questão   consequência das questões anteriores. Conhecendo-se a extensão e abrangência da intertextualidade, como   possível definir princípios e métodos que apontem as suas limitações?

É evidente que estas são interrogações que extrapolam os objectivos propostos para este trabalho, mas que deverão ser tidas em mente numa qualquer abordagem do aspecto intertextual, pois, não deixando de ter tais questões em aberto, este não deixa de ser um critério essencial na análise textual, pois a sua própria natureza linguística e cultural implicam que tanto o locutor como o alocutário se baseiam em outros textos para produzir e compreender cada texto.

4. Análise Textual

4.1 Princípios de análise

Apresentados os princípios teóricos que norteiam este trabalho, tentarei, a partir daqui, proceder à sua aplicação prática. O meu objectivo é verificar se estas noções são aplicáveis em textos de língua portuguesa e aferir da sua utilidade no estudo das variedades textuais.

Será, portanto, dada primazia aos factores comunicativos que influem na interpretação textual, e que atrás foram discutidos, de coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade.

Em relação à coesão, tentar-se-á fazer o reconhecimento dos recursos e mecanismos sintácticos usados, o tipo de vocabulário empregue no texto, os elementos retóricos, a relação entre nomes, modificadores e orações, estudando o tipo, proximidade e direcções coesivas.

A propósito da coerência, tentarei identificar os principais conceitos a que se recorre em cada um dos textos, com o fim de determinar o universo cognitivo construído pelo fenómeno textual e compreender como é que estes conceitos se relacionam entre si e em que medida exigem o deitar mão aos conhecimentos prévios do alocutário.

Com este fito, e dado ter optado por aplicar a análise a enunciados extensos, aproveitarei as estruturas globais de texto propostas por van Dijk (1983): a macro-estrutura e a superestrutura. Em relação à primeira tentarei reconstituir de forma metódica e abreviada a macroproposição do texto. Quanto à segunda, servirá de estudo para a organização textual de superfície, a distribuição do conteúdo e interacção que este estabelece com aquela organização formal.

Sobre a intencionalidade, procurarei identificar declarações de intenções por parte do próprio autor, isto é, sequências textuais em que o próprio autor indica clara ou

subtilmente qual o seu motivo para tentar estabelecer o evento comunicativo, ou seja, escrever o livro. Porém, tendo optado por analisar livros vendidos comercialmente, não poderei deixar de ter em mente que todos eles são unidos pela intenção subjacente de serem objecto de venda e compra, intenção essa que, mesmo não influenciando, necessariamente, de forma determinante, pelo menos influirá em parte na sua construção textual.

A partir destas declarações e com recurso ao próprio texto, tentarei identificar o macro-acto ilocutório subjacente a cada enunciado utilizando a classificação proposta por Faria (*In Mateus et al*, 2003: 74), atrás referida.

Para a aceitabilidade, pretendo averiguar a credibilidade dos autores dos textos, interpretando esta como medida prévia para permitir o estabelecimento da comunicação, visto que o autor é uma das principais razões que levam alguém a ler e a aceitar um texto e a principal fonte da organização, estilo e conteúdo da obra, e pretendo ainda considerar em que medida a coesão e coerência textuais são aceitáveis e adaptadas ao potencial público-alvo da obra.

Em relação à informatividade, o primeiro objectivo será estudar como é que a informação nova é articulada com a informação conhecida ao longo do texto e de que modo se desenrola a progressão informativa. Ainda neste contexto será feita uma análise da terminologia empregue, seguindo o princípio de que essa terminologia funciona como codificação de informação.

A propósito da situacionalidade, e tendo em conta que me limitei ao estudo de enunciados escritos, tentarei empreender uma breve reflexão sobre as condicionantes sociais e culturais que terão influído na produção do texto e detectar marcas textuais indicadoras da relação do autor para com o texto e para com o alocutário. Sendo estes textos de natureza escrita e comercial, não deixarei de mencionar os seus locais de venda, como pista das atitudes de quem o produziu – ou pelo menos distribuiu – e de quem o procura para potencial compra.

Para a intertextualidade será feito um rastreio das remissões ou referências que cada enunciado faz para outros textos, tentando caracterizar como é feita essa menção e para que tipo de obras.

De forma mais sistemática, procurarei classificar os textos segundo os tipos textuais propostos por Beaugrande/Dressler (1981), indicados em 3.7.1, e caracterizar os géneros discursivos de acordo com o resultado da aplicação dos critérios textuais realizada em cada texto.

Todos estes elementos serão tidos em conta na análise de três obras de alguma extensão, obras de algum modo associadas ao contexto temático da Castelologia Medieval, mas em perspectivas e funcionamentos tão distantes entre si quanto possível.

As principais diferenças entre os textos serão, no final de cada análise, alvo de um quadro-síntese esquemático e de uma breve discussão a propósito das divergências entendidas como mais relevantes.

4.2 Análise de *Os Primeiros Reis*

A primeira obra em análise é *Os Primeiros Reis – História de Portugal*, da autoria de Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada e José Mattoso.

A obra, de 192 páginas, aborda a História de Portugal desde a Reconquista Cristã até à deposição de Sancho II.

Fisicamente, o livro apresenta-se protegido por capa mole de quadricromia com indicação dos autores, título, nome da colecção, volume (primeiro) e editora (Caminho). É de realçar que as cores predominantes na capa são o verde-claro, o vermelho, o amarelo e o branco, evocativas da bandeira nacional, e que naquela se encontra uma ilustração a linha colorida com dois cavaleiros em confronto sobre um cenário de uma floresta e um castelo. Um dos cavaleiros enverga equipamento com elementos muçulmanos, como cimitarra, turbante e um capacete com um quarto crescente, e o outro assemelha-se a um cruzado, com cota de malha, túnica branca, uma espada de gume rectilíneo e capacete com protecção para o nariz.

Esta ilustração remete para a Reconquista Cristã da Península Ibérica, que será abordada na obra, e o seu estilo gráfico pressupõe, de forma intuitiva, que o livro se orienta para públicos mais jovens.

Na contracapa encontra-se o código de barras do livro, sem qualquer resumo do conteúdo, indicações biobibliográficas dos autores e outra informação útil. Na lombada repete-se a mesma informação da capa.

No interior, o livro encontra-se paginado a duas cores (o preto e o laranja composto), que tornam a informação mais clara e visualmente mais atraente e permitem a diferenciação automática de três secções do livro, distribuídas de forma desigual:

- 1) Uma primeira secção com páginas a fundo branco, que ocupa a maior parte do livro, com texto corrido intercalado por títulos a

negrito, ilustrações e, por vezes, caixas de fundo cinza sobre uma curiosidade ou para desenvolvimento de uma informação dada no corpo principal do texto, como se pode ver nas páginas 31 (“Povoações e mosteiros do condado Portucalense fortificados com castelos”), 39 (“A maldição de D. Teresa”), 64 (“Os ordálios”), 129 (“Lei da ira régia”) e 130 (“Lei da desamortização”).

2) Uma secção de fundo cinza dividida em três partes separadas - da página 46 à 53, da 84 à 95 e as 116-117. Esta secção dispõe de copiosas ilustrações ladeadas de texto a negrito e legendas.

3) Uma secção com páginas de fundo amarelo, distribuída por pequenas partes ao longo do livro, cada uma delas iniciada por um separador com uma ilustração a linha e com textos corridos mais longos que os textos da secção 1 e sem títulos intercalares.

A distinção entre estas três secções do texto, para já apenas com base visual, será aprofundada no estudo da coesão e coerência e sistematizada em 4.2.2.2 a propósito da sua superestrutura.

4.2.1 Coesão

Pelo que diz respeito à organização textual desta obra, a principal preocupação dos autores foi, segundo os próprios, a clareza de leitura. A forma de a conseguir foi, na Secção 1, dividindo o texto em pequenas unidades de dois a oito parágrafos, cada um deles focando uma ideia enunciada em título, como:

[1] “O auxílio que veio do Norte”

(p. 27)

[2] “Cavaleiros francos vindos da Borgonha”

(p. 27)

Podendo atribuir-se esta organização à necessidade de captar o interesse do leitor jovem, com títulos apelativos e textos curtos, verifica-se que os títulos são de cariz predominantemente informativo e directo, como se pode ver nos exemplos [3] e [4], e que os textos são articulados em torno do título temático, como se confirmará em 4.2.5:

[3] “O condado portugalense”

(p. 29)

[4] “A língua”

(p. 32)

Como ficou dito atrás, são identificáveis três secções graficamente distintas do livro. Estas secções, mais sistematicamente caracterizadas no estudo da Superestrutura da obra em 4.2.2.2, serão analisadas através de três excertos, cuja coesão passarei a analisar.

Secção 1

[5] “**A religião**”

[5.1] A religião dos habitantes do condado era o cristianismo. [5.2] No entanto, as orações e os rituais variavam de zona para zona, pois ainda não se estabelecera um modelo único para a missa e para outras cerimónias religiosas.

[5.3] Nesta época o papa Gregório VII quis impor os mesmos rituais a todo o mundo cristão. [5.4] Não foi fácil. [5.5] Surgiram conflitos com os bispos, padres, monges, senhores e gente do povo, uns a tomar partido contra, outros a favor.

[5.6] Os famosos monges de Cluny (1) puseram-se ao lado do papa e vieram a ter muita influência na vitória da reforma. [5.7] A pouco e pouco as cerimónias religiosas foram-se tornando idênticas em toda a parte.

[5.8] O conde D. Henrique, bem como Afonso VI, apoiaram o papa e os monges de Cluny.

[5.9] O conde D. Henrique

[5.10] Não ficou nenhuma imagem que nos permita dizer se o conde D. Henrique era alto ou baixo, bonito ou feio. [5.11] Mas o que se sabe da sua vida ajuda a fazer uma ideia a respeito das qualidades que possuía.

[5.12] D. Henrique veio para a Península Ibérica disposto a obter glória e riqueza na luta contra os mouros (*sic*) pois, sendo filho segundo, não herdaria nada do pai. [5.13] Nesse tempo a fortuna transmitia-se apenas ao rapaz mais velho.

[5.14] É natural que tenha optado por se colocar ao serviço de Afonso VI, rei de Leão e Castela, em virtude de ele ser casado com sua (*sic*) tia Constança.

[5.15] Assim mais facilmente receberia favores.

[5.16] De facto, Afonso VI distinguiu-o oferecendo-lhe (*sic*) a filha mais nova em casamento e o condado Portucalense.

[5.17] Acontece que o condado fazia fronteira com os mouros almorávidas: portanto (*sic*) só podia ser entregue a alguém que possuísse qualidades de chefe militar. [5.18] Era o caso de D. Henrique (*sic*) que obteve sempre grandes vitórias nas lutas em que participou (2).

[5.19] D. Henrique e o governo do condado

[5.20] A maneira como governou o condado permite afirmar que se tratava de um homem inteligente e decidido...”

(p. 32-33)

Em [5.2] identificamos de imediato a conjunção adversativa ou contrajunção “no entanto”. A junção parece, aliás, ser um dos mais frequentes recursos coesivos do texto, através de expressões como “pois” [5.2], “mas” [5.11], “assim” [5.15], “de facto” [5.16], “portanto” [5.17], e pelo uso da subordinação, quase sempre com intuitos explicativos (“que nos permita dizer” [5.10]) ou caracterizadores (“que obteve sempre grandes vitórias...” [5.18]), as autoras estabelecem relações lógicas interfrásicas, em que os eventos e acções relatados são expostos como sendo regidos por princípios de causalidade, dependência, efeito, contradição, etc.

Outro mecanismo de elevada frequência são as expressões temporais, tanto marcadores temporais, como “Nesta época” [5.3], “Nesse tempo” [5.13], como a própria estruturação verbal, onde se verifica o predomínio do pretérito, com as diferentes formas a encadearem-se de modo a estruturar a acção: o perfeito assinala acções de delimitação temporal precisa ou concluídas (“quis impor” [5.3], “Surgiram” [5.5], “puseram-se” [5.6], “apoiaram” [5.8], “veio” [5.12], “distinguiu-o” [5.16], “obteve” e “participou” [5.18], “governou” [5.20]), o imperfeito indica habitualidade interrompida por novas acções (“era” [5.1], “variavam” [5.2], “transmitia-se” [5.13]), e o mais-que-perfeito marca estados anteriores ao tempo da narrativa (“não se estabelecera” [5.2]).

Curiosamente, no excerto verifica-se que o presente não funciona como presente histórico – opção que indica que os autores pretendiam vincar o afastamento entre o tempo da acção e o tempo do discurso –, mas tem a função textual de modalização, visto que, através das expressões como “é natural”, “permite afirmar” e “que nos permita dizer” (esta no modo conjuntivo), assiste-se à intervenção directa do locutor para introduzir um factor de incerteza no discurso.

Estes mecanismos coesivos marcadamente narrativos e argumentativos são completados não só por mecanismos gramaticais, como as pró-formas possessivas (“sua vida” [5.11]) e demonstrativa e pessoal de complemento indirecto de natureza enclítica (“distinguiu-o oferecendo-lhe” [5.16]), que contribuem para a economia textual, servindo de apontadores para entidades já mencionadas, mas também por mecanismos lexicais, como a meronímia (“religião” [5.1], “orações e os rituais” [5.2], “mundo cristão” [5.3], “bispos, padres, monges, senhores e gente do povo” [5.5]), hiperonímia (“missa e outras cerimónias religiosas” [5.2], “rituais” [5.3], “cerimónias religiosas” [5.7]) e sinonímia (“riqueza” [5.12], “fortuna” [5.13]), que têm a dupla função de evitar a repetição – nomeadamente no caso da sinonímia e hiperonímia – e de explicitar os

factores envolvidos – como acontece nomeadamente com a meronímia – contribuindo para um maior rigor informativo.

A necessidade de economia implica ainda o recurso à elipse nominal (“fazer uma ideia a respeito das qualidades que [o Conde D. Henrique] possuía” [5.11], “Assim mais facilmente [D. Henrique] receberia favores [de D. Afonso VI]” [5.15]) elidindo substantivos implícitos e contribuindo para dar maior preponderância à acção.

Secção 2

[6] “A gesta de Egas Moniz

[6.1] Quando em 1127 o rei Afonso VII cercou Guimarães, Egas Moniz, que se encontrava na cidade com D. Afonso Henriques, percebeu que não dispunha de forças para resistir. [6.2] Receando que acontecesse alguma coisa ao príncipe, decidiu transpor as muralhas e procurar o rei no acampamento.

[6.3] Pediu-lhe então que levantasse o cerco e deu a palavra de honra que no dia em que D. Afonso Henriques sucedesse à mãe no governo do condado lhe obedeceria e se consideraria seu vassalo. [6.4] O rei aceitou as condições e retirou.

[6.5] Mais tarde, depois da batalha de S. Mamede, Egas Moniz lembrou ao príncipe o juramento. [6.6] D. Afonso Henriques recusou-se terminantemente a cumprir o que o aio prometera. [6.7] Não tencionava jurar obediência a ninguém.

[6.8] Como Egas Moniz nunca faltara à palavra dada, pensou que só a morte poderia servir de resgate.

[6.9] Dirigiu-se a Toledo levando consigo a mulher e os filhos, pois a vergonha recaía sobre toda a família...”

(p. 43)

Neste excerto verificam-se algumas continuidades em relação à secção anterior, como o predomínio dos pretéritos perfeito (“cercou” [6.1], “percebeu” [6.1], “decidiu” [6.2], “Pedi-lhe” [6.3], “aceitou” [6.4], “retirou” [6.4], “lembrou” [6.5], “recusou-se” [6.6], “pensou” [6.8], “dirigiu-se” [6.9]) e imperfeito (“se encontrava” [6.1]) a assinalarem a evolução da acção narrada, mas também significativas diferenças, como o maior uso do condicional para desempenhar a função de futuro do passado (“lhe obedeceria e se consideraria” [6.3], “só a morte poderia” [6.4]), mais elevada frequência de marcadores temporais (“Quando em 1127” [6.1], “então” [6.3], “Mais tarde” [6.5], “depois” [6.5]) e locais (“cercou Guimarães” [6.1], “se encontrava na cidade” [6.1]).

Verifica-se também o uso da coordenação, nomeadamente através do uso da conjunção copulativa, assinalando a sucessão de eventos (“decidiu transpor as muralhas e procurar” [6.2], “Pedi-lhe então que levantasse o cerco e deu a palavra” [6.3], “aceitou as condições e retirou” [6.4]), mas, proporcionalmente, verifica-se um número mais reduzido de conectores, como os causais “como” [6.8] e “pois” [6.9].

A coesão também é mantida pelo uso da sinonímia (“Afonso Henriques” [6.1] e “príncipe” [6.2], “Afonso VII” [6.1] e “rei” [6.2], “Guimarães” [6.1] e “cidade” [6.1], “palavra de honra” [6.3] e “juramento” [6.5]) e pelo recurso a campos lexicais (“acampamento” [6.2], “muralhas” [6.2], “cerco” [6.3]), que apontam para uma presença significativa de entidades e elementos concretos, que levam ao deitar mão da sinonímia e da isotopia para evitar a repetição.

Secção 3

[7] **“Máquinas de guerra usadas nos assaltos a castelos**

[7.1] A torre de assalto era construída em madeira e recoberta pelo lado de fora com peles de animais muito bem esticadas.

[7.2] Assim as pedras faziam ricochete e não partiam a madeira.

[7.3] No interior a torre de assalto tinha apenas escadas. [7.4] No topo, estrados e ponte levadiça. [7.5] Os invasores utilizavam este tipo de torres para poderem saltar para dentro do castelo. [7.6] Antes dos assaltos

encharcavam a cobertura de pele como defesa para setas a arder.

[7.7] A catapulta era utilizada tanto pelos invasores como pelos defensores do castelo.

[7.8] Construída em madeira, disparava projecteis através de um sistema de roldanas e cordas em tensão.”

(p. 48-49)

Este excerto é constituído por dois textos da terceira secção que apresentam duas peculiaridades: Um título comum (“Máquinas de guerra usadas nos assaltos a castelos” [7]) e o facto de cada qual ser acompanhado de uma imagem própria (não reproduzida aqui), que ocupa a maior parte da página e ilustra os dispositivos que o texto descreve: respectivamente, uma torre de assalto e uma catapulta.

O predomínio da imagem parece-me bastante significativo neste caso, pois confere claramente uma unidade coesiva a cada texto, derivada da ligação que se estabelece entre texto e imagem, que me parece permitir, inclusive, uma bidireccionalidade de leitura, do texto para a imagem e da imagem para o texto. Apresenta ainda as vantagens, para o locutor, de dispensar a descrição física e quebrar a monotonia do texto, funcionando esta secção quase como um “museu” no livro, em que o alocutário observa os objectos e lê as respectivas legendas.

A nível textual sobressai o paralelismo da construção do início de cada texto, com o recurso à construção passiva dos verbos (“A torre de assalto era construída” [7.1], “A catapulta era utilizada” [7.7]), claramente indicadora de uma objectificação e, portanto, constituindo de imediato uma remissão para a ilustração e uma tematização do objecto, que permite ainda aos autores evitar referências ao agente da acção (quem “construiu” ou “utilizou”). Esta objectificação é reforçada pelo uso de marcadores de lugar (“pelo lado de fora” [7.1], “No interior” [7.3], “No topo” [7.4]) e menor uso, em relação aos anteriores excertos analisados, dos marcadores temporais (“Antes dos assaltos” [7.6], e de conectores – que me parecem desempenhar uma função explicativa, como a conjunção “assim” [7.2] e a conjunção final “para” [o primeiro de 7.5].

Por outro lado, tal como na Secção 2, verifica-se a presença da coordenação copulativa (“construída em madeira e recoberta pelo lado de fora” [7.1], “faziam rico-

chete e não partiam a madeira” [7.2]); contudo, esta coordenação não liga eventos, mas sim processos ou estados, denotando o facto de estarmos perante textos que abordam fundamentalmente objectos materiais ou conceitos abstractos⁴¹.

Mas o elemento que me parece mais significativo é a elipse verbal, minimizada nas restantes secções, mas proeminente nesta: “era construída em madeira e [era] recoberta pelo lado de fora” [7.1], “a torre de assalto tinha apenas escadas. No topo [tinha] estrados e ponte levadiça” [7.3 e 7.4]] e “[A catapulta era] construída em madeira” [7.8]. A elipse revela a necessidade sentida pelos autores de abreviação do texto, sem dúvida assente na expectativa de que a imagem colmatará possíveis lacunas textuais.

Reconhecendo-se esta diversidade de recursos coesivos entre as três partes identificadas do texto, é preciso admitir que o discurso recorre também, com frequência, ao mesmo tipo de instrumentos de coesão, o que é, aliás, necessário para a sua boa compreensão e identificação como texto uniforme e coeso.

Assim, as frases são maioritariamente simples, do tipo assertivo, o que reflecte uma preocupação de vínculo com a realidade:

[8] “A religião dos habitantes do condado era o cristianismo.”

(p. 32)

Normalmente, os conceitos expostos estão próximos entre si no texto, sendo colocados em frases seguidas, tratados em parágrafos curtos [9] e relacionados de forma anafórica, o que descarta a necessidade de grandes mecanismos de retoma.

[9] “O condado Portucalense, quando foi doado a D. Henrique e a D. Teresa, estendia-se desde o rio Minho até ao rio Mondego. Era uma bela terra muito montanhosa, cheia de bosques onde não faltavam animais selvagens. Lobos, raposas, ursos, javalis e onagros (1) viviam à larga pelas serranias. Encontravam abrigo seguro nas cavidades das rochas, nos desníveis de terreno, por baixo dos tufos de urze, silvas e azevinho ou mesmo no tronco de algum carvalho ou castanheiro mais antigo.”

⁴¹ Um exemplo de conceitos abstractos são as classes sociais referidas nas páginas 84 a 95 da obra em análise e não reproduzidas no presente trabalho.

(p. 29)

A retoma é feita normalmente através de pró-formas, nomeadamente demonstrativos [10], com o fito de aumentar a economia do texto sem lhe aumentar a complexidade.

[10] “para combater os mouros veio Raimundo[...] ao presentear assim este cavaleiro”

(p. 27)

Há, como já vimos, alguma retoma lexical, através do recurso a sinónimos [11], mas este recurso é usado com mais parcimónia, provavelmente porque implica a existência de conhecimentos prévios mínimos da parte do leitor.

[11] “Afonso VI deu-lhe em casamento a filha D. Urraca, que era a mais velha e a herdeira do trono. (...) Se a princesa herdeira estivesse livre...”

(p. 27)

Verificam-se ao longo de todo o texto estratégias de carácter argumentativo e pedagógico, como seja a repetição de conteúdo semântico, por vezes reformulada através da sinonímia e de outros termos do mesmo campo lexical, outras vezes simplesmente reiterada, com o objectivo aparente de auxiliar o leitor a interiorizar certos princípios. Este dispositivo verifica-se entre os excertos [12] e [13] e os excertos [14] e [15].

[12] “...deu-lhe então a filha bastarda, D. Teresa, e o governo do condado Portucalense, ao qual anexou o de Coimbra.”

(p. 29)

[13] “O condado Portucalense, quando foi doado a D. Henrique e a D. Teresa...”

(p. 29)

[14] “Neste tempo um governante precisava absolutamente de contar com o apoio dos padres.”
(p. 34)

[15] “O conde, além de ser um homem religioso, sabia muito bem que só tinha a ganhar em se entender com o clero.”
(p. 35)

Outro dispositivo similar é o paralelismo da informação, em excertos como [16] e em títulos como [17] e [18]. O paralelismo permite uma mais clara associação de ideias, além de ser um reconhecido auxiliar mnemónico. Porém, no caso do primeiro dos seguintes excertos, tendo em conta que há uma preocupação narrativa e ficcional, julgo que também haverá a intenção de reforçar o aspecto dramático da narrativa, pondo ambos os adversários em pé de igualdade.

[16] “Afonso VI acampou na margem direita do rio. Além dos seus exércitos, tinha consigo o rei de Aragão, acompanhado por muitos homens, e ainda cavaleiros do Sul da França, bem como trinta mil mouros.
Os almorávidas, comandados por Yussuf, contavam com as tropas do emir de Sevilha, do emir de Badajoz, e muitos cavaleiros cristãos. Acamparam na margem esquerda.”
(p. 25)

[17] “O auxílio que veio do Sul”
(p. 21)

[18] “O auxílio que veio do Norte”
(p. 27)

Outra estratégia é a enumeração de elementos, que torna o discurso mais concreto e aparentemente objectivo, como se verifica em [19] e [20], e que me parece inserir-se na mesma linha pedagógica, atrás referida:

[19] “Bom tempo, boas colheitas, nascimento dos
filhos, as vitórias militares...”

(p. 35)

[20] “...tremores de terra, trovoadas, chuvas em
excesso, doenças ou azares.”

(p. 35)

Na pontuação predomina o ponto final e a vírgula, que confirmam a assertividade do discurso, mas na Secção 2 regista-se maior variedade de sinais de pontuação, com travessões e aspas [21], para marcar o discurso directo, e pontos de exclamação e de interrogação e reticências [21], que se explicam como forma de subjectivizar o discurso, de acordo com o ponto de vista de cada personagem:

[21] “- Pedir auxílio ao inimigo??

- Claro! De outro modo como queres que acreditem
no rapto?

A lógica desconcertante deixou-o sem resposta.

- Qual é o homem mais hábil e destemido com
quem cruzaste armas?

- A... O *Torres*...”

(p. 172)

Em relação às imagens, verifica-se nas Secções 1 e 2 uma interacção limitada entre estas e o texto, funcionando as primeiras mais como ilustração que informação adicional. Só na Secção 3 é que o texto parece ser construído a partir das imagens e a elas se refere explicitamente. Na Secção 1, há casos em que a imagem é indicada [22], mas pela razão de que o tipo de informação prestada seria bastante mais complexo de transmitir sem recurso àquela (neste caso, um mapa, não reproduzido aqui).

[22] “...estava dividida conforme se pode ver no mapa seguinte...”

(p. 14)

Em seguida debruço-me sobre a coerência do texto.

4.2.2. Coerência

Retomando a mesma metodologia e os mesmos excertos do capítulo anterior, passo à análise da coerência da obra em estudo.

No excerto [5], correspondente ao que chamei Secção 1 do texto, observa-se que é exposta uma situação nas passagens [5.1] e [5.2] (“A religião dos habitantes do condado era o cristianismo...”) que é de imediato seguida por uma acção (“o papa Gregório VII quis impor” [5.3]), desencadeada por um agente (papa Gregório VII) sobre uma entidade afectada (“o mundo cristão” [5.3]), durante um dado espaço de tempo (“Nesta época” [5.3], ou seja, o período em estudo pelo livro).

A esta acção sucedem-se eventos (“surgiram conflitos” [5.5]), que se pressupõe terem sido desencadeados por aquela, entre diversas entidades (“bispos, padres, monges, senhores e gente do povo” [5.5]), embora sem nenhum agente individualizado, dada a forma indefinida como o evento é apresentado (“surgiram”).

Em associação com estes eventos, embora implicitamente em consequência dos mesmos, surge uma nova acção (“Os famosos monges de Cluny puseram-se do lado do papa...” [5.6]) desencadeada por um agente (“monges de Cluny”) sobre uma entidade afectada (“papa”), que não é mais que o agente causador da acção inicial, que nos é apresentado como a causa de um novo evento (“vitória da reforma” [5.6]). Este novo evento acarreta uma nova consequência (“as cerimónias foram-se tornando idênticas em toda a parte” [5.7]) que gera uma nova situação de aparente estabilidade.

No final deste capítulo é-nos fornecida uma informação adicional, a de duas entidades que se associaram aos agentes mencionados atrás (“papa” e “monges de Cluny”), funcionando como co-adjuvantes.

Justamente uma destas entidades (“conde D. Henrique” [5.8]) será o ponto de partida do subcapítulo seguinte, em que somos informados que determinado objecto

(“imagem” de D. Henrique [5.10]) não foi transmitida à posteridade, não sendo por isso possível estabelecer relações entre o indivíduo e as suas propriedades físicas ou atributos (“alto ou baixo, bonito ou feio” [5.10]), pelo que será necessário recorrer a outro objecto (“vida” [5.11]) para dele extrair as propriedades possíveis.

Esta vida é, então, relatada, indicando-se que o agente em questão (“D. Henrique” [5.12]) desempenhou acções (“veio para a península” [5.12]) por dada finalidade (“obter glória e riqueza” [5.12]) e devido a causas ou situações, específicas (“sendo filho segundo” [5.12]). A lógica desta situação é justificada com uma marca temporal (“Nesse tempo” [5.13]), através do objecto (“fortuna” [5.13]), evento (“transmitia-se” [5.13]) e entidade afectada (“rapaz mais velho” [5.13]).

Esse mesmo agente vai desenvolver a acção indicada (“se colocar ao serviço” [5.14]), em torno de uma entidade afectada (“Afonso VI” [5.14]), detentor de um atributo (“rei de Leão e Castela” [5.14]) e segundo uma razão e situação indicadas (“em virtude de ser casado com sua tia” [5.14]) e uma dada finalidade (“mais facilmente receberia favores” [5.15]).

Em contraponto, essa acção traduz-se num resultado, ou seja, pela acção (“distinguiu-o oferecendo-lhe...” [5.16]) com que a anterior entidade afectada (“Afonso VI” [5.16]) por sua vez afecta a entidade D. Henrique, correspondendo assim à finalidade deste (“obter glória e riqueza” [5.12]), é possível deduzir a qualidade da acção inicial (“obteve sempre grandes vitórias nas lutas em que participou” [5.18]).

Na mesma lógica, é argumentado que, tendo em conta a qualidade da sua acção (“a maneira como governou o condado” [5.20]), podem atribuir-se determinadas propriedades ao agente (“se tratava de um homem inteligente e decidido...” [5.20]).

No excerto transcrito podem observar-se dois funcionamentos distintos da coerência. Na primeira parte, correspondente ao primeiro subcapítulo, verifica-se a forma típica da narrativa, em que a uma situação estável se segue uma acção que gera uma sucessão de eventos e conflitos entre entidades, até que uma delas triunfa e cria uma nova situação de estabilidade⁴². Ou, como indicam Beaugrande/Dressler (1981: 184), há uma disposição de acções e eventos numa dada ordem sequencial.

Porém, na segunda parte, do segundo subcapítulo em diante, verificamos que a narratividade é já condicionada por elementos de razão e finalidade que, não deixando

⁴² Veja-se por exemplo Propp (2001) que, de um ponto de vista estruturalista, descreve precisamente este quadro.

de estabelecer uma narrativa, servem principalmente ao locutor para poder atribuir propriedades a uma entidade. Deste modo, vemos a narrativa ao serviço de uma estratégia argumentativa e a ela subordinada.

O excerto [6], correspondente à Secção 2, principia com uma indicação temporal (“Quando, em 1127” [6.1]), seguida do agente (Afonso VII [6.1]), que desencadeia uma acção (“cercou” [6.1]) sobre um local (“Guimarães” [6.1]), que induz numa entidade afectada (“Egas Moniz” [6.1]), que se encontrava no mesmo local com outra entidade afectada (“D. Afonso Henriques” [6.1]), uma cognição (“percebeu que não dispunha de forças” [6.1]). Esta cognição gera uma razão (“receando que” [6.2]) que provoca uma acção (“decidiu transpor as muralhas e procurar o rei” [6.2]).

O mesmo agente (Egas Moniz), elidido à superfície mas implícito, concretiza a sua acção (“pediu-lhe” [6.3]) sobre a entidade afectada (Afonso VII, referido através da pronominalização “-lhe” [6.3]) graças a um instrumento (“palavra de honra” [6.3]) que potencialmente desencadearia um novo estado (“lhe obedeceria e se consideraria seu vassalo” [6.3]). A entidade afectada age, então, em concordância com esta acção (“O rei aceitou as condições e retirou” [6.4]).

Em seguida, após nova indicação temporal (“Mais tarde” [6.5]), o agente Egas Moniz desencadeia uma acção comunicativa (“lembrou” [6.5]) sobre a entidade Afonso Henriques, mas depara com a sua oposição (“D. Afonso Henriques recusou-se” [6.6]).

Esta situação, tendo em conta o atributo (“nunca faltara à palavra dada” [6.8]) da entidade Egas Moniz, gera neste uma cognição (“pensou que só a morte” [6.8]) e uma acção de movimento (“Dirigiu-se a Toledo” [6.9]), com outras entidades afectadas (“a mulher e os filhos” [6.9]), devido a uma razão exposta (“vergonha recaía sobre toda a família” [6.9]).

Tal como na primeira parte do excerto anterior, estamos aqui perante uma estrutura narrativa, mas com um grau de pormenor bastante maior que naquela. Aqui deparamos com indicações espaço-temporais bastante mais explícitas, maior variedade de acções e identificação mais detalhada de conceitos. As razões que são avançadas já não são do âmbito do locutor, que nos remeteriam para a argumentação, mas razões das entidades narradas, que justificam as suas acções. Estamos, portanto, perante um texto puramente narrativo, sem contaminações.

No segmento [7], associado à secção 3, são identificáveis características substancialmente diferentes em relação às secções anteriores. O excerto é constituído por dois temas (“torre de assalto” [7.1] e “catapulta” [7.7]) derivados do mesmo hipertema (“Máquinas de guerra usadas nos assaltos a castelos” [7]). Cada um destes temas é um objecto (“torre de assalto” [7.1], “catapulta” [7.7]), de que são indicados os respectivos atributos (“construída em madeira” [7.1], para a torre de assalto, “construída em madeira, disparava projecteis” [7.8], para a catapulta) e componentes (“com peles de animais” [7.1], “tinha apenas escadas” [7.3], “estrados e ponte levadiça” [7.4], para a torre de assalto, “sistema de roldanas e cordas em tensão” [7.8], para a catapulta), no caso da torre de assalto ainda enquadrados pelo lugar (“pelo lado de fora” [7.1], “No interior” [7.3], “No topo” [7.4]) e por vezes são explicadas as consequências (“Assim as pedras faziam ricochete” [7.2]).

Temos apenas referência a dois agentes (“invasores” [7.5], para a torre de assalto e “invasores” e “defensores do castelo” [7.7], para a catapulta) que desempenham acções (“utilizavam este tipo de torres...” [7.5], “encharcavam a cobertura” [7.6], para a torre de assalto, e “a catapulta era utilizada” [7.7] tanto por “invasores” como por “defensores”). Para a torre de assalto há ainda indicação de um tempo (“antes do assalto” [7.6]), mas ambos os objectos apresentam finalidades bem definidas (“para poderem saltar para dentro do castelo” [7.5] e “como defesa para setas a arder” [7.6], para a torre de assalto, e “disparava projecteis” [7.8], para a catapulta). No entanto estas acções e este agente não são conceitos específicos, concretos, mas antes reflectem um comportamento regular e estereotipado dos utilizadores do objecto em questão.

Estamos perante um texto descritivo que, como indicam Beaugrande/Dressler (1981: 184), é dominado por objectos, com uma forte relação com atributos.

Apesar das diferenças entre as secções de texto, justificáveis pela necessidade de tratar de forma exaustiva uma grande quantidade e variedade de conceitos, são identificáveis algumas similaridades no seu tratamento, como seja a proximidade mantida entre eles, de forma a não tornar o texto excessivamente pesado para a capacidade de armazenamento activo de conceitos do leitor. Esta proximidade, visível em [23], onde se assiste a uma continuidade de sentidos entre o agente (mouros), atributo (ameaça), situação potencial (guerra), oposição (castelos) e finalidade (proporcionavam refúgio), deve-se em grande parte à estruturação do texto em pequenos blocos informativos, já referidos, que ocorrem em qualquer uma das secções.

[23] “Para lá da fronteira sul os mouros almorávidas constituíam uma ameaça permanente. A todo o momento podia estalar a guerra. Por isso se erguiam castelos. Em caso de ataque proporcionavam refúgio.”

(p. 30)

Deste modo, verifica-se que, apesar de se lançar mão a, nomeadamente, *schemas* e *frames* presentes no leitor e à descrição de situações e eventos (ver [23]), a sua utilização não é sistemática nem frequente, visto estarmos perante a transmissão de noções do passado a jovens que estão ainda a criar estruturas mentais em relação ao mundo que os rodeia, sendo que estes *schemas* e *frames* podem implicar a existência prévia de uma experiência de vida mais avançada do que é lícito esperar deste público-alvo.

De facto, só se verifica o recurso a sinónimos, hiperónimos e hipónimos quando se faz referência a conceitos ainda actuais [24] e não quando se abordam temas potencialmente menos familiares ao leitor [25].

[24] O condado Portucalense (...) estendia-se desde o rio Minho até ao rio Mondego.

Era uma bela terra muito montanhosa, cheia de bosques, onde não faltavam animais selvagens. Lobos, raposas, ursos, javalis e onagros viviam à larga pelas serranias. Encontravam abrigo seguro nas cavidades das rochas, nos desníveis do terreno...

(p. 29)

[25] Os bispos: um bispo era um chefe religioso e vivia junto de uma catedral ou sé.

(...) O bispo tinha poder sobre os padres de todas as igrejas. (...) Ao território governado por um bispo chamava-se diocese.

(p. 86)

4.2.2.1 Macro-estrutura

Se, como ficou dito, esta obra é de carácter narrativo e historicista, torna-se evidente que a sua macro-estrutura deverá seguir o mesmo formato, isto é, documentando o evoluir dos eventos e peripécias pela sua ordem cronológica. Esta evolução é intercalada por pequenos textos autónomos, onde um evento que é mencionado numa unidade textual é desenvolvido na unidade textual seguinte, quer através da sua descrição, quer através da narração da sua evolução.

Para confirmar esta hipótese, fiz o levantamento das microproposições da obra que, através dos mecanismos de omissão, selecção e generalização, reduzi às seguintes macroproposições:

Em 711, a Península Ibérica era um reino visigodo minado por “lutas internas” (p. 13), passando depois toda a Península a fazer parte do império árabe, excepto na faixa das Astúrias (p. 13). Da presença dos mouros resultaram alterações culturais e civilizacionais (p. 17-18), mas tal não impediu a reconquista cristã, com avanços e recuos (p. 19). Entretanto, após várias peripécias, Afonso VI torna-se rei de Leão e Castela (p. 19), coincidindo com a invasão almorávida, que se traduz numa sangrenta derrota dos cristãos (p. 21). Esta derrota incentiva a vinda de cavaleiros francos para ajudarem o lado cristão, incluindo um D. Henrique, parente da rainha de Castela (p. 27). Uma faixa de território designada por Condado Portucalense (p. 29) é entregue a este nobre, por se distinguir política e militarmente (p. 33). Sucede-lhe a viúva D. Teresa, que comete vários erros estratégicos (p. 36), que levam ao seu afastamento pelo filho (p. 38 e 45), com maiores competências (p. 38) e rodeado de nobres mais dignos (p. 39, a história de Egas Moniz).

Segue-se a segunda parte, intitulada “Os Grandes Guerreiros”, onde se começa por louvar o valor militar (p. 57) e governativo (p. 58) de Afonso Henriques, referindo-se a importância estratégica de Coimbra para a obtenção da independência (p. 59-62). Esta independência é explicada pelas vitórias militares de Afonso Henriques (p. 62-63), que levam o reino de Castela e Leão a reconhecer-lhe a independência (p. 63-65). Segue-se então um período de consolidação territorial e social (p. 66-104), até à morte do rei (caracterizado como “uma figura fascinante”, p. 104). Sucede-lhe Sancho I, cujo valor é exaltado (p. 105-107), apesar de o seu reinado atravessar alguma turbulência (p.

123-124). O seu herdeiro é Afonso II, de que se destaca a originalidade de acção e valor (p. 127-131), sendo descritos os conflitos que manteve com os irmãos (p. 130-144), com a nobreza e o clero (p. 144-152). Comenta-se com brevidade a sua morte e sucessão (p. 153) por D. Sancho II, cuja “fraqueza” (p. 154-156) mergulha o reino na anarquia. Esta situação gera a necessidade da substituição do rei (p. 164-174) pelo seu irmão mais novo, ponto em que a obra se interrompe.

Digo que se interrompe, porque, tanto a nível editorial (a referência atrás citada a “Volume I”), como da própria construção do texto, se torna evidente que o texto está incompleto e deverá ser continuado. Mas a análise deste primeiro volume parece indicar que o texto evolui de forma narrativa em torno de figuras centrais, cujas qualidades e defeitos funcionam como motores da acção. Estas qualidades e defeitos estruturam a evolução do processo de formação nacional, sem as quais o mesmo não é compreensível. Estamos, portanto, perante história subjectiva, não muito afastada do funcionamento típico do romance ficcional, embora neste caso estas características individuais sejam extrapoladas para movimentos colectivos.

Tendo em vista este esquema proposicional, sugere-se a seguinte macro-estrutura: os autores começam por situar o nascimento de Portugal no contexto político-geográfico da época, tentando explicitar causas e factores do processo. As personalidades e situações envolvidas são caracterizadas com brevidade, como se fossem personagens de um romance ficcional, através das suas emoções, psicologia, atitudes, etc. Segue-se o desenvolvimento narrativo, com a entrada de novas personagens, que vão gerando conflitos entre si, com todo o tipo de peripécias e confrontos que, à medida que são resolvidos, geram novos conflitos ou são substituídos por outros até à conclusão do livro, onde todos os conflitos são aparentemente resolvidos com um caso: “O rapto da rainha Mécia”, que é tratado tanto do ponto de vista histórico como de episódio narrativo. Este caso marca o final do reinado de Sancho II e a ascensão ao trono de Afonso III que, significativamente, marca também o final da definição das fronteiras do país e o princípio da consolidação nacional.

4.2.2.2 Superestrutura

O índice do livro em análise informa-nos de que o mesmo está dividido em três capítulos, respectivamente intitulados: “Mouros e cristãos na Península Ibérica” (p. 17-

53), “Os grandes guerreiros” (p. 57-124) e “Tempo de conflitos” (p. 127-174); complementados por uma apresentação e introdução iniciais e uma Cronologia final (p. 175-187). O nome dos capítulos está destacado sobre um fundo alaranjado (com excepção do capítulo III, o que será, possivelmente, um lapso).

Em seguida, deparamos com vários subcapítulos de dimensão variável, tendo o mais longo três páginas (“D. Henrique e o governo do condado”, p. 33-36), alguns com duas páginas (“Em Arcos de Valdevez”, p. 63-65, por exemplo) e apresentando a maioria dos subcapítulos entre meia e uma página, por vezes com vários subcapítulos na mesma página, como “Quando os cristãos venciam”, “Amigos hoje, inimigos amanhã”, “Afonso VI de Leão e Castela”, todos na página 19.

Fora este corpo principal do texto, verifica-se também a existência de duas outras secções textuais complementares. Uma delas é intitulada “Uma história da época” e é visualmente diferenciada pelo fundo amarelo e pelo separador ilustrado, encontrando-se dispersa ao longo de todo o livro. A outra secção textual é assinalada com um quadrado laranja antes do título que se encontra a negrito, e corresponde às páginas de fundo cinzento. Passarei a caracterizar, de forma mais completa que anteriormente, cada uma destas secções⁴³ do texto.

Secção 1 – A Secção 1 constitui o grosso da obra, correspondendo a cerca de 60% do texto. É composta por texto corrido, dividido em subcapítulos e intercalada por ilustrações a preto e amarelo. As ilustrações não têm legendas, mas são bastante frequentes, em média uma por cada duas páginas, embora possam surgir páginas sem ilustrações ou com duas ilustrações. A principal representação são figuras humanas, com alguns mapas (p. 14, 28, 30, 58, 65, 96, 146, 156, 163) e objectos ou edifícios (p. 18, 37, 59, 61, 62, 82). O texto é de estilo narrativo e encadeia-se num fio condutor ao longo dos vários subcapítulos.

Secção 2 – A Secção 2 é o segundo bloco de texto mais importante da obra, ocupando cerca de 25% do livro. É constituída por vários itens de pequena dimensão que são introduzidos por um separador com a indicação “Uma história da época”, o título da história e uma ilustração a linha com fundo branco, repre-

⁴³ Emprego o termo “Secção” para distinguir de “Capítulo” e “Subcapítulos” que correspondem a divisões temáticas, ao passo que “Secção” corresponde a uma divisão formal, tanto do aspecto como das características de partes do texto.

sentando uma cena da história relatada. As marcas da narratividade estão ainda mais presentes nesta secção que na Secção 1, visto haver uma maior unidade temporal e espacial dos eventos descritos, além de menor número de personagens e de ser a única secção que emprega discurso directo.

Secção 3 – A Secção 3 ocorre apenas três vezes ao longo da obra, mas ocupa cerca de 15% das páginas do livro. Apresenta muito mais imagens que as anteriores secções, que são acompanhadas de legendas explicativas ou descritivas. O texto tem uma maior componente descritiva, constituindo por isso os objectos o seu tema predominante. O objectivo desta secção é a descrição de alguns aspectos técnicos, sociais e culturais segundo uma organização temática e não cronológica como o resto da obra.

A obra é rematada com uma cronologia, dividida em três temáticas: “Batalhas/lutas com os mouros pela independência”, “Acontecimentos políticos e sociais” e “Acontecimentos artísticos e culturais”, que ocupa dez páginas.

A categorização descrita por van Dijk (1983: 141-142) adequa-se perfeitamente à organização do livro, que começa com uma *Introdução*, onde é exposta a situação da Península Ibérica, à qual se segue a indicação do *Problema*, a ocupação islâmica da Península, a que se responde com a guerra e, nomeadamente, a vinda de guerreiros estrangeiros. Segue-se a *Avaliação* da solução e do problema, isto é, a descrição do conflito entre guerreiros cristãos e muçulmanos e o nascimento de Portugal. A obra termina com uma *Conclusão*, onde, através de uma cronologia, se faz um balanço do decurso da história e se coloca um ponto final no problema, na medida em que Portugal se torna uma entidade nacional definida.

As análises macro-estrutural e superestrutural feitas parecem justificar que se considere este texto como uma tentativa de combinação de história tradicional, de cariz pedagógico, com traços mais ficcionais e narrativos, para o tornar mais “cativante”, nas palavras dos autores, para um público-alvo juvenil.

4.2.3. Intencionalidade

A obra principia com uma breve apresentação, onde são explicitadas as intenções do texto [26].

[26] Com este trabalho pretendeu-se sensibilizar e cativar os jovens para a História de Portugal.

(p. 11)

E, de seguida [27], são descritas as escolhas textuais adoptadas e os motivos destas opções:

[27]...levaram-nos a concluir que a abordagem inicial da História deve ser narrativa, cronológica, centrada em acontecimentos e nas personagens que os protagonizaram. Assim se adquire um quadro de referências simples e linear (...) que servirá de alicerce à construção de um saber mais profundo...

(p.11)

Por fim, são fornecidas indicações sobre o método de trabalho, importantes para ajudar à melhor compreensão das temáticas e métodos usados no livro, como se confirma em [28], [29] e [30].

[28] Privilegiaram-se alguns [factos] que além de significativos foram considerados sugestivos para a juventude.

(p. 11)

[29] As autoras redigiram o texto em termos simples e procurando não deturpar a verdade histórica. Incluíram também pequenas ficções (...) a partir de

narrativas medievais para proporcionar uma visão mais próxima e pessoal da época.

(p.11)

[30] O historiador forneceu a orientação e a base documental para o texto. Efectuou ainda uma revisão cuidadosa de todo o trabalho.

(p.11)

Nestes excertos é proposta a construção de um texto para um público específico, juvenil, em relação ao qual se assume que o texto deverá ter um conjunto de qualidades, nomeadamente: uma evolução linear, episódios “sugestivos” e uma estrutura coesa e coerente de fácil apreensão. Estes princípios são bastante claros em relação aos objectivos quanto ao texto⁴⁴ e quanto ao público-alvo, que se espera que “mantenha o interesse” e use o texto como “alicerce para um saber mais profundo”. Tal implica a combinação de fórmulas pedagógicas, com outras predominantemente lúdicas, que incentivem o interesse em acompanhar as matérias abordadas pela obra.

Daí decorre que, mais que a preocupação em introduzir e clarificar termos e conceitos, o principal interesse seja o de desenvolver conhecimentos que, *a priori*, são já do domínio do leitor-alvo, tornando-os mais apelativos para os jovens leitores – provavelmente com uma idade compreendida entre os 10 e os 14 anos.

Como ficou dito atrás, este é, certamente, um texto que se pretende vendável, e é por isso quase certo que esta preocupação de manter “o interesse” constitua também uma necessidade para preencher este requisito das vendas, na medida em que um leitor que se sinta estimulado pela leitura provavelmente incentivará outros a adquirir a mesma obra.

⁴⁴ Objectivos cujo cumprimento foi analisado em 4.2.1 e 4.2.2. deste trabalho.

4.2.3.1 Actos de Fala

Partindo das macroproposições expostas em 4.2.2.1, tentarei analisar os macro-actos de fala que sustentam estas proposições, tentando depois construir um macro-acto ilocutório segundo as mesmas regras de van Dijk, expostas em 3.2.1.

A obra começa por referir povos que passaram pela Península Ibérica antes da formação de Portugal (p. 13-18), em especial mouros e visigodos. Não há referências a povos anteriores, pelo que o quadro histórico é limitado ao entendimento dos factos mais directamente relacionados com a fundação da nacionalidade.

Posteriormente, durante a reconquista, os actos de mouros e cristãos são alvo de um juízo valorativo que os equipara, não havendo lugar ao favorecimento de uns em relação a outros, sendo apenas destacada a “crueldade” da invasão almorávida que trouxe remessas de cavaleiros francos para a Península Ibérica.

Neste ponto decorre uma viragem: enquanto até agora só se falava de povos e movimentos sociais, passa também a falar-se de indivíduos históricos, especialmente indivíduos históricos ligados ao poder político em Portugal, nomeadamente os reis (Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II, Sancho II), mas também parentes próximos, aliados e inimigos.

Assistimos, em suma, a uma personalização da História de Portugal. Há uma evidente tendência para exaltar os monarcas portugueses, com excepção de Sancho II, visto que se torna depois necessário explicar a sua abdicação forçada. De modo geral, o desenvolvimento e expansão do país são explicados fundamentalmente pela acção e qualidades governativas dos seus monarcas (Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II), tal como os seus retrocessos e problemas são atribuídos aos defeitos dos reis (especialmente Sancho II). Os factores sociais não são completamente ignorados (p. 59-62, sobre a importância de Coimbra, e p. 84-95, sobre a natureza das classes sociais), mas há uma clara sobrevalorização do factor político sobre outros.

Esta posição tem duas óbvias vantagens: por um lado, simplifica bastante a explicação da evolução histórica; por outro, funciona como a individualização do colectivo, em que a história de um país pode ser contada como se fosse a história de um indivíduo, num formato romanesco. E é em relação a esse “indivíduo Portugal” que se relatam então as informações seleccionadas.

É esta predominância do objectivo de informar que me leva a concluir que no texto são dominantes os actos assertivos. O excerto [31] é exemplificativo dessa preo-

cupação de descrever a realidade, embora não isenta de juízos de valor subjectivos, como indicam os qualificativos “bonito ou feio”.

[31] Não ficou nenhuma imagem que nos permita dizer se o conde D. Henrique era alto ou baixo, bonito ou feio. Mas o que se sabe da sua vida ajuda a fazer uma ideia a respeito das qualidades que possuía.

(p.33)

De facto, a personalização funciona aqui como um apoio à assertividade, pois ao reduzir-se a evolução histórica a um conjunto de gestos e acções unipessoais, reforça-se a objectividade do texto e minimiza-se a necessidade de argumentar ou conciliar factores diversos e contraditórios.

Tal não afasta a atractividade do texto, já referida, feita através do tipo de conteúdo, das narrativas ficcionadas, do recurso a ilustrações, mas também não há lugar a tentativas de comprometimento com a realidade ou com o interlocutor, nem de comando deste, e a preocupação estética com o texto tem como fim único facilitar a transmissão do conteúdo.

4.2.4. Aceitabilidade

O livro é assinado por três autores: José Mattoso, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

José Mattoso é historiador e professor universitário, doutorado em História pela Universidade de Lovaina. É especializado em História Medieval Portuguesa, tendo sido presidente do Instituto Português de Arquivos e, mais tarde, presidente do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Tem vários artigos e livros publicados, nomeadamente uma *História de Portugal* em oito volumes e vários artigos sobre sociedade e cultura portuguesas medievais.⁴⁵

⁴⁵ Informação obtida de (Manuel, s/data: vol. X, p. 1737).

Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada são professoras do 2.º Ciclo do Ensino Básico e numa Escola Superior de Educação, além de autoras de várias colecções de livros. A primeira licenciou-se em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em acumulação com a frequência do Curso Superior de Psicologia Aplicada no ISPA. Trabalhou ainda na Cambridge School e depois no Gabinete de Estudos dos Serviços de Apoio à Juventude (FAOJ) do Ministério da Educação. Começou a exercer a docência de História em 1969, tendo, entre 1980 e 1982, desempenhado funções na Formação de Professores de História. Colaborou na Reforma do Sistema Educativo entre 1989 e 1991, tendo sido coordenadora de reforma curricular do 2.º ciclo. Nos dois anos seguintes dedicou-se a um estudo sobre os jovens e a leitura no âmbito do Instituto de Inovação Educacional.

Isabel Alçada, depois de concluir o curso, ingressou nos quadros do Ministério da Educação, tendo participado activamente na Reforma do Ensino Secundário em 1975/76. No ano seguinte tornou-se professora de Português e História, tendo sido convidada para trabalhar na formação de professores como orientadora de estágio.

Fez o mestrado em Ciências da Educação nos Estados Unidos da América, Universidade de Boston. Actualmente, faz parte do quadro de professores da Escola Superior de Educação de Lisboa. Publicou estudos que apresentou em Bruxelas, Tessalónica, Aix-en-Provence e Frankfurt.

Ambas as autoras iniciaram a sua carreira fazendo parceria na criação de livros infantis e juvenis, como as colecções *Uma Aventura*, *Viagens do Tempo*, *Asa Delta*, entre outras, quase todas destinadas a jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos⁴⁶.

Estes autores são bastante conhecidos e reputados a nível do público, José Mattoso, no âmbito académico, dentro do campo da História Medieval portuguesa, e Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada como autoras de colecções de sucesso destinadas ao público juvenil.

São, portanto, autores com prestígio social suficiente para assumirem o *script*⁴⁷ de autores deste livro. Pelo seu currículo, pode assumir-se que o alocutário do livro atribuirá aos autores o *script* de proporcionarem um discurso rigoroso, mas com uma linguagem simples, seguindo os padrões do romance juvenil. Por seu lado, os locutores

⁴⁶ Dados obtidos da página de Internet da colecção publicada pela Editorial Caminho, 2005 (<http://www.uma-aventura.pt>)

⁴⁷ De acordo com o explicitado no ponto 3.4, o papel dos intervenientes num contexto comunicacional.

atribuem, na apresentação do livro (p. 11), ao destinatário um *script*, como sendo “jovem”, isto é, estar numa fase inicial de formação intelectual e social, ainda a construir os seus “alicerces” do saber, que considera mais “sugestivos” alguns aspectos da história em relação a outros, e que necessita de um texto simples e de recurso a estruturas narrativas ficcionais para manter o seu interesse e compreensão.

Ora, este *script* previsto implica também a eventualidade de um terceiro papel, o do adulto que compra o livro para o jovem, que muito possivelmente não terá capacidade financeira, ou mesmo interesse inicial em adquiri-lo. É a este interveniente que se destina a Apresentação da obra, a quem se pretende assegurar que o discurso em causa apresenta todas as garantias de cientificidade e interesse para o jovem. Espera-se que este interveniente compre o livro, permitindo assim o estabelecimento da comunicação e funcionando, por isso, como primeiro elemento determinante da aceitabilidade do texto.

O bom desempenho do *script* do locutor foi confirmado, a nível textual, nos capítulos anteriores desta análise, em que se verificou que predomina a estrutura narrativa e há uma preocupação de abranger diversos aspectos históricos, embora com predominância da vertente política – como os autores assumem na própria apresentação.

Em relação ao bom desempenho do *script* do alocutário, este pode deduzir-se pelo facto de estarmos perante uma terceira edição da obra, de 2001, sendo que a primeira edição foi de 1993. Tal longevidade e sucesso de vendas deverão ser garantia de uma boa aceitação do texto por parte dos destinatários alvo.

No âmbito do próprio texto é possível reconhecer outros factores que contribuem para a aceitabilidade da obra, nomeadamente a já referida estruturação do texto – como linguagem simples, parágrafos curtos, proximidade de conceitos –, a abordagem da temática, por via da “ficcionalização” da história, quer literalmente, através das pequenas narrativas, quer pela própria exposição dos factores históricos, como atrás já ficou dito.

Por último, e não menos essencial, o recurso à imagem – e nomeadamente o desenho – visto que este meio está actualmente fortemente associado não só ao entretenimento⁴⁸ mas também à própria didáctica⁴⁹ infantis, sendo largamente aceite, desde

⁴⁸ Praticamente toda a literatura infantil publicada actualmente é ilustrada, assim como os meios audiovisuais – como o cinema ou a televisão – destinados às crianças assentam maioritariamente na reprodução pictórica vulgarmente designada por “desenhos animados”.

⁴⁹ É notório, no âmbito dos manuais escolares, a forte predominância da componente visual, que se intensifica quanto mais jovem for o público a que se destinam.

John Locke (1968: 259), que as crianças respondem com maior interesse a textos intercalados com imagens.

4.2.5. Informatividade

No texto em análise, a estrutura de informação nova/conhecida parece funcionar predominantemente ao nível dos parágrafos e das unidades textuais. No início de cada parágrafo ou unidade textual encontra-se a informação conhecida, normalmente proveniente do parágrafo anterior, servindo o resto para acrescentar informação nova, que o caracterize ou faça evoluir a situação do tópico em questão. A título de exemplo, veja-se [32]:

[32] “Nesta época os habitantes do condado Portucalense não falavam todos exactamente da mesma maneira. A norte do Douro, tal como na Galiza, falava-se uma língua derivada do latim vulgar, o galaico-português. A sul do Douro permanecia uma língua também derivada do latim, à qual se foram misturando muitas palavras árabes... o moçárabe ocidental. Da junção das duas resultou mais tarde o português.”

(p. 32)

Como se verifica, o início do parágrafo apresenta informação conhecida (o Condado Portucalense), que foi discutida nos parágrafos anteriores, e à qual se acrescentam novos dados (diversidade linguística), informação nova que vai sendo consecutivamente especificada e acrescentada até ao final do parágrafo.

Por sua vez, o parágrafo seguinte retoma a informação do parágrafo anterior adicionando ainda mais informação. Como já foi referido, os parágrafos estão organizados em pequenas unidades separadas por títulos, que funcionam como hipertemas não independentes, pois sucedem-se em encadeamento lógico com a estrutura informacional

dentro de cada hipertema. Por exemplo, no excerto [5] o hipertema “A religião” [5.1] é desenvolvido até ao comentário sobre a posição do Conde D. Henrique (“apoiam o papa” [5.8]), tornando-se o Conde o hipertema seguinte (“O conde D. Henrique” [5.9]), que por sua vez é desenvolvido até ao comentário em que lhe é oferecido o governo do condado Portucalense (“oferecendo-lhe (...) o condado Portucalense” [5.16] e “entregue a alguém que possuísse qualidades” [5.17]), tornando-se este governo o hipertema posterior (“D. Henrique e o governo do condado” [5.19]). Estamos, portanto, perante um caso de progressão linear.

Ainda a propósito da progressão informativa nota-se, contudo, que esta é prejudicada em favor da repetição da informação, como se pode notar no excerto [33], informação que volta a ser repetida em [34]

[33] “No século XI a Península Ibérica estava dividida conforme se pode observar no mapa seguinte:

[mapa]

Cada reino cristão do Norte era governado por um rei. Cada reino mouro do Sul era governado por um emir (1).”

(p.14)

[34] “Os reis cristãos do Norte da Península entravam frequentemente em conflito uns com os outros. O mesmo se passava com os emires dos reinos mouros a sul.”

(p. 19)

Como se pode observar, grande parte da informação destes dois excertos é duplicada (reinos cristãos a norte, emirados mouros a sul), na medida em que o locutor sente a necessidade de, no segundo excerto, repetir que os reinos cristão estavam a norte da Península e os reinos mouros no sul, tal como já havia informado no primeiro excerto, sendo a única informação nova o conflito entre ambos. Esta metodologia ocorre regularmente ao longo do texto, como se nota em [35], onde se verifica uma certa redundância de informação.

[35] “Cavaleiros para lutar, monges e padres para se ocuparem das igrejas...”

(p. 27)

Deste modo, os autores parecem pretender reforçar ideias e relembrar conceitos já indicados, com objectivos pedagógicos. Esta pobreza informativa ocorre também a nível dos conhecimentos do mundo real. Isto é, o discurso parece ter sido concebido para um leitor com conhecimentos bastantes limitados do funcionamento do mundo. Basta ver, por exemplo, a passagem [36]:

[36] “...seu pai, Fernando Magno de Leão e Castela, deixara escrito em testamento que os filhos rapazes...”

(p.19)

O “escrito em testamento” é uma expressão algo redundante que teria sido perfeitamente possível substituir pelos mais económicos “deixara escrito” ou “deixara em testamento”, mas os autores parecem querer evitar deliberadamente toda e qualquer ambiguidade.

Contudo, paradoxalmente, tal como foi referido anteriormente, encontramos noções e ideias que ficam por desenvolver e explicar, de que é exemplo [37]:

[37] “Sancho, que não se contentara com o que lhe coubera em sorte, atacou Afonso, prendeu-o num convento e ficou também senhor de Leão. Afonso conseguiu fugir e escondeu-se em Toledo (...) Só de lá saiu porque Sancho foi assassinado.”

(p. 20)

Neste curto excerto há três acções importantes que são mencionadas sem qualquer desenvolvimento adicional: o ataque de Sancho, a fuga de Afonso e o assassinio do primeiro. Qualquer uma delas poderia ser desenvolvida para explicar o motivo, o modo, os agentes e o resultado das acções, mas nada disso é feito, talvez devido à selecção de factos a que os autores aludem no capítulo “Apresentação”.

Outro aspecto importante é a forma como os autores da obra lidam com terminologia específica. Esta praticamente nunca é usada casualmente, havendo antes um esforço para a eliminar ou explicar mediante o uso de definições, quer seja em notas de rodapé exemplificadas em [38] e [39], quer no corpo de texto, caso frequente na Secção 3, de que se apresentam os excertos [40] e [41].

[38] “(1) Um emir era um rei muçulmano que devia obediência ao califa...”

(p. 14)

[39] “(1) Os «livros de linhagens» são livros escritos para contar a história da vida das famílias nobres...”

(p. 85)

[40] “Jograís - obtinham o seu sustento cantando e tocando em castelos, aldeias, cidades.”

(p. 93)

[41] “Cisterna - Depósito destinado a recolher e armazenar a água das chuvas. As cisternas eram de pedra e enterradas no chão.”

(p. 47)

Na Secção 1, a terminologia só é introduzida em frases autónomas exclusivamente orientadas para a sua elucidação – caso em que o termo é o último elemento da frase, o que se verifica nos três excertos que a seguir se apresentam. Esta formulação é tipicamente pedagógica e vulgar em contextos em que se tenta incutir terminologia, visto que a informação nova e mais importante da frase se encontra em último lugar e logo é de retenção mais fácil.

[42] “A estas comunidades cristãs vivendo sob o domínio árabe dá-se o nome de moçárabes.”

(p. 18)

[43] “Caso vivessem na cidade, ocupavam bairros à parte – as mourarias.”

(p. 19)

[44] “Às comunidades mouras sob o domínio cristão dá-se o nome de mudéjares.”

(p. 19)

Na secção 3, já aludida, destaca-se o predomínio dos verbos “ser” e “destinar” no tempo passado e uma grande variedade de verbos de caracterização, indicadores da predominância da explicação terminológica. Mais especificamente, nas p. 46-47, onde se descreve o uso e traços gerais dos componentes de um castelo genérico, o objectivo parece ser o de permitir a identificação, designação e compreensão superficial dos elementos castelares, em detrimento da explicação do seu funcionamento. Note-se que os vários elementos da ilustração têm setas a ligá-los a legendas que indicam o nome da estrutura, com uma breve descrição ou indicação da sua função. Esta componente terminológica não parece primar pelo rigor, como seja o caso de no mesmo esquema se designarem as *ameias* por *merlões*⁵⁰, uma designação que só é aplicada a partir das fortalezas seiscentistas, e de se chamarem *ameias* às *abertas*.

[45] “Ameias – Espaço entre os merlões. Era através das ameias que se lançavam setas, pedras, líquidos escaldantes sobre os inimigos.”

(p. 47)

Alguns conceitos introduzidos não são explicados no corpo principal do texto, sem dúvida por serem marginais aos temas do livro, como é o caso da passagem [46], que dá origem à nota de rodapé [47].

⁵⁰ Ver Nunes (1991: 148)

[46] “ursos, javalis e onagros(1) viviam à larga pelas serranias”

(p. 29)

[47] “(1) Os onagros eram burros selvagens, a que também se dava o nome de zebros...”

(p. 29)

Do que ficou dito depreende-se um enorme esforço de simplificação do vocabulário utilizado, esclarecendo a terminologia potencialmente desconhecida, o que implica um baixo nível de informatividade do texto, pois, se o texto incide maioritariamente sobre o esclarecimento da terminologia, torna-se menos viável poder apresentar informação nova sobre os conceitos alvo de explanação terminológica.

4.2.6. Situacionalidade

A obra em análise foi encontrada na secção infantil de uma livraria, onde, para além desta, se encontravam livros de literatura infantil, adaptações de obras de literatura clássica para o público mais jovem, antologias de contos tradicionais e populares, obras de divulgação juvenil, livros de colorir e obras associadas a outros *media*, como filmes e série de animação, e livros-brinquedo⁵¹.

Superficialmente, a obra em estudo tem vários pontos em comum com as atrás indicadas, como seja a forte componente visual e ilustrativa e o facto de tratar de um assunto de interesse geral, pelo que se considera que seja aceite com naturalidade pelo público deste género textual.

O seu interesse para o público deriva da necessidade sentida actualmente de dar o máximo de formação possível às camadas mais jovens. Esta tendência é causada pela percepção de que vivemos numa “Sociedade do Conhecimento”, na qual o indivíduo

⁵¹ Como livro-brinquedo designo livros infanto-juvenis destinados a um maior grau de interacção que a simples leitura, como sejam os livros que incluem jogos, passatempos e materiais de intuito didáctico.

apenas pode ter êxito se dispuser de acesso a grande quantidade dessa informação e for competente para obter, analisar e contextualizar essa informação⁵².

Esta percepção traduz-se num enorme investimento educativo, tanto por parte de Estados, que relacionam a formação da sua população com a produtividade nacional⁵³, como da parte dos privados, que reforçam a escolaridade obrigatória dos filhos com explicações particulares e actividades extra-curriculares e prolongam a sua frequência universitária com cursos pós-graduados.

A publicação desta obra estará relacionada com esta procura de educação, na medida em que os pais esperarão assim incentivar e melhorar os conhecimentos de História do filho a quem compram o livro.

A temática histórica explica-se em parte devido ao facto de a História ser uma disciplina de análise da evolução das sociedades humanas, cujo estudo confere, à partida, ao sujeito capacidades de compreensão da sociedade contemporânea e de contextualização dos fenómenos. Por isso, será útil para o desenvolvimento das competências de cidadania e de interpretação e, desse modo, essencial para estimular as técnicas de descodificação de informação.

O ensino da História nacional tem ainda potencialmente a vantagem de poder incutir sentimentos de orgulho e amor à identidade do Estado, podendo criar cidadãos mais integrados na sociedade nacional e com maior tendência a sacrificar o seu interesse pessoal ao que consideram ser os interesses colectivos da cultura onde estão inseridos.

A nível textual deparamo-nos com a intervenção frequente do locutor no texto, quando ele procura antecipar dúvidas do alocutário, embora ocorra uma substancial desagentivação do texto, pois, fora o capítulo inicial “Apresentação”, em que os autores se referem a si próprios na terceira pessoa: “As autoras redigiram o texto...”, “O historiador forneceu a orientação...”(p. 11), e duas passagens que não é possível saber se serão uma referência apenas aos autores ou uma tentativa de envolvimento do alocutário nos interesses do autor (“Não ficou nenhuma imagem que nos permita dizer...” e “Com segurança podemos afirmar apenas quatro coisas...”, p. 67), quase não se encontram referências ao autor ou à sua posição em relação ao texto.

Mas ao longo da obra são detectáveis formas textuais de interpelação do leitor, como pronomes pessoais e possessivos na primeira pessoa do plural, com o objectivo

⁵² Cfr Beaugrande, 1996: 330.

⁵³ Veja-se, por exemplo, o programa *No Child Left Behind*, lançado pelo governo liderado por George W. Bush e apoiado pelos dois principais partidos americanos, destinado a melhorar os resultados escolares das crianças dos EUA nos *rankings* internacionais.

aparente de atrair o destinatário para o conteúdo do texto, aproximando-o deste e chamando-lhe a atenção, como sejam “...enriquecem a história porque nos ajudam a compreender...” (p. 39) e “Chegaram aos nossos dias muitos documentos que o provam...” (p. 45).

Porém, há passagens que indicam a tentativa de gestão da situação e em que os autores procuram, através de estratégias argumentativas, levar o alocutário a adoptar o seu ponto de vista. Tal é especialmente óbvio nas descrições das qualidades e defeitos dos reis. Por exemplo, em relação a D. Teresa, diz-se o seguinte:

[48] “Não seria justo resumir a vida de D. Teresa à ligação amorosa com Fernão Peres de Trava e às lutas com o filho. Na realidade a sua acção foi bem mais ampla, pois tomou medidas importantes para povoar e desenvolver o território.”

(p. 45)

E, em seguida, fala-se de “muitos documentos que o provam”, como “cartas de doação” e “cartas de foral”, do que se conclui que “Era pois uma mulher capaz de tomar iniciativas tanto em tempo de guerra como em tempo de paz”. Depois, justifica-se a má imagem que foi dada daquela, pois “muitos cronistas sentiram-se na obrigação de deneigrar a figura da mãe para justificar a revolta do filho”, após o que se conclui que “a batalha de S. Mamede não opôs duas pessoas, mas dois grupos: os nobres portugalenses e os nobres galegos”, e que “se não tem havido conflito e herdasse serenamente o condado, nada o impedia de conseguir na mesma a independência de Portugal”.

Ou seja, os autores, prevendo que o leitor iria ficar com uma má imagem de D. Teresa, procuram levá-lo a encarar a figura de outro ponto de vista, através de várias estratégias retóricas. Primeiro, apresentam provas que mostram outra faceta da personagem, depois justificam o conflito de um ponto de vista de lutas de poder entre grupos, e não de valor individual, atribuem a má imagem aos interesses dos “cronistas” e dão a entender que D. Teresa foi uma vítima das circunstâncias e não uma oponente activa da independência de Portugal.

Recorrendo à terminologia de Beaugrande/Dressler (1981: 169-170), o autor invocou o tema que pretendia contestar (valor de D. Teresa), informou das razões que

sustentavam a sua posição (doações e forais de D. Teresa), em seguida questionou a perspectiva do alócutário, questionou outras fontes que este possa ter e, finalmente, apresentou o seu objectivo, que o leitor deverá aceitar.

Com as variações induzidas pelos diferentes objectivos e temas tratados, este é o método usual ao longo do texto para negociar a gestão da informação.

4.2.7. Intertextualidade

Como foi referido antes, o texto em análise insere-se claramente no contexto dos livros juvenis de divulgação, dos quais temos como outros exemplos algumas colecções da editora Dorling Kindersley, publicadas em Portugal pela editora Civilização, ou a colecção *História Horrível*, editada em Portugal pelas Publicações Europa-América.

Tal como a obra *Os Primeiros Reis*, este género discursivo é marcado por uma forte componente visual, pendor historicista de carácter narrativo, com propensão a concentrar-se em personalidades, acontecimentos políticos e curiosidades ou episódios pitorescos e destina-se a um público jovem, pré-adolescente ou no início da adolescência, interessado na História de Portugal, ou a quem os progenitores desejam incentivar esse interesse.

No texto em análise encontramos referências a “cronistas” de época, por vezes mencionando-os explicitamente [49], mas com mais frequência limitando-se a indicá-los de forma genérica [50].

[49] “Descrição feita com base no livro de linhagens do infante D. Pedro”

(p.141)

[50] “Descrição feita com base em textos de cronistas portugueses flamengos”

(p. 135)

Em relação às notas de rodapé, refira-se ainda que elas não são abundantes e que, para além de clarificarem terminologia, são também usadas para facultar informação adicional que os autores não terão considerado suficientemente relevante para inserir no corpo de texto principal, como:

[51] “(1) Os bispos deviam obediência aos arcebispos, que por sua vez prestavam contas das suas acções ao papa. No início do governo de D. Henrique os bispos do condado estavam subordinados ao arcebispo de Santiago de Compostela, na Galiza. Depois passaram a depender do arcebispo de Braga.”

(p. 35)

[52] “(1) S. Mamede é perto de Guimarães.”

(p. 38)

Por outro lado, como é convencional nos textos de cariz científico-académico, as notas de rodapé são também empregues na indicação de fontes textuais, como ocorre nas páginas 63, 71, 143 e 159, embora com indicação bibliográfica incompleta:

[53] “(1) Crónica do Imperador Afonso [VII]”

(p. 63)

Uma última função das notas de rodapé é a referência a informação localizada noutra parte da obra:

[54] “(1) O cerco de Badajoz é relatado na p. 97.”

(p. 39)

[55] “(1) A história de D. Fernando é relatada na p. 133.”

(p. 116)

Em relação aos tipos de texto identificáveis na obra, verifica-se a predominância dos tipos narrativo e descritivo.

O tipo narrativo aparece de duas formas: através da narrativa histórica, em que os eventos factuais históricos são relatados de forma cronológica, como se verifica no excerto [56], e na narrativa ficcional da Secção 2, em que, usando as mesmas técnicas, as autoras apresentam pequenas ficções inspiradas em factos reais, como se vê em [57]. Estas pequenas narrativas ficcionadas diferenciam-se da narrativa histórica geral por serem autónomas e completas individualmente, enquanto a segunda abrange toda a obra e inclui citações, descrições, argumentação, etc.

[56] “Confiante e seguro da sua competência militar, Afonso Henriques avançou para a Galiza. Ia disputar ao primo Afonso VII alguns territórios de fronteiras (Tui e Límia) a que ambos se achavam com direito. Os exércitos encontraram-se perto de Arcos de Valdevez mas não chegou a haver batalha.”

(p. 63)

[57] “Dirigiu-se a Toledo levando consigo a mulher e os filhos, pois a vergonha recaía sobre toda a família.

Apresentaram-se diante do rei D. Afonso VII descalços e com traje de condenados à morte, que era uma túnica branca de pano grosseiro e uma corda ao pescoço. Explicou então que estava ali disposto a morrer com os seus porque não pudera cumprir o juramento.”

(p. 43-44)

O tipo descritivo encontra-se na Secção 1 e na Secção 3. No primeiro caso serve para expandir ou contextualizar a informação narrativa; no segundo tem funcionamento autónomo, sendo utilizado para caracterizar conceitos fundamentais da história (“A

nobreza”, da p. 84) ou elementos particulares ilustrados (“Elementos característicos do exterior das igrejas românicas”, da p. 51).

[58] “Era pois uma mulher capaz de tomar iniciativas tanto em tempo de guerra como em tempo de paz, qualidade apreciável em qualquer época. No entanto, ao falar da sua vida os atributos positivos quase desaparecem e os motivos são simples...”

(p. 45)

[59] “Os nobres não pagavam impostos. Só iam à guerra se quisessem e também só enviavam os filhos, parentes ou servidores se assim o entendessem.”

(p. 84)

[60] “Na construção destas igrejas utilizava-se a pedra local, portanto no Norte do país recorria-se ao granito e no Centro ao calcário.”

(p. 50)

Julgo que estamos perante o género de discurso *didáctica da história juvenil*, visto encontrarmos nele, como foi referido, uma linguagem simples e acessível, processamento cronológico e narrativo dos tópicos e fornecimento de toda a informação de cada tópico em pequenas parcelas autónomas, às quais são adicionados alguns elementos ficcionais e lendários para fixar o interesse do leitor. Verificamos ainda que entre o locutor e o alocutário há uma discrepância de informação, tendo o primeiro de recorrer a estratégias pedagógicas, como o paralelismo e a repetição, para auxiliar a interiorização da informação por parte do segundo. Acrescendo a isto a existência de abundantes ilustrações, alguma despreocupação com a credibilidade e citação das fontes, e o facto de os autores da obra serem normalmente associados à literatura juvenil, conclui-se que estamos perante um texto híbrido de entretenimento e informação destinados às camadas mais juvenis da população.

4.3 Análise de *Os Mais Belos Castelos de Portugal*

Os Mais Belos Castelos de Portugal tem texto de Júlio Gil, fotografias de Augusto Cabrita, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão e descreve, com abundantes ilustrações a cores, um número significativo de fortificações portuguesas em território continental.

A obra tem 308 páginas de tamanho A4, com capa dura e sobrecapa. Esta apresenta na frente uma fotografia aérea a cores do Castelo de Almourol e indicação do título (“Os Mais Belos Castelos de Portugal”) e editora (“Verbo”) numa combinação de cores alaranjadas, verdes e castanho-amareladas que dão um tom quente e uniforme à capa.

Na contrasobrecapa deparamos com outra fotografia de página inteira da porta da vila do castelo de Torres Vedras. Tanto o elemento da capa como o da contracapa têm fotografias em ângulos ligeiramente diferentes no interior do livro.

A lombada da sobrecapa tem fundo branco e título da obra a azul-claro, com nome da editora a negro.

A capa dura é de tecido castanho, apresentando apenas o título a dourado com o mesmo tipo de letra da sobrecapa. A lombada da capa exhibe o título e o nome da editora também a dourado, enquanto a contracapa não dispõe de qualquer elemento. As guardas estão decoradas com o sinete de D. Afonso Henriques e com o alçado do castelo de Beja na primeira guarda e do Castelo de Penedono na segunda. As folhas interiores são de papel de boa gramagem e abundantemente ilustradas com fotografias a cores, que chegam a ocupar páginas inteiras, frequentemente dispondo de mais espaço que o próprio texto.

Estas fotografias abordam unicamente castelos e outras fortificações históricas, tanto numa perspectiva panorâmica como centradas num pormenor enquadrado no seu ambiente natural ou urbano.

Encontram-se também algumas plantas gerais de castelos e esboços manuais de pormenores destes ou figuras ilustrativas menos pormenorizadas inseridas no glossário.

Não existe iconografia elucidativa nem notas de rodapé ao longo de toda a obra.

A impressão geral que a obra transmite do ponto de vista estético é de um trabalho de luxo, de custo elevado, agradável tanto à vista como ao toque, e que deve ser manuseado com cuidado.

4.3.1 Coesão

O texto da obra encontra-se dividido em numerosos capítulos de duas ou quatro páginas versando, cada um, uma fortaleza diferente. Ao longo de cada capítulo verifica-se a utilização de diferentes estratégias coesivas, consoante a perspectiva temática que se aborda em cada parte do texto, como procurarei demonstrar em seguida.

[1] “Melgaço

[1.1] Pouco faltava para terminar a grande torre de madeira que iria encostar-se à muralha de Melgaço e por aí entrarem os Portugueses, quando se travou raro combate singular.

[1.2] Uma mulher, de alcunha *Arrenegada* por se haver bandeado com o inimigo, desafiou outra, Inês Negra, fiel combatente lusíada. [1.3] Diz Fernão Lopes, “escaramuçaram duas mulheres bravas...”

[1.4] Enfrentaram-se com armas de que não reza a crónica, quebradas nos primeiros embates. [1.5] A punho limpo, dentes, unhas e pés prosseguiu a luta até à fuga da *Arrenegada* para o castelo “levando nos focinhos muitas nódoas de punhadas”, isto diz a crónica. [1.6] Inês Negra, em triunfo no arraial, deu novo alento aos Portugueses. [1.7] Na manhã

seguinte levou-se a torre à muralha e Melgaço foi libertada após 52 dias de assédio.”

(p. 12)

O excerto citado apresenta predominância de vários tempos do pretérito em encadeamento, como o imperfeito (“pouco faltava” [1.1]), usado para definir a situação, o perfeito (“quando se travou” [1.1]), para indicar um acontecimento pontual no passado; o condicional (“iria encostar-se” [1.1]), com valor de futuro do passado, definido com base no segmento precedente “pouco faltava para terminar” [1.1], e o gerúndio (“levando nos focinhos muitas nódoas de punhadas” [1.5]), indicando o estado subsequente e por isso contribuindo para a descrição. A estrutura verbal serve aqui como suporte temporal do encadeamento dos conceitos, pelo que se verifica um claro predomínio dos verbos de acção, em articulação com os eventos e personagens.

Verifica-se também o emprego do tempo presente (“Diz Fernão Lopes” [1.3]), mas este é usado para introduzir citações e é de natureza discursiva. Isto é, o texto remete-nos para outro texto, com maior proximidade temporal aos acontecimentos referidos e autoridade científica que o texto actual, como forma de dar credibilidade e força ao relato, servindo o tempo presente para distinguir este elemento do restante encadeamento narrativo.

Para além da natureza verbal narrativa, é ainda significativa a grande densidade de marcadores temporais (“Pouco faltava” [1.1], “quando” [1.1], “até à fuga” [1.5], “manhã seguinte” [1.7], “após 52 dias” [1.7]), que reforçam a coesão temporal, já estabelecida pela sequência cronológica, e de marcadores locais (“por aí” [1.1], “para o castelo” [1.5], “levou-se a torre à muralha” [1.7]), que permitem o estabelecimento da coesão espacial.

Por razões de economia textual, verifica-se o recurso a pró-formas como o pronome relativo “que” [1.1], a locução adverbial “por aí” [1.1], o pronome demonstrativo “isto” [1.5] e da elipse como em “[As mulheres] enfrentaram-se com armas” [1.4], “[armas] quebradas nos primeiros embates” [1.4].

Do ponto de vista lexical verificam-se vários mecanismos de coesão, como a recorrência dos mesmos termos (“mulher” [1.2], “mulheres” [1.2] e “Arrenegada” [1.2], “Arrenegada” [1.5]), a substituição por outros de natureza sinonímica (“Portugueses” [1.1] e “lusíada” [1.2], “combate” [1.1], “embates” [1.4], “luta” [1.5] e “escaramuçaram” [1.3], “enfrentaram-se” [1.4]) e ainda uma isotopia dominada por numerosos

vocábulos relacionados com conflito e luta, como “enfrentaram-se” [1.4], “armas” [1.4], “embates” [1.4], “luta” [1.5], “fuga” [1.5]. Temos portanto uma passagem fortemente coesiva, tanto do ponto de vista verbal, como conceptual e lexical.

[2]

“[2.1] Da eficaz fortificação não se conhece a idade.

[22.] É possível ter havido aqui construção castreja, pré-romana, mas não se conhece qualquer documento comprovativo.

[2.3] Durante a curta ocupação muçulmana, no séc. IX, levantaram os invasores neste local uma fortificação, chamada Castelo do Minho, mas já totalmente arruinada quando o conde D. Henrique enchia os caboucos de Portugal.

[2.4] Encontrava-se nesse tempo deserta a região, um dos desastrosos frutos do avanço de Almançor a caminho de Santiago de Compostela.

[2.5] No entanto, ao conceder o nosso primeiro rei um foral a Melgaço em 1183 (ou 1181) existia povoação para o merecer, talvez aqui fixada havia pouco, por iniciativa do próprio rei.

[2.6] Por ordem de D. Afonso Henriques, ou de Pedro Pires, prior do Mosteiro de Longos Vales, a edificação do novo castelo demonstra o conhecimento da importância estratégica de Melgaço, mas o documento referido a essa obra só existe um do tempo de D. Sancho I.”

(p. 12)

Neste excerto verificamos algumas continuidades em relação ao texto anterior, como sejam as marcas de tempo (“durante” [2.3], “no século IX” [2.3], “já totalmente arruinada quando” [2.3], “Encontrava-se nesse tempo deserta a região” [2.4], “havia pouco” [2.5]) e de local (“aqui” [2.2], “neste local” [2.3], “aqui fixada” [2.5]), mas já

relacionadas com elementos argumentativos (“mas não se conhece” [2.2], “No entanto, ao conceder” [2.5], “demonstra o conhecimento” [2.6]) e modalização do discurso (“é possível ter havido” [2.2], “talvez aqui fixada” [2.5]), que apontam para uma necessidade de defesa do conteúdo textual e de face.

Mas uma diferença notável é nas formas verbais, em que, apesar da permanência do pretérito (“levantaram” [2.3], “encontrava-se” [2.4]), assistimos ao incremento da presença do participio no discurso (“chamada Castelo do Minho” [2.3], “arruinada quando o Conde” [2.3], “talvez aqui fixada” [2.5], “mas o documento referido” [2.6]) sendo que tais formas não traduzem acções, mas estados, não necessariamente causados por agentes humanos, ou, sendo-o, não o são por agentes explícitos. Tal implica que os eventos se tornam no próprio sujeito textual, o que vai modificar as relações coesivas no interior da frase e levar ao surgimento dos elementos argumentativos e modalizadores atrás referidos.

Porém, a coesão continua em grande parte a fazer-se através do recurso ao mesmo campo lexical (“fortificação” [1], “construção castreja” [2.2], “castelo” [2.6] e “ocupação muçulmana” [2.3], “invasores” [2.3], “avanço de Almançor” [2.4]), mas também da reiteração (“fortificação” [2.1], “fortificação” [2.3], “Melgaço” [2.5], “Melgaço” [2.5]), que sugerem que estamos perante um tema mais restrito mas que exige maior exactidão na forma como é abordado.

[3]

“[3.1] A primeira muralha, um quadrilátero de ângulos encurvados, encerra um terreiro acidentado de chão granítico a meio do qual se eleva sobre rochoso espigão a poderosa torre de menagem, coroada por um varandim de ressaltos, apoiado em cachorrada contínua e com ameias pentagonais.

[3.2] A norte da torre e próximo da robusta muralha encontra-se a arruinada cisterna.

[3.3] Todo o cimo da muralha casteleira constitui um amplo e seguro passeio, regalo dos olhos presos das deliciosas paisagens desta *raia húmida* de largos socacos lavrados que descem sem pressas para o rio, grandeza de suavidades vigiadas por este sin-

gular complemento de tão diferente beleza, negros
muros feridos em sua protecção.”

(p.12-13)

Neste último excerto verifica-se mais outra estratégia no emprego dos verbos. O pretérito desapareceu, dando lugar ao presente (“A primeira muralha (...) encerra” [3.1], “a meio do qual se eleva” [3.2], “encontra-se a” [3.2], “constitui” [3.3], “descem” [3.3]) e ao particípio (“coroadada por um varandim, apoiado em cachorrada contínua” [3.1]), sendo que há um predomínio de verbos de localização (“encerra” [3.1], “se eleva” [3.1], “encontra-se” [3.2]), os grupos nominais tornam-se mais complexos e extensos (“A primeira muralha, um quadrilátero de ângulos” [3.1], “um terreno acidentado de chão granítico” [3.1]) e verifica-se alguma abundância de adjectivação (“chão granítico” [3.1], “rochoso espigão” [3.1], “poderosa torre” [3.1], “cachorrada contínua” [3.1], “robusta muralha” [3.2], “arruinada cisterna” [3.2]). O uso do presente funciona aqui como ligação à realidade, articulando-se com o particípio e os grupos nominais para representar a introdução de elementos concretos, reais, que são relacionados entre si através dos verbos e dos marcadores de lugar (“a meio” [3.1], “A norte” [3.2], “próximo” [3.2], “cimo” [3.3]), mas não de tempo, o que situa os elementos descritos como atemporais ou existentes fora do tempo.

Outros elementos coesivos detectáveis são a uniformização do campo lexical, justificado pela temática restrita (“muralha” [3.1], “terreiro” [3.1], “torre de menagem” [3.1], “varandim de ressalto” [3.1], “cachorrada” [3.1], “ameias” [3.1], “cisterna” [3.2], “muralha casteleira” [3.3], “muros” [3.3]), a meronímia (“húmida” [3.3], “socalcos” [3.3], “rio” [3.3]) e a reiteração (“torre” [3.1], “torre” [3.2] e “muralha” [3.1], “muralha” [3.2], “muralha” [3.3]), que neste caso funciona como meio de transmitir uma imagem mais definida ao leitor do que se pretende descrever.

Há que sublinhar que os três excertos em questão, apesar de os recursos coesivos não serem sempre exactamente os mesmos e da diversidade temática que se verifica, fazem parte da mesma unidade “Castelo de Melgaço” da obra e não têm qualquer elemento gráfico ou textual, como um título ou outro mecanismo, que prepare o leitor para ajustar a sua percepção às mudanças de superfície. Parece-me que esta estratégia textual se justifica por duas razões. Primeiro, pela própria organização do livro, pois a obra estrutura-se como um catálogo de fortalezas, apresentando textos autónomos para cada

uma, que não se referenciam entre si e abordam o seu tema específico – o castelo – segundo várias perspectivas: arquitectónica, histórica, patrimonial, turística, estratégica, etc. Este formato permite ao autor evitar a necessidade de articular um texto extenso, concentrando-se antes em pequenos textos independentes, que facilitam o trabalho de construção da coesão.

Estas unidades temáticas vão funcionar como suporte temático unificador da coesão textual, permitindo a aglomeração de diferentes recursos, de cariz mais narrativo ou descritivo⁵⁴, sem que entre eles exista praticamente coesão de superfície.

Em segundo lugar, julgo que esta opção textual está também relacionada com a forma de leitura do texto – não contínua, mas de tipo esporádico, com vários “saltos” de leitura entre frases e parágrafos. Género de leitura que implica que a coesão textual funcione por unidades mais restritas, assentando a coesão entre parágrafos na permanência do hipertema.

Esta estratégia de construção da coesão permite, portanto, um maior uso da elipse. Ou seja, identificando claramente o tópico textual no título do texto, o autor pode permitir-se fornecer toda uma série de indicações sem relação óbvia entre si, confiando que o leitor as associará automaticamente ao castelo em causa.

A pontuação é bastante variada, com abundância de travessões, reticências, vírgulas, pontos e vírgulas e aspas, detectáveis em [4], possivelmente fruto da tentativa de dar expressividade ao texto, mas também devido à complexidade das frases de elevada densidade informativa, servindo justamente os travessões para dar informação complementar. Porém, não se encontram pontos de exclamação ou de interrogação, o que reflecte também um certo apagamento da subjectividade por parte do locutor.

[4] “Como tantos outros, o alcaide do castelo declarou fidelidade a D. Beatriz, rainha de Castela, mas indo Nuno Álvares em romagem a Santiago de Compostela – de caminho, tomara o Castelo de Neiva... – recebeu a mensagem da gente de Cerveira

⁵⁴ Estes serão descritos mais pormenorizadamente em 4.3.2 e 4.3.5 no estudo da Coerência e da Informatividade do texto.

manifestando-se ao lado e ao serviço de el-rei D.
João I.”

(p. 19)

4.3.2. Coerência

Considerando as diferenças detectadas à superfície dos excertos citados, retomarei os mesmos para efeitos da análise da coerência da obra.

A passagem [1] começa com uma indicação de tempo relativa (“Pouco faltava” [1.1]) sobre a possibilidade de um instrumento (“grande torre de madeira” [1.1]) ser deslocado por um agente não referido (“iria encostar-se” [1.1]) para um lugar (“à muralha de Melgaço” [1.1]) para permitir a acção (“por aí entrarem” [1.1]) de um agente (“os Portugueses” [1.1]), que se pressupõe seja o mesmo que realizaria a deslocação referida, quando essa acção e movimento são interrompidas por outro evento (“se travou raro combate singular” [1.1]).

Um agente (“Uma mulher” [1.2]), com um dado atributo (“de alcunha Arrenegada” [1.2]) derivado de uma razão específica (“por se haver bandeado com o inimigo” [1.2]), pratica uma acção (“desafiou” [1.2]) sobre uma entidade afectada (“Inês Negra” [1.2]), portadora de um atributo (“fiel combatente lusíada” [1.2]) oposto ao do agente. Temos depois conhecimento (“Diz Fernão Lopes” [1.3]) do evento resultante dessa acção (“escaramuçaram duas mulheres” [1.3]).

Assistimos posteriormente à pormenorização desse evento (“Enfrentaram-se” [1.4]) em duas fases: com a indicação dos instrumentos que usavam inicialmente (“armas de que não reza a crónica” [1.4]) e do estado em que ficaram (“quebradas” [1.4]); e dos instrumentos a que recorreram posteriormente no decurso da mesma acção (“punho limpo” [1.5], “dentes” [1.5], “unhas e pés” [1.5]). Este evento gera uma nova acção (“fuga da Arrenegada” [1.5]) para um local (“para o castelo” [1.5]) com um novo atributo daquele agente (“nos focinhos muitas nódoas de punhadas” [1.5]). Este resultado induz uma emoção (“novo alento” [1.6]) numa entidade afectada (“aos portu-
gue-

ses” [1.6]) e retoma-se então a acção inicial do excerto (“levou-se a torre à muralha” [1.7]) com o resultado pretendido (“Melgaço foi libertada” [1.7]).

Estamos, portanto, perante um relato narrativo com elevado grau de pormenor, que inclui acções, instrumentos, atributos e finalidades. É particularmente interessante que no início haja a indicação de uma acção prevista, a de encostar a torre de assalto às muralhas do castelo de Melgaço com a finalidade de permitir a tomada do mesmo, que só se concretizará no final do excerto, numa espécie de movimento circular. Os eventos que decorrem entre o início e o final deste excerto, a luta entre as duas mulheres, parecem assim configurar-se como condição para que a primeira acção possa ter sucesso, condição reforçada pela indicação “deu novo alento”. Embora, de facto, não haja indícios precisos de que o evento “luta entre mulheres” fosse estritamente necessário para o bom termo da acção “tomada de Melgaço”, o autor assim o parece sugerir, defendendo deste modo o impacto da micro-história na História em geral.

No excerto [2] começa-se por indicar o desconhecimento em relação ao atributo (“idade” [2.1]) de um objecto (“eficaz fortificação” [2.1]). Em seguida, admite-se a possibilidade em relação à existência de um objecto (“construção castreja” [2.2]) com dado atributo (“pré-romana” [2.2]), admissão que resulta da não cognição de outro objecto (“documento comprovativo” [2.2]).

Mas de imediato são dadas claras indicações temporais (“Durante a curta ocupação muçulmana, no séc. IX” [2.3]) e de lugar (“neste local” [2.3]) para uma acção (“levantaram” [2.3]) de produção do objecto (“castelo do Minho” [2.3]) por um agente (“invasores” [2.3]), objecto que teve um certo atributo (“totalmente arruinada” [2.3]) noutra período temporal (“quando o conde D. Henrique” [2.3]).

Em seguida é descrito o estado (“totalmente deserta” [2.4]) de uma entidade (“região” [2.4]), num contexto temporal (“nesse tempo” [2.4]) por uma razão explicada (“frutos do avanço de Almançor” [2.4]).

Mas o próprio autor reconhece que a acção seguinte (“conceder (...) foral a Melgaço” [2.5]) por parte do agente (“nosso primeiro rei” [2.5]) pressupõe uma razão (“existia povoação para o merecer” [2.5]) contraditória com o que foi dito atrás (“totalmente deserta” [2.4]), embora alegue razões possíveis (“talvez aqui afixada” [2.5]) derivadas da acção do mesmo agente (“iniciativa do próprio rei” [2.5]).

Por fim, a última acção enunciada (“edificação do novo castelo” [2.6]) é obra de um de dois agentes possíveis, em relação aos quais existe dúvida (“D. Afonso Henriques, ou de Pedro Pires” [2.6]), supondo-se uma dada cognição da parte destes (“conhe-

cimento da importância estratégica de Melgaço” [2.6]), embora o próprio autor revele incerteza em relação a essa acção (“mas o documento (...) só existe um do tempo de D. Sancho I” [2.6]).

O excerto [3] principia com a referência a um componente do objecto (“A primeira muralha [do castelo de Melgaço]” [3.1]), cuja forma é descrita (“um quadrilátero” [3.1]), a que se sucede outro componente do mesmo objecto (“terreiro acidentado” [3.1]) que estabelece uma relação espacial com mais outro componente (“a meio do qual se eleva (...) a poderosa torre de menagem” [3.1]). A torre de menagem passa de componente a objecto, cujos componentes são por sua vez descritos (“coroadas por um varandim (...) e com ameias pentagonais” [3.1]). Estabelecendo uma relação espacial com os componentes já indicados (“A norte da torre e próximo da robusta muralha” [3.2]), é introduzido mais um componente do castelo (“a arruinada cisterna” [3.2]).

Em seguida, é conferido um atributo (“amplo e seguro passeio” [3.3]) a mais outro componente do castelo (“o cimo da muralha casteleira” [3.3]), após o que deparamos com vários atributos de vários componentes de outro objecto: a paisagem que rodeia o castelo (“deliciosas paisagens” [3.3], “largos socacos lavrados” [3.3]), terminando com a associação destes dois objectos (castelo e paisagem circundante) em termos bastante paradoxais (“negros muros feridos em sua protecção” [3.3]) com os quais o autor pretende transmitir uma ideia de complementaridade entre opostos.

A análise feita permite-nos concluir que, nos conjuntos de textos que formam esta obra, podemos identificar duas orientações textuais: uma narrativa histórica e uma descritiva. A narrativa histórica é de dois géneros: de micro-história, acompanhando peripécias de indivíduos isolados, com um número restrito de agentes, mas grande variedade de acções, atributos e instrumentos; e outra, de macro-história, normalmente, de grande fôlego temporal, abrangendo toda a evolução e acontecimentos significativos do castelo em estudo, onde se multiplicam os agentes e as referências temporais.

Por sua vez, a parte descritiva concentra-se em vários pormenores da fortificação e do seu enquadramento paisagístico, pelo que se multiplica a indicação de componentes e de atributos, além da associação de propriedades. Nesta parte encontramos não só o domínio da adjectivação, como também o de vocabulário e expressões mais técnicas da área da castelologia, da arquitectura e da construção civil.

Porém, entre estas orientações do texto não se verificam delimitações precisas, mas antes transições e passagens bruscas. Com efeito, cada capítulo⁵⁵ textual faz alternância entre narrativa histórica e descrição arquitectónica e paisagística com grande fluidez e sem grande articulação aparente entre os dois, o que geraria alguns problemas de continuidade de sentido, não fora o título unificador. No exemplo [5], transcrevem-se três parágrafos, eliminando a sua parte central, a fim de demonstrar como se fazem as transições entre os diversos conteúdos presentes no texto.

[5] “A 2.^a Invasão Francesa devia cumprir o calendário estabelecido por Napoleão – a 5 de Fevereiro (1809) Soult, comandante-chefe do grande exército, entraria no Porto(...); opôs-se-lhe a valorosa guarnição de Cerveira comandada por um extraordinário militar de 77 anos, o coronel Gonçalo Coelho de Araújo.

Para isso se edificara a fortaleza – impedir travessias inoportunas. (...) D. Dinis fomentou o crescimento da vila e da fortaleza e, no foral concedido em 1321, determina que um terço dos dízimos se apliquem na conservação desta peça importante na linha defensiva da margem esquerda do Minho.

A muralha do Castelo de D. Dinis cingia o pequeno burgo(...). O adarve dá acesso aos eirados dos cubelos por pequenas escadas.”

(p.18-19)

Estes três parágrafos foram citados com cortes, sendo conservadas as frases que deviam fazer a ligação lógica entre esses mesmos parágrafos. Estamos, como se pode observar, perante um episódio da vida do castelo (as invasões francesas), a evolução histórica do castelo (de Vila Nova de Cerveira) e a sua descrição física e, entre estes três conteúdos, correspondentes a diferentes conceitos, não se verificam marcas de mudança

⁵⁵ Como “capítulo”, neste livro, refiro-me às unidades textuais enquadradas pelo tema de uma fortificação individual.

de tópico ou estilo⁵⁶. Importa ainda salientar que o capítulo se inicia com uma referência histórica sem nenhuma relação, de superfície ou subentendida, com o Castelo em questão, sendo que essa relação só surgirá já no final do parágrafo com “guarnição de Cerveira”, e entre os três parágrafos praticamente não existem conexões óbvias. De facto, julgo que um leitor que desconhecesse que este era um texto sobre o castelo de Vila Nova de Cerveira teria grandes dificuldades em compreender o seu sentido, pelo que o conhecimento da estrutura global da obra é aqui imprescindível.

É esta necessidade de inferências por parte do leitor que o texto assume, nomeadamente ao nível de *schemas*, que se pode ver no excerto [6], em que o vocabulário fortemente informativo e a predominante substantivação e modificação, de cariz descritivo e não explicativo, são unificadas através da proximidade espacial. Noutros pontos o texto torna-se coerente através da causalidade lógica e da proximidade temporal.

[6] “Quatro guaritas de cantaria e bom desenho, cúpulas facetadas e rematadas com pináculos, vigiam tudo ao redor. Para o lado do casario as cortinas dos dois baluartes agudos quebram-se em reentrância rectangular para proteger o portal encimado por brasão de armas decorado com volutas laterais.”

(p. 23)

Além do corpo principal de texto, verificamos também a presença de legendas para as fotografias e de entradas terminológicas, que serão comentadas adiante. Mas refira-se que é nestas mesmas secções terminológicas que se verifica maior coerência no texto, com referências espaço-temporais, relações de causa-efeito ou de associação, construções explicativas, etc.

⁵⁶ Entre o primeiro parágrafo e o segundo temos uma oração final, “Para isso se edificara a fortaleza”, que tenta estabelecer uma relação lógica entre os dois parágrafos. Mas esta é bastante ténue. Afinal o objectivo das fortalezas é naturalmente o de proteger território.

4.3.2.1 Macro-estrutura

A macro-estrutura da obra em estudo é complexa, devido à sua extrema compartimentação. De facto, cada castelo tem o seu capítulo próprio, havendo entre eles uma linha condutora bastante ténue: a que é articulada pelos três textos introdutórios das várias zonas geográficas em que estão agrupados os castelos.

De facto, para a obra em questão, eu definiria duas macro-estruturas. Uma macro-estrutura capitular, em que existe uma macroproposição “Castelo de...”, correspondendo aos diferentes castelos abordados (Melgaço, Vila Nova de Cerveira, Trancoso, Leiria, Óbidos, etc.), em relação a cada qual se verifica a multiplicidade de pequenos episódios humanos, a descrição de batalhas e “feitos heróicos”, combinados com o enquadramento físico e ilustrativo para transmitir ao leitor a mensagem que os castelos portugueses são muitos, variados, esteticamente belos e com uma longa e heróica história, que o leitor deve conhecer e de que se deve orgulhar, mensagem que tem certamente a função ilocutória de motivar o leitor a conhecer presencialmente os castelos, como se pode confirmar pelos excertos [7] a [9].

[7] “Para o lado poente do castelo estende-se uma laje colossal e dela se fez, não se sabe quando, eira do povo de Lindoso, com um notável conjunto de espigueiro graníticos construídos nos séculos XVIII e XIX, erguidos sobre pequenos pilares, corte pentagonal...”

(p. 29)

[8] “O próprio castelo roqueiro possui rara beleza, desafiador no pedestal gigantesco, estimulante de emoções e imaginações.”

(p. 31)

[9] “Não é verdade que D. Afonso Henriques mandasse sua mãe para Lanhoso como prisioneira após

a Batalha de S. Mamede. Verdadeira foi a tragédia ocorrida mais de 50 anos depois.”

(p. 31)

Por outro lado, verificamos que a macro-estrutura global da obra só é aferível através dos capítulos introdutórios de cada zona geográfica, segundo a qual estão organizados os castelos, e única parte da obra onde se pode verificar algum tipo de progressão e encadeamento globais do texto, além do prefácio, que também indicia algumas proposições globais.

Assim, considera-se que contemplar castelos “fala à alma” (p. 5), isto é, é uma actividade enriquecedora do ponto de vista intelectual-emocional, e que incentiva a gostar de castelos “no papel de relevo que desempenharam na história” (p. 5). Por outras palavras, os castelos devem ser vistos no seu enquadramento histórico, pois reflectem “um tempo heróico em que havia grandeza no velho Portugal” (p. 6), o que indica uma tomada de posição nostálgica e avaliativa da actualidade, em que se pressupõe que não haja “grandeza”, pelo que é preferível compreender o passado a compreender o presente. Esta noção de estudo do passado é exposta na página 7, onde se afirma que o livro é “um regalo para os olhos e uma fonte de ensinamentos”.

Seguem-se, no início de cada capítulo geográfico⁵⁷, três textos de natureza proléptica, onde se apresentam sumariamente os castelos que se vão referir, indicando algumas das suas qualidades, de modo a incentivar o leitor a consultar o capítulo correspondente. No primeiro texto é-nos explicado que os primeiros castelos descritos se encontram na área correspondente ao Condado Portucalense original, tendo muitas vezes como base fortalezas árabes e romanas anteriores.

Na página 90, os castelos da segunda parte são indicados como tendo sido maioritariamente fruto da conquista de D. Afonso Henriques. Já os castelos da terceira parte marcam o fim da Reconquista (p. 234) e o lento iniciar do processo dos descobrimentos e prossecução da história portuguesa.

No seu conjunto, estas proposições indicam-nos uma macro-estrutura assente na ideia do estudo do passado como formador de carácter, em que cada elemento histórico contém em si elementos do passado (fortalezas árabes e romanas) e pressupostos do futuro (descobrimientos portugueses).

⁵⁷ Ver o capítulo 4.3.2.2. da Superestrutura para explicações sobre esta divisão da obra.

4.3.2.2 Superestrutura

A obra não dispõe de índice no início, mas sim no final do livro. Após a folha de rosto e a ficha técnica, surge um prefácio de três páginas do Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, que não vem claramente assinalado como sendo um prefácio, distinguindo-se apenas do resto da obra pelo tipo de letra, pela inexistência de fotografias ou outras ilustrações e pela colocação de uma data e uma assinatura no final do texto. A intenção deste prefácio será a de validar cientificamente a obra, mas a descrição formal daquele parece indicar que não lhe é atribuída grande importância, visto que apenas no índice está assinalada a sua presença. No entanto, um prefácio assinado por um especialista reputado ou conhecido é frequentemente visto como um reconhecimento do valor da obra publicada e uma garantia de confiança para o potencial comprador, sendo frequentemente publicitada na capa, contracapa ou mesmo na cinta das obras em que está incluída. Supõe-se, por isso, que este prefácio não terá sido considerado de grande importância como argumento de vendas, funcionando antes como uma garantia para leitores mais interessados.

A obra divide-se em três partes: “1 Entre Minho e Mondego: Onde nasceu Portugal”; “2 Primeiro reinado: A busca de quem somos” e “3 Limites da Reconquista: litoral a sul”.

Estes três capítulos gerais, de base espaço-temporal, na medida em que delimitam os castelos segundo princípios históricos e geográficos, serão comentados em pormenor mais adiante, mas importa salientar desde já que a divisão é mais geográfica que histórica, visto que cada uma das partes abarca fortalezas muito posteriores ao âmbito temporal a que são reportadas⁵⁸, como é o caso das fortalezas de Peniche e da Berlenga, que não só são de origem muito posterior ao “1.º Reinado” em que estão inseridas, como é discutível a sua classificação de “castelos”⁵⁹.

⁵⁸ Que se situaria mais ou menos entre os séc. X e XIII, durante a Reconquista Cristã do país.

⁵⁹ “Fortificação abaluartada” é normalmente considerada a designação mais apropriada pelos especialistas (Nunes, 1991: 20).

Cada uma destas divisões inicia-se com uma curta introdução de uma página, onde se faz a resenha histórica e geográfica da área abrangida, ladeada por um mapa bastante detalhado da zona em questão.

Cada parte divide-se então em capítulos, cada um deles dedicado a um castelo. Estes capítulos têm, na sua maioria, duas páginas, havendo alguns castelos, especialmente do centro do país, a ocupar quatro páginas, provavelmente devido à importância histórica destes ou por serem considerados de maior interesse para o leitor. Nestes capítulos de quatro páginas, além das fotografias, das legendas e do texto, encontram-se também esboços de alçados, esquemas e entradas que explicam alguns termos arquitectónicos da castelologia, acompanhados por desenhos ilustrativos.

Estes termos, que serão estudados em mais pormenor adiante, estão normalmente associados a aspectos dos castelos que são mencionados no texto. Este glossário encontra-se distribuído regularmente no texto⁶⁰. Tome-se, por exemplo, o excerto de texto [10] e a explicação terminológica [11] situados no mesmo capítulo.

[10] “Levantou-se torre de menagem, que ainda conserva ameias, na face norte do castelo, olhando terras da Galiza...”

(p. 27)

[11] “Ameias e Merlões
Escudos assentes no parapeito para defesa elevada de sentinelas e atiradores, as ameias aparecem já nas antigas fortificações gregas...”

(p. 29)

No total, são 13 entradas explicativas, que cobrem 16 dos termos mais importantes da castelologia, como sejam “Cubelos” em Montemor-o-Velho, “Adarves”, em Sintra, e “Balcão”, em Sortelha.

O livro encerra com um índice completo de textos introdutórios, castelos e termos.

⁶⁰ Normalmente apresenta 10 a 30 páginas de intervalo entre cada explicação terminológica. A única excepção é entre os termos “Obras Complementares” e “Obras Móveis” que distam somente quatro páginas entre si.

Já a organização de conteúdo apresenta problemas, pois, como foi referido anteriormente, aquele funciona principalmente como um conjunto de textos independentes sobre castelos. Na melhor das hipóteses, é possível falar de uma Introdução, desempenhada pelo prefácio de Veríssimo Serrão, visto nele se encontrarem formulados os objectivos da obra. Depois haverá introduções localizadas para cada uma das três divisões espaço-temporais do livro, na medida em que se avançam alguns pontos comuns para os castelos que serão descritos posteriormente. Contudo, não existe qualquer conclusão ou hipótese de conclusão da obra, o que reforça a minha perspectiva de que não estamos perante um texto para ser lido linearmente do princípio ao fim.

Teremos, possivelmente, várias avaliações, à medida que a história, arquitectura e paisagística de cada castelo são examinadas caso a caso, estabelecendo-se conclusões para cada um deles. Mas nunca se chega a estabelecer uma conclusão definitiva, global e coordenadora da sua totalidade.

4.3.3 Intencionalidade

Embora em nenhuma parte do texto de autoria de Júlio Gil se encontre qualquer referência à metodologia e objectivos do livro, o prefácio de Veríssimo Serrão inclui a passagem [12]:

[12] “Por isso, os castelos são uma permanente lição de história e não menos de geografia cultural. O seu melhor conhecimento impõe a salvaguarda de um património que tanto sofreu com as inclemências do tempo e a injúria dos homens. Com a sua vasta cultura e talento artístico, o Arquitecto Júlio Gil compôs uma obra digna de encómios. Porque é um regalo para os olhos e uma fonte de ensinamentos.”

(p. 7)

Pondo de parte as intenções elogiosas e justificadoras da obra que facilmente se identificam nesta passagem, destaco o excerto “é um regalo para os olhos e uma fonte de ensinamentos” (p. 7). É certo que não são palavras do autor, mas deverão ter sido, certamente, escritas com o acordo deste, ou dificilmente surgiriam juntamente com a obra. E estas duas características parecem-me reflectir com bastante precisão as duas metas da obra: o prazer estético e a informação. O prazer estético, por exemplo, é assumido até no título da obra “Os mais belos castelos...” e no destaque e cuidado que é dado à fotografia em detrimento do texto, que por sua vez também se tenta embelezar com elevada adjectivação (como é visível no excerto [3]) e figuras de retórica, como a personificação (“negros muros feridos” em [3.3]) ou o paralelismo de construção (“regalo dos olhos presos (...), grandeza de suavidades vigiadas” em [3.3]). A “fonte de ensinamentos” traduz-se na elevada informatividade do texto, já em parte identificada a propósito da coesão e coerência da obra, mas confirmada adiante, no capítulo 4.3.5.

Nesta mesma passagem também se indica o tipo de informação que se pretende veicular com a obra: a “história” e a “geografia cultural”, expressa através da evolução histórica e dos pequenos episódios curiosos de cada castelo e da sua localização física e interacção com o meio em que se inserem; além de exprimir ainda os objectivos: o “contribuir para a salvaguarda de um património”, ou seja, o intuito de despertar uma acção no alocutário: a de intervir na defesa do património castelar.

As intenções atrás enunciadas não deixam de fazer parte de um quadro ideológico mais lato, como se verificou nas passagens atrás mencionadas de “um tempo heróico em que havia grandeza no velho Portugal” (p. 6) e “figuram nas páginas de honra de uma assombrosa história” (p. 234). Com efeito, o objectivo de seduzir pela estética e educar sobre o passado não deixam de reflectir uma crença na superioridade do passado em relação ao presente e na necessidade, implícita, de os contemporâneos aprenderem e imitarem os seus antepassados.

Porém, a ênfase posta no aspecto gráfico, o esforço de condensar informatividade e um texto fortemente apelativo são também reveladores da necessidade de conquistar público e assim assegurar a venda da obra. Neste caso, julgo que a intenção de vender é mais que patente. Esta intenção de vender assenta, mais do que na necessidade de informação do alocutário, em tentar jogar com a sua auto-imagem pois, como falarei a propósito da intertextualidade, esta não se apresenta como uma obra para leitura contínua e regular, mas como um objecto de exibição e de prestígio para o alocutário.

Por outras palavras, e paradoxalmente, estaremos perante um texto-objecto e não um texto-comunicação, pois mais do que o conteúdo do texto, ao alocutário interessará a própria forma do texto – não só no seu aspecto gráfico, mas na própria capacidade de sedução textual. E essa intenção de criar um texto sedutor é mais que evidente na presente obra.

4.3.3.1 Actos de Fala

Tal como foi referido antes, o tratamento do texto, estruturado em redor de temas específicos e com ténue relação entre si, não permite falar de uma progressão textual do sentido, e, do mesmo modo, não é possível encarar o texto como um conjunto de actos ilocutórios que se encadeiam na construção de um macroacto ilocutório, de um objectivo principal. Pelo contrário, julgo que estamos perante um acto ilocutório geral que é depois repetido em dezenas de variantes individuais.

Partindo do “regalo para os olhos e uma fonte de ensinamentos” (p. 7) e de “amar” os castelos “no papel de relevo que desempenharam na história” (p. 5), assistiremos à aplicação individual desta fórmula a vários castelos.

Como referi anteriormente, esta ideia de “aprender” com a História parte do princípio da superioridade do passado em relação ao presente. Há também uma tentativa de agrupamento dos castelos descritos através de vários momentos da reconquista cristã, nos textos das páginas 10, 90 e 234, acompanhando a evolução da definição das fronteiras de Portugal Continental. Este método configura os castelos como uma metonímia da fundação portuguesa, na medida em que estes são património delineador das fronteiras terrestres e marítimas, pelo que, falando de castelos, se está também a falar do próprio país, pois “constituíam células do organismo português” (p. 5).

Em suma, os macro-actos de fala são a necessidade de conhecer e “amar” os castelos portugueses, pois estes constituem elemento primordial da “alma” portuguesa. Para tanto, a obra informa e seduz, não só ao nível textual, mas também pictórico. Como ficou referido atrás, é muito provável que, no seu todo, a obra tenha sido concebida mais com o intuito de seduzir que de informar. A expressividade inerente a esta sedução pode, no entanto, ter intuítos directivos, na medida em que se procura incenti-

var o alocutário a uma acção – quer essa acção seja a defesa do património, como é indicado no prefácio, quer seja o turismo.

Mas, partindo do princípio do “texto-objecto” que referi, julgo que a intenção fundamental desta obra é estética, conjugando a beleza das fotografias com o estilo do texto – que recorre a diversas técnicas de captação de interesse do leitor, como os pequenos episódios pitorescos, como no excerto [13] ou a adjectivação qualificativa, já ilustrada pelo excerto [3].

[13] “Uma mulher, de alcunha Arrenegada por se haver bandeado com o inimigo, desafiou outra, Inês Negra, fiel combatente lusíada. Diz Fernão Lopes, “escaramuçaram duas mulheres bravas...”

Enfrentaram-se com armas de que não reza a crónica, quebradas nos primeiros embates. A punho limpo, dentes, unhas e pés prosseguiu a luta até à fuga da Arrenegada para o castelo “levando nos focinhos muitas nódoas de punhadas” – isto diz a crónica.”

(p. 12)

O lado informativo encontra-se presente, mas a informação funciona aqui como mais-valia estética – quer porque o destinatário do texto não é especialista e não dará uso prático a essa informação⁶¹, quer porque parte da informação veiculada se constitui como objecto estético de usufruto⁶².

4.3.4. Aceitabilidade

A obra em análise tem texto de Júlio Gil, fotografia de Augusto Cabrita e prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão.

⁶¹ Exceptuando o ponto de vista turístico, a maioria da população – que se constitui como público alvo desta obra – não terá uma motivação bastante forte para ler este texto, exceptuando para saber algumas curiosidades históricas que possam contribuir para o seu prestígio social.

⁶² Com isto me refiro às pequenas curiosidades e lendas que satisfazem uma necessidade psicológica romanesca e mítica, mas não apresentam efeitos práticos de relevo.



Júlio Gil foi ilustrador de várias publicações da organização juvenil do Estado Novo, a Mocidade Portuguesa, tendo criado várias tiras de banda desenhada, cuja mais conhecida foi *Chico, o Boxeur*.

Formou-se posteriormente em Arquitectura e, durante a década de 50, ilustrou um conjunto de selos de Cesário Verde para os Correios e foi director da revista de arte e turismo *Panorama*. Foi também professor nas áreas da arquitectura e da história da arte e pintor.

É também autor de *As Mais Belas Vilas e Aldeias de Portugal*⁶³ da mesma editora da obra em análise.

Augusto Cabrita foi fotógrafo, realizador e director de fotografia. Realizou várias curtas-metragens como *Improviso sobre o Algarve* (1960), *Macau* (1961), *Os Caminhos do Sol* (1966), *Viana e o seu Termo* (1969), *Na Corrente* (1970), *A Viagem* (1970), *Hello Jim* (1970), *O Mar Transportava a Cidade* (1977), *Uma História de Comboios - Uma Viagem de Hans Christian Anderson* (1978), *A Nova* (1978), etc. Foi director de fotografia do documentário *Belarmino*, de Fernando Lopes, em 1964, e *Catembe*, de Faria de Almeida. Fez a ilustração fotográfica de toda a obra literária de Carlos de Oliveira, bem como da obra *Cozinha Tradicional Portuguesa*.

Foi também fotógrafo de *As mais belas Vilas e Aldeias de Portugal*, da mesma editora da obra em análise⁶⁴.

Faleceu em 1995, tendo uma escola do Barreiro sido baptizada com o seu nome.

Joaquim Veríssimo Serrão nasceu em Santarém, em 1925, e licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra em 1948, onde também se doutorou em 1956. Foi contratado como assistente pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1961, tendo obtido em 1965 o lugar de professor extraordinário do Departamento de História. Foi director do Centro Cultural Português de Paris, entre 1967 e 1972, sendo ainda nesse ano nomeado catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa. Entre 1973 e 1974 foi reitor da Universidade de Lisboa e, entre 1980 e 1984, presidente da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Santarém.

Tem várias dezenas de trabalhos publicados sobre a História de Portugal, nomeadamente do período entre os séc. XV e XVIII, e sobre a História do Brasil entre os séculos XVI e XVII.

⁶³ Informação extraída de *As mais belas vilas e aldeias de Portugal* (1984: nota de badana)

⁶⁴ Informação obtida a partir da página sobre patronos de escolas da Secretaria de Estado da Administração Educativa – www.seae.min-edu.pt/patronos/ac.html (2003)

É ainda membro da Academia de Ciências de Lisboa, presidente da Academia Portuguesa de História e membro de diversos organismos internacionais, tendo sido distinguido com o doutoramento *Honoris Causa* pelas Universidade de Montpellier e Universidade Complutense de Madrid e com diversas condecorações e prémios internacionais, como a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul, a Grã-Cruz da Ordem de Mérito Civil, a Medalha de Prata da Galiza e o prémio Príncipe das Astúrias para as Ciências Sociais em 1995⁶⁵.

O autor do texto em análise foi Júlio Gil, sendo Augusto Cabrita responsável pelas fotografias e tendo prefaciado a obra Joaquim Veríssimo Serrão.

Qualquer um destes nomes é legitimador da obra nas suas diversas vertentes. Augusto Cabrita serve de garantia de qualidade para as fotografias, e Joaquim Veríssimo Serrão é bastante conhecido do grande público como historiador, conferindo uma aura de cientificidade à obra. Júlio Gil é talvez menos conhecido ou, pelo menos, apenas conhecido dentro de uma dada faixa etária, e provavelmente está mais associado ao turismo. No entanto, apresenta qualificações académicas e profissionais suficientes para se legitimar como autor competente para o texto em questão.

Ou seja, por outras palavras, cada um dos autores da obra tem condições de assumir o *script*, respectivamente, de autor do texto, no caso de Júlio Gil, de autor do prefácio, no caso de Veríssimo Serrão, e de autor das fotografias, no caso de Augusto Cabrita. Em relação ao *script* do alocutário, espera-se que este desfrute do texto e não que o estude ou acompanhe com maior rigor. Isto é, não cabe ao leitor estudar atentamente o texto, mas folhear a obra, demorando-se apenas no que lhe desperta interesse. Esse *script* deve ser esperado pelo autor, tendo em conta a estrutura formal e coesiva adoptada para a obra. Esse interesse deverá ser activado pela beleza da fotografia e do texto, mas também pela informação que veicula, como as pequenas histórias de cariz humano, a descrição arquitectónica e a história dos castelos, que são apresentadas de forma independente, com o objectivo evidente de dar liberdade ao leitor para ler o que mais lhe agrade.

Do mesmo modo, o alocutário espera do texto que não o tente conduzir ou o obrigue a ler para a frente e para trás, por via dos mecanismos coesivos, mas que lhe ofereça informação pitoresca, que o divirta, que lhe forneça pequenos factos curiosos e que lhe cause o desejo de visitar os castelos descritos.

⁶⁵ Informação obtida da página da Fundación Academia Europea de Yuste – <http://www.fundacionyuste.org/academia/academicos/serrao.html> (2005)

Para tanto conta com um estilo sugestivo e pitoresco, tão imagético quanto possível, utilizando uma linguagem acessível para relatar pequenas histórias e lendas, dar conta de curiosidades e factos interessantes, que não exijam uma atenção contínua à progressão textual, mas que dêem liberdade ao leitor para ler o que lhe interessa sem constrangimentos textuais.

4.3.5. Informatividade

Como referi atrás, esta obra, para cada capítulo, adopta o mecanismo de estabelecer um tópico restrito, o castelo, à volta do qual é construído um capítulo independente. Pode, por isso, considerar-se que existe um hipertema – o título - acompanhado de um macrocomentário – o texto propriamente dito nas suas diversas vertentes narrativa, descritiva, terminológica e de legenda das fotografias. Este macrocomentário é constituído por vários parágrafos, sendo que cada um está estruturado em torno de um tópico, acompanhado de vários comentários. Cada tópico/parágrafo é auto-suficiente e somente em alguns casos é que tem ligação aos parágrafos anterior e posterior, sendo os restantes regidos e coordenados pelo tópico/título. Estamos, claramente, perante uma progressão de tema constante.

Esta auto-suficiência entre parágrafos permite a redução das ligações anafóricas do texto, pois elimina-se a necessidade de retomar informação anterior. De facto, a maioria dos parágrafos surge iniciada ou por um nome [14], por um verbo [15] ou por um complemento circunstancial [16], permitindo ao leitor começar a leitura e interrompê-la entre quaisquer dois parágrafos. Este mecanismo permite uma leitura mais ou menos aleatória do texto, com o alocutário a poder iniciar a sua leitura em qualquer ponto, sem, normalmente, precisar de conhecer o conteúdo anterior para compreender o sentido, embora tal possa causar alguma perda de fluidez e encadeamento lógico numa leitura contínua.

[14] “Uma mulher, de alcunha *Arrenegada*...”

(p. 12)

[15] “Vencera-se Aljubarrota dois anos antes...”

(p. 12)

[16] “Nos dois primeiros dias após a chegada do rei...”

(p.12)

Um aspecto também de relevo é as legendas das fotografias, que se inserem na linha do género descritivo, mas conjugadas com um elemento não textual (a fotografia) que serve de tópico do texto que a legenda vai comentar. Pode assim dizer-se que neste caso o tópico é não-textual e o comentário textual.

A linguagem tem elevado grau de adjectivação, o que lhe confere um cunho poético e épico, mas é também rigorosa em relação à descrição física dos castelos, com utilização de vocabulário técnico.

[17] “A primeira muralha, um quadrilátero de ângulos encurvados, encerra um terreiro acidentado de chão granítico a meio do qual se eleva sobre rochoso espigão a poderosa torre de menagem, coroada por um varandim de ressalto, apoiado em cachorrada contínua e com ameias pentagonais.”

(p. 13)

Sendo este livro, segundo todos os indícios, orientado para o grande público, o autor do texto tentou resolver o problema deste vocabulário através da inclusão de um glossário explicativo disperso ao longo de todo o livro, como foi referido atrás, esclarecendo o sentido dos principais termos da castelologia, como se verifica no excerto [18]:

[18] “Adarves

Usado primitivamente para designar o próprio muro da fortaleza, *adarve*, que deriva do árabe *adz-dzir-we*, passou a significar o topo do muro, caminho que circuitava o cercado. Guarnecido por parapeito, era elemento imprescindível num castelo, pois, além

de caminho de ronda, constituía a linha ideal, elevada e protegida, para os atiradores defensivos. Servia também de ligação entre torres, assim como de acesso aos eirados de cubelos e balcões. Obviamente, a espessura das muralhas determinava a largura do adarve, descontada da grossura do parapeito quando este não era balançado sobre mísulas – cerca de 60 cm de largura medem os adarves mais estreitos, mas chegavam a ultrapassar os 2 m, o que não só facilitava a manobra e circulação dos atiradores como a instalação de maquinaria defensiva.

As escadas de acesso da praça de armas ao adarve eram normalmente construídas em maciços de alvenaria encostados à muralha. Usaram-se também degraus simplesmente encastrados, quando a dureza da pedra o permitiria, e ainda escadas de madeira. A estreiteza de algumas muralhas obrigou a que o adarve se fabricasse, em todo ou em parte, de madeira, como um longo varandim suportado por espeques cravados no muro, ou em esteios verticais, os chamados “andaimes”.

A partir do século XVI a artilharia pirobalística necessitaria de mais espessos muros e mais largos adarves para deslocação e instalação das novas bocas de fogo. Também por isso, os acessos aos adarves tornaram-se largas rampas.”

(p. 161)

Estas explicações terminológicas são de especial interesse, não só por apresentarem linguagem e iconografia específicas, como por se relacionarem com o resto do texto.

Deste modo, as entradas terminológicas recorrem um vocabulário e estilo mais objectivos, em que se indicam não só as características distintivas do item em questão, mas também os seus usos, variantes e evolução histórica e se estabelecem relaciona-

mentos de causa-efeito, de associação e de proximidade espacial/conceptual entre os mesmos.

Embora o estilo do autor seja também notório nesta parte da obra, é visível uma maior aplicação de conhecimentos e descrições técnicas, além de uma maior concisão e objectividade de descrição, com menor recurso à adjectivação e maior utilização de substantivos e verbos de caracterização. As explicações textuais são sempre acompanhadas de esboços ilustrativos destinados a complementar a informação dada e, provavelmente, a ajudar o alocutário a reconhecer as componentes castelares em questão no castelo em si. Aliás, a ordem e a colocação destas entradas terminológicas está relacionada com o conteúdo do texto principal, pois cada uma surge junto de um castelo onde a componente explicada faz parte do castelo e da sua descrição. Esta opção facilita a leitura, na medida em que permite a consulta imediata da terminologia, mas não é o método mais rigoroso, pois a dispersão das entradas terminológicas pelos diversos castelos e o facto de estas estarem organizadas por ordem alfabética não garante que em todos os castelos o leitor tenha a terminologia à mão, sendo antes obrigado a consultar o índice para descobrir onde pode obter dada informação terminológica. Esta escolha de estruturação da informação parece-me estar de acordo com a fragmentação do conteúdo e conjugação de diferentes tipos de informação que perpassa por toda a obra, de forma a facilitar a sua consulta esporádica.

4.3.6. Situacionalidade

Esta obra foi encontrada na secção de Álbuns Turismo/Fotografia de uma livraria, em conjunto com uma grande quantidade de álbuns de formato gráfico e estrutura similares. Cada álbum aborda um dado tema, seja ele um fotógrafo, um país, uma época ou um assunto específicos e a sua componente fundamental é a fotografia, servindo o texto para a explicar ou acrescentar informação. Aliás, a preponderância pictórica é tal que há álbuns que dispensam mesmo o texto.

O alocutário espera deste tipo de obras uma grande sofisticação gráfica, mas não necessariamente textual, que lhe deleite os sentidos. Por tal razão, o autor do texto em análise procura fornecer a informação através de uma experiência subjectiva e pelo

acumular de sensações. Ou seja, não se trata de convencer o alocutário da validade do ponto de vista do locutor, mas de fazê-lo partilhar da experiência deste através da adjectivação de descrições impressionistas, como em [19]:

[19] “Situa-se numa ligeira elevação, constituindo parte do magnífico quadro de grandiosa beleza composta de múltiplas belezas.”

(p. 18)

Isto implica também que os objectos descritos não o são de um ponto de vista objectivo, mas de como o locutor os vivencia e, pressupõe-se, como o alocutário também os deverá vivenciar [20].

[20] “É verdadeiramente grato e salutar cruzar a belíssima Porta Nova da barbacã, com seus arcos e Capela de S. Gonçalo, e as portas góticas da muralha, e deixar-se possuir e apossar-se também deste encanto evocador de actos valorosos e de talentos artísticos.”

(p. 19)

Julgo que esta técnica depende também do estilo de leitura – mais espontânea e aleatória do que o normal –, em que o leitor terá muito menor sentido de discernimento ao analisar o texto e mais tendência para aceitar este acriticamente, até porque ele é legitimado por elementos extra-textuais, como é o caso das fotografias.

Com efeito, há uma certa propensão para se aceitar como verdadeiro aquilo que é apreendido visualmente e, tendo as fotografias ao lado, o leitor estará muito mais disposto a considerar verdadeiro ou falso o que é dito no texto, tendo em conta aquilo que vê nas fotografias.

Nesta relação entre autor e texto, é nítido que o primeiro se permite dar opiniões pessoais, como em [21], e expressar sentimentos, mas distancia-os de si, diluindo o experienciador, para lhes conferir um carácter colectivo, que envolva e implique também o leitor, como é verificável em [22].

[21] “... o objectivo final da defesa armada deve ser alcançar a paz absoluta.”

(p. 20)

[22] “Dolorosas imagens nos dá a degradação...”

(p. 21)

O que nos leva ao problema da presença ou não do autor no texto. Sem nunca se assumir directamente, deparamos com vários usos da primeira pessoa do plural, como é o caso de [22]. A utilização desta pessoa verbal parece ser de carácter inclusivo, pois o autor pretende “fazer um convite” ao leitor para participar também na visita ao castelo e comover-se perante a sua “degradação”. É óbvio que neste caso a visita é somente retórica, mas o recurso estilístico, juntamente com o texto apelativo e fotografia, apontam para que talvez se pretenda também incentivar uma visita presencial.

A obra apresenta o curioso facto de o título estar desfasado do conteúdo. Com efeito, “Os mais belos castelos de Portugal” pressuporia um apanhado selectivo das fortificações medievais de maior valor estético dentro das fronteiras nacionais. Mas não é isso que acontece. O livro abrange fortificações que não podem ser consideradas “castelos”, visto serem muito posteriores, chegando mesmo ao séc. XVIII, e apresentarem arquitecturas e funções bastante diversas daqueles, fruto da evolução do equipamento, estratégia e noções bélicas.

O próprio número de fortificações incluídas no texto (103 no total) leva-me a suspeitar que o critério estético não terá sido particularmente rigoroso.

E, por fim, a referência a Portugal também não é completamente exacta, visto não estarem incluídas as fortalezas dos Açores e da Madeira – regiões passíveis de serem excluídas se o tema fosse somente os castelos propriamente ditos, mas não quando se fala também de fortalezas abaluartadas ou mesmo baluartes.

Porém, é possível explicar esta divergência do título em relação à obra pela ressonância mítica que o termo “castelos” tem para a identidade portuguesa.

A noção de nacionalidade portuguesa – entendendo-se nacionalidade como o sentimento de pertença a um dado grupo geo-cultural - fundamenta-se em dois princípios: o anti-castelhanismo, fruto dos conflitos entre o reino português e reinos limítrofes entre os séc. XI e XIV, e o universalismo, devido à expansão ultramarina e à emigração.

Os castelos portugueses estarão assim associados à fundação do país, adquirindo um estatuto mítico que outras fortalezas já não terão.

Já a menção de “belos” nos remete para a indústria do turismo. Se a viagem com intuito formativo é uma actividade bastante antiga e frequente nas elites sociais, já o turismo de massas se constitui como um fenómeno relativamente moderno. É fruto do desenvolvimento industrial que permitiu a largas faixas da população dispor de períodos alargados de lazer e é consequência da sociedade da informação atrás referida, na medida em que se incentiva que esse lazer seja empregado no enriquecimento cultural como forma de formação pessoal. Actualmente, é uma das mais importantes indústrias mundiais, constituindo-se como cerca de 30% das receitas provenientes da área de serviços e tendo movimentado aproximadamente 760 milhões de turistas em 2004⁶⁶, tendo gerado também um tipo específico de publicações: os guias turísticos, que funcionam como resenha dos principais motivos de interesse a visitar em cada local.

A obra em análise configura-se na confluência de ambas as tendências descritas, apresentando os castelos como motivo de orgulho nacional e mostrando-se como um guia útil para o conhecimento das fortificações portuguesas, quer incentivando o turismo, quer substituindo-o, na medida em que cria a ilusão ao leitor de ficar a conhecer as fortificações visual e historicamente.

4.3.7. Intertextualidade

No texto encontrei menções a cronistas medievais, como Fernão Lopes [23], obras e textos coevos, por exemplo: de Duarte de Armas [24], e outros com indicação do autor [25] ou não [26], e a escritores que se debruçaram sobre a cultura popular, como Almeida Garrett [27], incluindo citações ou paráfrases das mesmas.

Não identifiquei qualquer indicação de obras historiográficas recentes ou de maior cientificidade, o que reforça a ideia de que estas alusões textuais são empregadas para dar cor e sabor de época ao texto e não necessariamente para o fundamentar.

⁶⁶ Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (2005)
<http://www.world-tourism.org/facts/menu.html>

[23] “Diz Fernão Lopes, “escaramuçaram duas mulheres bravas...”

(p. 12)

[24] “Duarte de Armas no seu *Livro das Fortalezas...*”

(p. 15)

[25] “...os fidalgos que, no dizer de Frei Luís de Sousa, “...exercitão a mercancia a uso de Veneza & Génova contra o costume das terras de Portugal...”.

(p. 25)

[26] “Escreveu-se no século XVIII: “...hum famoso forte em huma ilha dentro do mar, que mandou edificar o senhor Juan quarto Rey deste Reino que Santa gloria haja...”

(p. 20)

[27] “Nem tradição popular nem poetas (incluindo Garrett) acreditam nesse nome que dizem ter sido dado a esta terra...”

(p. 23)

Quanto aos tipos textuais identificados, a questão é mais problemática, visto estarmos perante uma combinação de narrativa histórica, onde predominam agentes, acções, eventos, atributos e instrumentos, com o objectivo de introduzir episódios curiosos associados ao castelo [28] ou contextualizar a construção e manutenção deste [29], e sua descrição física [30], onde se multiplicam estados, especificações e atributos, a fim de caracterizar os objectos em questão da forma mais esteticamente aprazível, com abundante recurso a modificadores.

O predomínio, contudo, de atributos, leva-me a dar ênfase ao aspecto descritivo da obra, sendo a componente narrativa claramente derivada deste objectivo de descrição. De facto, sendo o tema da obra os castelos, ou seja, um objecto em relação ao qual

se pretende aumentar o conhecimento, faz todo o sentido que o texto se insira, predominantemente, no tipo textual descritivo.

[28] “Uma mulher, de alcunha *Arrenegada* por se haver bandeado com o inimigo, desafiou outra, Inês Negra, fiel combatente lusíada.”

(p. 12)

[29] “Em Braga, D. João I presidia à reunião de Cortes e sofria com as notícias vindas de Melgaço, até decidir tomar para si o comando do cerco.”

(p. 12)

[30] “A primeira muralha, um quadrilátero de ângulos encurvados, encerra um terreiro acidentado de chão granítico a meio do qual se eleva sobre rochoso espigão a poderosa torre de menagem, coroada por um varandim de ressalto, apoiado em cachorrada contínua e com ameias pentagonais.”

(p. 13)

A obra, como já vimos, está organizada com um prefácio legitimador, de um perito prestigiado e conhecido que garante a validade da obra, ao que se segue uma introdução/enquadramento histórico-geográfico para cada uma das áreas abordadas, encontrando-se depois os castelos da respectiva área geográfica descritos capítulo a capítulo. Esta organização geográfica é típica dos guias turísticos em que os elementos são frequentemente organizados por proximidade local para facilitar as visitas do alocutário/utilizador⁶⁷, que à partida tenderá a visitar as atracções de localização mais próxima. Também a organização estrutural é típica daqueles guias, pois neles se procura descrever cada local com a máxima informatividade e expressividade nas suas compo-

⁶⁷ Falo de “utilizador”, na medida em que os guias turísticos, tal como os manuais de instruções de máquinas, são textos operativos, destinados a incentivarem a acção imediata. De facto, estes guias servem para planear viagens e visitas, mas também para serem utilizados durante a própria visita para apontar e dar pormenores sobre atracções turísticas específicas dentro de cada local, tendo por isso também um carácter utilitário. Contudo, refira-se que esta segunda função não é aplicável à obra em análise devido ao seu formato volumoso e pouco portátil.

nentes infraestrutural, histórica e anedótica, e ilustrá-lo abundantemente com fotografias a fim de criar o desejo pela visita. Dentro deste contexto, julgo ser possível considerar esta obra como um género híbrido entre o álbum fotográfico e o guia turístico de luxo, especializado em castelos portugueses, visto que tem uma organização assente no princípio geográfico e informação textual similar à de um guia turístico, apresentando ainda um forte predomínio da fotografia e formato físico similar aos álbuns fotográficos.

Volto, aliás, à questão destes álbuns a propósito do formato físico da obra, que me parece relevante para a melhor situar em termos de intertextualidade e melhor compreender algumas das opções textuais tomadas pelo autor. Um dos aspectos mais curiosos do livro é a sua inadequação à posição normal de leitura, pois o tamanho e peso tornam-no incómodo para segurar com as duas mãos e ir virando as páginas em simultâneo, como é normal numa posição sentada de leitura.

Com efeito, a posição mais prática de leitura do livro é sobre uma mesa que o suporte em total abertura, enquanto o leitor vai virando as páginas. Em termos ergonómicos, este formato não é particularmente confortável e é reservado para leituras de estudo, de trabalho ou um tipo de livros especial chamado *coffee-table books*.

Os *coffee-table books*, ou álbuns de divulgação, são, supostamente, livros para ter numa mesa baixa – típica de uma sala de visitas – e destinam-se a ser folheados enquanto se conversa ou se espera por uma reunião ou encontro. São por isso livros que não servem para serem lidos integralmente, mas de uma forma aleatória e esporádica, normalmente sem grande profundidade ou continuidade. Caracterizam-se pela ilustração profusa, pouco texto, normalmente fragmentado, bem delimitado e de assunto assinalado, e com um tema de “interesse geral”, isto é, passível de despertar alguma curiosidade no público em geral, além de apresentarem um volume considerável que permita que o mesmo leitor o folheie com frequência sem ter de repetir o mesmo conteúdo.

Este parece ser o género de discurso no qual a obra se inclui, pois os castelos são assunto de fascínio para grande parte do público e a sua organização textual – permitindo consultas breves e favorecendo a leitura superficial –, além das copiosas fotografias, certamente prenderão a atenção do alocutário.

4.4 Análise de *O Castelo Estratégico Português...*

O Castelo Estratégico Português ou a Estratégia do Castelo em Portugal, de autoria de António Lopes Pires Nunes, ocupa-se da problemática da existência ou não de uma estratégia subjacente à construção das fortificações castelares e abaluartadas em Portugal.

A obra em análise tem 192 páginas. É de capa mole de cor branca, com o nome e posto militar do autor, título a vermelho ao centro, e local e data de edição, ao fundo, a preto. A contracapa é totalmente branca sem qualquer informação. Na lombada encontra-se a data de edição, o título e o nome do autor.

No interior, o texto é predominante, acompanhado de abundantes notas de rodapé (176 no total) além de alguns desenhos, mapas, esquemas e plantas desenhados a linha.

Os vários capítulos estão assinalados com numeração árabe e dentro de cada capítulo há subcapítulos marcados por uma letra minúscula e título a iniciais maiúsculas. As ilustrações têm sempre uma legenda numerada.

4.4.1. Coesão

O texto da obra é marcado por frases complexas e longas, por vezes com mais de 50 vocábulos, facilmente identificáveis no seguinte excerto que passarei a analisar:

[1]“A Fortificação Abaluartada

[1.1] À fase de transição sucedeu a Fortificação Abaluartada que poderemos definir como sendo a fortifi-

cação adaptada à defesa contra armas de fogo já desenvolvida que perdeu todas as características medievais e tem o baluarte como elemento caracterizante. [1.2] As suas fortalezas são de muros baixos e espessos com merlões e canhoiros, estando definitivamente ausentes os torreões, as ameias e torre de menagem medieval.

[1.3] Como dissemos, é possível retomar a evolução da fortificação estratégica na fortaleza de S. Brás (1552) ou nos baluartes nos ângulos e canhoiras ao alto. [1.4] As fortalezas do mesmo tipo, que lhe são coevas ou lhe sucedem, mesmo as mais poderosas, como a de S. Julião da Barra (1560), são ainda muito simples quando comparadas com as de meados do Séc. XVII, mas são inequivocamente abaluartadas (56).

[1.5] A influência italiana (57), que está patente na Torre de Belém, continua durante todo o Séc. XVI e parte do Séc. XVII, mesmo no governo dos Filipes, durante o qual vieram para Lisboa architectos italianos que esboçaram algumas das mais conhecidas fortalezas nacionais, como a de Bugio (1590) e de S. Filipe de Setúbal (1592).”

(p. 62)

Destacam-se no excerto as subordinadas relativas (“fortificação adaptada à defesa contra armas de fogo já desenvolvida que perdeu todas as características medievais” [1.1]) e coordenadas (“e tem o baluarte como elemento caracterizante” [1.1]) e grupos nominais (“a evolução da fortificação estratégica” [1.3]) e adjectivais (“adaptada à defesa contra armas de fogo” [1.1]). As subordinadas e coordenadas traduzem a necessidade de pormenorizar e relacionar conceitos bastante precisos, expressos através dos grupos nominais e adjectivais, criando-se assim conexões lógicas entre orações.

Essa mesma necessidade traduz-se no predomínio do verbo copulativo no presente (“As suas fortalezas são” [1.2], “As fortalezas do mesmo tipo, que lhe são coevas (...), são ainda muito simples” [1.4]) que permitem a descrição dos conceitos.

Pelo que respeita a tempos verbais, verifica-se o predomínio do uso do presente (“As suas fortalezas são” [1.2]) para estabelecer uma noção de objectividade e de ligação ao estado de coisas actual, e do pretérito para dar conta de eventos históricos (“perdeu todas as características” [1.1]). Com eles pretende-se atribuir uma dimensão concreta ao texto de referenciador de uma realidade cognoscível e verídica. No entanto, destaca-se também o uso do futuro (“que poderemos definir” [1.1]), com uma função modalizadora de atenuação, e do pretérito (“Como dissemos” [1.3]) nas intervenções do autor, que funciona como ligação anafórica intratextual. Ou seja, enquanto o presente refere o assunto propriamente dito, o futuro modaliza a perspectiva desse assunto e o pretérito serve para indicar ao alocutário passagens textuais anteriores que aumentam a informação ou legitimam a informação que acaba de ser dada e que podem ser necessárias à compreensão do sentido ou, pelo menos, à aceitação do argumento autoral.

A retoma é feita por pró-formas possessivas (“As suas fortalezas” [1.2]), pessoais de complemento indirecto (“que lhe são coevas” [1.4]), e relativas (“durante o qual” [1.5]), sinonímia (“fortificação” [1.2], “fortalezas” [1.2]), reiteração (“fortalezas” [1.2], “fortalezas” [1.3] e “fortificação” [1.1], “fortificação” [1.3]), e meronímia (“muros baixos” [1.2], “merlões” [1.2], “canhoeiros” [1.2]), contribuindo as pró-formas e sinonímia para a eficiência textual e a reiteração e meronímia para uma maior exactidão na abordagem de conceitos. Porém, o principal elemento unificador do texto é a proximidade do campo lexical que se traduz na abundância terminológica visível no texto (“merlões e canhoeiros, estando definitivamente ausentes os torreões, as ameias e torre de menagem” [1.2]).

Há ainda uma série de outras características de superfície relevantes para a construção da coesão, como o amplo recurso à construção passiva [2], que procura conferir objectividade ao texto e proceder ao apagamento do agente, de forma a reforçar a sua cientificidade e destacar a informação dada; e à subordinação, normalmente de natureza relativa [3] ou contrastiva [4].

[2] A missão do castelo estratégico ibérico, (*sic*)
não tem sido enunciada da forma mais correcta.

[3] “Contrariamente ao castro celta, que defendia um ponto...”

(p. 42)

[4] “O castelo da Reconquista evoluiu constantemente até ao séc. XVI, adaptando-se aos meios de ataque, se bem que o seu aspecto geral permanecesse (*sic*) idêntico.”

(p. 49)

Por outro lado, a necessidade de clarificar terminologia traduz-se na forte ocorrência de construções predicativas de sujeito, visível em [5] e recurso a grupos nominais [6] devido à necessidade de aplicação de vários atributos.

[5] “Campo Entrincheirado é a expressão designatória do espaço criado à volta de uma praça por uma cintura de obras de fortificação definitivas e temporárias, construídas a uma distância conveniente.”

(p. 66)

[6] “Quando os castelos de detenção definem uma linha de detenção, esta podia não coincidir com a linha de contacto e estar separada dela por uma zona de ninguém ou pouco activa, situação que ocorreu durante a Reconquista, quando os árabes tinham como linha de detenção o Rio Tejo e os cristãos, o Rio Mondego.”

(p.44)

Outro aspecto relevante do texto é a direcção da coesão, predominantemente anafórica, mas também catafórica, e o uso frequente da coesão remota não mediada. De facto, deparamos regularmente com expressões que remetem o leitor para outras partes

do texto. Essas partes são, muitas vezes, anteriores em relação ao excerto em causa (“Como dissemos”, p. 62), mas também é frequente situarem-se mais adiante (“algumas questões que passarão a ser objecto da nossa atenção”, p. 74). Estas passagens são normalmente de natureza explicativa, demonstrativa e descritiva, o que implica um certo esforço de acompanhamento do alocutário ou que este possua já uma quantidade substancial de conhecimentos prévios.

A pontuação utilizada – ainda que com alguma falta de precisão (“planta quinhentista de Duarte D’Armas (...), (*sic*) ilustra” [7]) - é típica de um texto complexo, com a utilização de pontos finais, para transmitir assertividade e ligação ao real, e vírgulas, parêntesis e travessões [7], que são um recurso para conjugar e intercalar informação adicional ou pormenores de relevo. Pelo contrário, não deparei com sinais de pontuação que convencionalmente procuram dar conta de marcas de subjectividade, como reticências, pontos de exclamação e interrogação, o que expressa bem a necessidade do locutor em inserir o máximo de informação possível dando-lhe uma feição de rigor e objectividade.

[7] “O desenho seguinte – reconstituição do castelo de Castelo Branco, feito com base do desenho da planta quinhentista de Duarte D’Armas (início do séc. XVI), (*sic*) ilustra o castelo português típico da Reconquista. Maior ou menor, conforme a sua importância, com dois ou três pátios distintos, todos se adaptam ao modelo árabe.”

(p. 35)

4.4.2. Coerência

Retomando o excerto [1], agora para efeitos de análise da coerência, verifica-se que este principia com um objecto que é substituído (“[fortaleza da] fase de transição” [1.1]) por outro (“fortificação abaluartada” [1.1]) de que se indica a característica dife-

renciadora (“adaptada à defesa contra armas de fogo...” [1.1]) e os componentes (“muros baixos e espessos com merlões e canhoeiros” [1.2]).

Posteriormente aventa-se a possibilidade (“é possível” [1.3]) de empregar um exemplo (“fortaleza de São Brás” [1.3]) de um objecto (“evolução da fortificação estratégica” [1.3]), de que se descrevem novamente os componentes (“baluartes nos ângulos e canhoeiros ao alto” [1.3]) num dado tempo (“1552” [1.3]). Em seguida dá-se outro exemplo (“S. Julião da Barra” [1.4]), enquadrado no tempo (“1560” [1.4]), de que se estabelece uma comparação (“são ainda muito simples” [1.4]) com outro objecto (“as [fortalezas] de meados do séc. XVII” [1.4]).

No último parágrafo temos um objecto (“influência italiana” [1.5]), que se manifesta num exemplo (“Torre de Belém” [1.5]), e que é situado temporalmente (“todo o séc. XVI e parte do séc. XVII” [1.5]) e que depois é explicado através do movimento (“vieram para Lisboa” [1.5]) de agentes (“arquitectos italianos” [1.5]) que executam acções (“esboçaram algumas das mais conhecidas fortalezas nacionais” [1.5]) de que se dão alguns resultados (“Bugio” [1.5] e “S. Filipe de Setúbal” [1.5]) situados temporalmente (“1590” [1.5] e “1592” [1.5]).

Verificamos, pois, que o excerto é predominantemente descritivo, devido ao domínio de objectos e indicação de respectivos atributos. Mas são identificáveis algumas características argumentativas, que se traduzem, nomeadamente, nos numerosos exemplos, cuja função é concretizar e legitimar os conceitos expostos de modo a não deixar qualquer dúvida na mente do leitor. Essa natureza argumentativa é, no entanto, mais explícita noutros excertos da obra, como a seguinte:

[8]

“[8.1] Em geral, só o rei definia a estratégia de defesa do Reino e a concretizava, mas ela podia ser parcialmente delegada, como sucedeu na defesa de certas áreas de Portugal que foram entregues à guarda dos Templários ou às outras Ordens Militares. [8.2] Nesta conformidade, é lícito falar-se, por exemplo, na estratégia dos Templários e denominar de estratégico um castelo nela inserido.

[8.3] Porque um castelo nestas circunstâncias é típico da Península Ibérica onde, pertencendo ao rei,

servia de abrigo ou de base de tropas, o que o distingue dos castelos dos outros países europeus que foram, sobretudo, residências senhoriais fortificadas, poderemos dizer que apenas em Portugal e em Espanha os castelos foram estratégicos, constituindo hoje um património inestimável do nosso passado militar, que urge preservar a todo o custo.”

(p. 24)

Neste excerto, temos um agente (“rei” [8.1]) que define um objecto (“estratégia de defesa do Reino” [8.1]), cuja posse parcial entrega a outrem (“podia ser parcialmente delegada” [8.1]), sendo dados exemplos destes beneficiários (“Templários ou às outras Ordens Militares” [8.1]) que passarão a deter um componente desse objecto (“é lícito falar-se, por exemplo, na estratégia dos Templários” [8.2]).

No segundo parágrafo é indicado que um objecto (“um castelo” [8.3]) com dados atributos (“nestas circunstâncias” [8.3]), tem dada relação (“é típico” [8.3]) com dado lugar (“Península Ibérica” [8.3]) devido à sua finalidade (“servia de abrigo ou de base de tropas” [8.3]), sendo depois esse objecto contrastado com outros objectos (“o distingue dos castelos de outros países europeus” [8.3]) com determinada finalidade (“residências senhoriais fortificadas” [8.3]). Desta razão é extraída uma cognição (“poderemos dizer” [8.3]) que em certo lugar (“Portugal e em Espanha” [8.3]) um determinado objecto (“castelos” [8.3]) tinha um atributo específico (“foram estratégicos” [8.3]), que se traduz, noutro tempo (“hoje” [8.3]), numa situação (“património inestimável” [8.3]) em relação à qual se incentiva uma acção (“urge preservar” [8.3]).

Neste excerto é já possível identificar com toda a clareza múltiplas características do texto argumentativo, como sejam a adução de razões, a introdução de potenciais contrastes ou oposições às razões expostas, a demonstração através de exemplos, o terminar com resenhas conclusivas e pedidos de acção ao alocutário, que justificam o motivo de toda a argumentação exposta.

Com esta natureza argumentativa é notória uma forte preocupação com a clarificação de possíveis contradições, a acumulação de argumentos e dados favoráveis e a apresentação de factos legitimadores, com respectivas fontes, a fim de justificar e explicar as possíveis causas e consequências dessa posição, além da necessidade de legiti-

mar, de forma consistente, os elementos e orientações tomadas ou novas referências que são feitas.

Ou seja, é a necessidade de o autor defender as suas ideias que o obriga a ter uma atenção especial na sua explicação e justificação. Não pode deixar dúvidas nem factos pouco claros na mente do alocutário e muito menos permitir a existência de falhas na sua construção conceptual que a possam pôr em causa. Tal necessidade determina que os conceitos abordados no texto sejam intrinsecamente relacionados, apresentando elevada densidade coesiva e coerente entre si.

Adicionalmente, é a especificidade temática da obra (a estratégia do castelo português) que lhe confere ainda maior coerência, na medida em que os principais conceitos do texto se tornam extremamente restritos, sendo os objectos quase sempre castelos, estando os atributos relacionados com o seu formato ou construção, os eventos sendo maioritariamente de cariz militar, as finalidades esmagadoramente de natureza bélica e defensiva e os agentes invariavelmente monarcas ou estratégias militares portuguesas ou ao serviço do Estado Português.

O objectivo destes mecanismos é, evidentemente, deixar o mínimo possível à inferência do leitor, de modo a que o enunciado seja o menos subjectivo possível e a interpretação tenha a máxima univocidade.

Por outro lado, a elevada complexidade e especificidade dos conceitos desenvolvidos, exige da parte do leitor recurso a todo o tipo de *frames* (por exemplo, sobre o que constitui um castelo), *schemas* (nomeadamente numa perspectiva erudita para se conhecer a evolução da história europeia e principalmente nacional) e *plans* (para se compreender as acções de algumas personagens evocadas no texto, por exemplo, Nuno Álvares Pereira ou os monarcas portugueses) que lhe permitam preencher muitas suposições que o autor faz em relação aos conhecimentos do alocutário.

4.4.2.1 Macro-estrutura

Se a nível proposicional, o texto funciona através de ligações de causalidade ou elipses, reveladoras da sua função argumentativa, logicamente a sua macro-estrutura terá o mesmo funcionamento. Deverá, portanto, obedecer a uma metodologia silogística, em que se parte de factos conhecidos ou concretos e se procura depois justificá-los e

demonstrá-los através de teorias gerais, de forma a mais facilmente se obter a aceitação do alocutário e garantir uma maior solidez de argumentação.

A obra começa por relacionar castelologia e arquitectura militar e fazer uma lista das áreas abrangidas pelo estudo da castelologia (p. 13). Em seguida, explica-se a necessidade de especializar o estudo no castelo estratégico e a estratégia do castelo em Portugal (p. 14). Após estas considerações iniciais, o autor define os elementos essenciais do combate: movimento, choque, fogo, protecção e homem (p. 15), expondo a importância da protecção em relação aos outros elementos (p. 18). Assume-se em seguida que a fortificação é um acto defensivo (p. 19) e que a protecção apresenta sempre algum atraso em relação aos outros elementos essenciais do combate (p. 20). Na página 22 passa-se à delimitação do tema, isto é, o que se entende por castelo, e inicia-se a análise da evolução e origem da fortificação portuguesa (p. 24-37), passando pelo castelo celta, o *castellum* romano, as fortificações visigodas e bizantinas e a alcáçova árabe.

A partir da página 38, comenta-se, por sua vez, a evolução da fortificação europeia e posteriormente debate-se a função (p. 42), missões (p. 44) e requisitos (p. 47) do castelo estratégico. A partir da página 49 discute-se a evolução técnica do castelo em Portugal, nomeadamente as características físicas e as fortificações posteriores (p. 54).

Da página 74 em diante discutem-se as características sócio-culturais dos castelos, até à página 78, onde se conclui a necessidade de estudar a estratégia castelar em Portugal.

Consequentemente, na página 90 discute-se a definição de estratégia do castelo e, da 92 em diante, apresentam-se as fontes potencialmente reveladoras das estratégias para os castelos.

Da página 118 em diante debate-se a relação entre estratégia, fortificações e condições históricas da defesa terrestre e, a partir da página 159, das fortificações ultramarinas.

O texto termina na página 174 onde se conclui que ficaram pistas para estudos mais aprofundados.

Partindo destas macroproposições, temos então que o autor começa por defender que as fortificações portuguesas são estratégicas, explicando a sua definição de estratégia e dando numerosos exemplos e referências da história. Deste modo, reafirma as fortalezas como herdeiras de uma longa tradição histórica e estratégica e exibidoras de uma grande diversidade de funções. Por isso, o autor, seguindo um raciocínio lógico,

conclui que devem ter tido uma grande variedade infra-estrutural ao longo do tempo. Para analisar as várias estratégias que lhes foram sendo atribuídas, o autor indica exaustivamente fontes passíveis de fornecer as informações históricas necessárias e passa depois à sua própria análise das fontes, descrevendo as diversas estratégias que foram sendo aplicadas ao longo dos tempos, conforme os progressos militares e as modificações geoestratégicas.

O texto é concluído com a ressalva do autor em relação à importância e complexidade que merecem estudos mais aprofundados e específicos sobre a matéria em questão.

Parece claro estarmos perante uma macro-estrutura tipicamente argumentativa em que conceitos são expostos, de modo a serem compreendidos pelo alocutário, avaliados, para se seleccionar aqueles que se afiguram como mais importantes e merecedores de atenção por parte do locutor, associados entre si, de forma a se estabelecer um enquadramento teórico que pareça lógico e credível, e reavaliados, no sentido de se aferir da solidez da teoria desenvolvida, a fim de se criar uma estrutura conceptual global o mais credível possível.

4.4.2.2 Superestrutura

O livro está dividido em duas partes, a primeira intitulada "O Castelo Estratégico Português" e a segunda intitulada "A Estratégia do Castelo em Portugal". Ambas as partes têm organizações idênticas, começando com uma página de título, seguida por um sumário dos capítulos e subcapítulos. Depois, o texto propriamente dito principia com uma introdução, seguida por vários capítulos e subcapítulos, e termina com uma conclusão e uma extensa bibliografia. Só no final do livro é que se encontra um índice com indicação das páginas de cada capítulo.

Ou seja, é a organização convencional que se esperaria de um trabalho académico, com aparência austera e predomínio da mancha textual, apenas aligeirada por alguns diagramas, ilustrativos ou de informação complementar, esporádicos, sendo o corpo de texto acompanhado de copiosas notas de rodapé. Esta organização, visto seguir o carácter lógico de um género textual, o argumentativo, bastante estudado, permite uma análise mais profunda à sua superestrutura do que permitiram *Os Primeiro Reis* –

que segue uma ordem cronológica – e *Os Mais Belos Castelos de Portugal* – cuja estrutura formal é condicionada por factores extra-linguísticos (a localização geográfica dos castelos) e cujos textos funcionam de modo independente.

Deste modo, ao nível desta organização temos que, após a Introdução, a obra dispõe da apresentação do Problema ou do princípio orientador do texto – “As fortificações portuguesas são estratégicas” (p. 14) – que o autor irá tentar analisar ou defender com uma Solução assente em várias estratégias argumentativas.

A primeira é através da análise cronológica do tema, o que é feito entre as páginas 22 e 47. Esta opção, além de ser coerente com a noção de que se está a estudar um elemento histórico, é uma estratégia frequente, na medida em que, ao analisar-se a proveniência e desenvolvimento do tema, podem ser descobertas as razões e os momentos chave que levaram à sua situação actual, como se verifica no excerto [9].

[9] “Nesta conformidade e porque nos vamos situar no território português eles ficam temporalmente limitados entre o seu período inicial que poderemos considerar na época da Reconquista e o início do Séc. XVI, no reinado de D. Manuel I.

É neste período que o castelo medieval se desenvolve, sendo a Torre de Belém, construída de 1516 a 1519 por Francisco Arruda...”

(p. 22)

A estratégia seguinte é uma explicação e caracterização das várias componentes da questão em causa, que se inicia na página 47 com a passagem [10].

[10] “Para que um castelo estratégico pudesse cumprir as missões que lhe eram atribuídas, deveria ser possuidor de um certo número de requisitos técnicos...”

(p. 47)

Neste caso estamos perante a decomposição do tema nos seus diversos componentes, a fim de analisar cada uma individualmente e compreender como se articulam entre si.

Por fim, o autor faz a Avaliação, analisando as consequências da evolução histórica e do funcionamento dos castelos, para atingir a Conclusão, em relação a todos os princípios e factos avançados anteriormente, com o comentário [11].

[11] “...questões que passarão a ser objecto da nossa atenção decorrem desta circunstância.”

(p. 74)

Depois deste ponto, verifica-se a passagem para a segunda parte da obra, intitulada “A Estratégia do Castelo em Portugal”.

Em termos superestruturais, é duvidoso que esta segunda parte possa ser considerada um texto autónomo, implicando tal conclusão de que estaríamos perante dois textos a partilhar o mesmo suporte físico. É duvidoso porque, tendo em conta que esta segunda parte assenta em pressupostos definidos pela primeira parte (o castelo português ter obedecido a princípios estratégicos), além de partilhar a mesma temática (o castelo português do ponto de vista estratégico) e o mesmo objectivo último do primeiro texto (estabelecer uma teoria uniforme e sustentada que permita enquadrar o castelo português em termos estratégicos), inclino-me a encarar o segundo texto como uma aplicação prática dos princípios teóricos expressos na metade inicial do livro.

Assim sendo, estamos perante um único texto que aborda em duas fases a mesma questão: a de os castelos portugueses poderem ou não ser estudados segundo um ponto de vista estratégico.

Após a Introdução, esta segunda parte é iniciada com a exposição do Problema de como estudar a questão da estratégia do castelo português, a que se procura dar a Solução através da definição da metodologia, uma componente bastante importante do texto científico, que principia na página 92 com o capítulo “Fontes para a definição da estratégia do castelo”.

Esta secção servirá então de apoio à parte seguinte da obra, “Evolução do conceito da estratégia em Portugal”, que principia na página 118, onde se faz uma Avaliação através da cronologia analítica das diversas estratégias do castelo em Portugal. Este é, sem dúvida, o ponto fulcral do trabalho, quando todos os conceitos teóricos, argu-

mentos e metodologias do trabalho atingem o seu objectivo prático, com uma panorâmica detalhada das diversas épocas, razões técnicas e geoestratégicas que modificaram a evolução do castelo. É, aliás, a parte mais extensa do livro, prolongando-se até à página 173, embora dividida em dois capítulos - um dedicado às fortalezas da área continental portuguesa actual e outro sobre as fortalezas dos territórios ultramarinos.

A última parte é uma brevíssima Conclusão de dois parágrafos onde, num processo familiar do texto académico, se resumem as intenções e conclusões do trabalho e se deixam algumas pistas para outros trabalhos que possam vir a ser feitos, dentro do princípio de funcionamento intertextual característico deste género de discurso.

4.4.3. Intencionalidade

Para a análise da intencionalidade da obra em estudo, a nota [12], presente no frontispício, parece-me de grande relevo.

[12] “Conferências proferidas no contexto da área científica ‘Evolução do Conceito Estratégico Nacional’ do Mestrado em Estratégia, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.) da Universidade Técnica de Lisboa, nos anos lectivos de 1985/86 e 1986/87. Os textos das conferências foram reformulados tendo em vista o apoio à disciplina de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar do Curso de Museologia Militar, levado a efeito pelo Serviço Histórico Militar no ano de 1988.”

(frontispício)

Dela se depreende que a primeira intenção do texto seria servir de conteúdo para conferências de um curso académico, tendo o mesmo material mais tarde sido convertido em formato escrito para a obra em análise. Ou seja, o objectivo inicial do texto foi o de transmitir oralmente conhecimentos a um público conhecedor e, portanto, dotado já

de fundamentos científicos básicos, num enquadramento pedagógico muito específico – um Mestrado em Estratégia e posteriormente como apoio a um curso de museologia militar. Estes dados indicam-nos que o autor terá tido de abordar o assunto sob uma vertente muito precisa – a arquitectónica e a patrimonial –, possivelmente descartando outras perspectivas que talvez saíssem fora deste âmbito. Do mesmo modo, o autor teve de contar com um alocutário com elevadas exigências informativas, sendo necessário assegurar-se da coerência e da veracidade dos factos expostos e, caso não pudesse ter tal segurança, proteger a sua posição em relação aos mesmos. Estes factos tiveram de ser dados dentro de uma estrutura argumentativa que justificasse a sua selecção e tratamento. Finalmente, o autor, após a transmissão oral do texto, teve de o adaptar ao suporte de papel, contemplando o facto de a interacção locutor e alocutário ser menor e as condições de recepção do conteúdo serem também bastante diferentes⁶⁸.

Tal como em relação às outras obras analisadas, torna-se necessário considerar o peso da comercialização do livro em termos de intencionalidade. É certo que é um texto também para venda; no entanto, tendo em conta que se situa num campo muito restrito, destinado a especialistas, a possibilidade de lucro comercial perde relevo. Parece-me que a questão do prestígio intelectual pesa mais nesta obra, visto que o que esta permite demonstrar é a capacidade intelectual do seu autor dentro da sua área e afirmar a sua importância científica dentro dessa mesma área. Tal justifica a importância atribuída à solidez argumentativa do texto e a necessidade que o autor tem de apresentar o máximo de informação possível, que confirme a profundidade com que estudou a questão.

Houve, portanto, subjacente ao texto, as intenções de informar de factos, argumentar, fundamentando a veracidade desses factos e adaptar o mesmo conteúdo a diferentes suportes, por forma a divulgar a teoria do autor pela máxima audiência possível, dentro do campo restrito da castelologia e estratégia militar.

4.4.3.1 Actos de Fala

Partindo das proposições atrás expostas, verifica-se uma conjugação constante entre factos e argumentos, servindo os primeiros para sustentar os segundos e os segun-

⁶⁸ Como será discutido mais adiante, em 4.4.6, a propósito da Situacionalidade.

dos para justificar a selecção dos primeiros. Assim, quando o autor relaciona castelologia e arquitectura militar (p. 13) pretende demonstrar que o seu estudo comum é legítimo e necessário, e parte desse ponto de vista para justificar a necessidade de estudar a estratégia do castelo em Portugal (p. 14). Do mesmo modo, quando define os elementos essenciais do combate (p. 15), salientando a importância da protecção (p. 18), que é traduzida pela fortificação (p. 19), está a elevar o relevo e pertinência do tema do seu trabalho.

Na mesma linha de intenções, a delimitação do tema da página 22 consiste, sem dúvida, na selecção de um ponto de partida com vista a fornecer uma dada perspectiva desse tema para se poder debater a evolução das fortificações portuguesas (p. 24-37) e europeias (p. 38-48), que se traduzirá mais tarde na distinção entre ambas segundo, na perspectiva do autor, as funções estratégicas das primeiras.

Em seguida, a descrição física e sócio-cultural (p. 49-78) dos castelos portugueses e das fontes potencialmente reveladoras das estratégias adoptadas para os castelos (p. 92-117) servem de base para se estabelecer uma relação entre estes três factores, descrevendo-se a construção e manutenção castelar ao longo da história portuguesa (p. 118-173), o que constitui o fulcro do livro.

Julgo que esta estrutura demonstra que o principal objectivo do autor é expor informação e caracterizá-la como verdadeira e real, procurando conjugar factos e argumentos de forma coerente, criando assim um acto de fala assertivo. Apesar de ser bastante reconhecível a natureza argumentativa do texto, verifica-se que esta argumentação não procura desencadear acção por parte do alocutário⁶⁹ nem comprometer o locutor, mas somente justificar a estruturação e selecção da informação que o locutor fornece ao alocutário. Esta justificação revela-se, por exemplo, nas frequentes referências a outras partes do texto em que se dá informação adicional ou necessária à correcta compreensão da informação actualmente a ser fornecida, e a que aludi em 4.4.2 a propósito da coesão textual.

⁶⁹ Apesar de o livro concluir falando de “terem ficado abertas as verdadeiras vias para o aprofundamento do assunto” (p. 174), não é lícito pensar automaticamente que o autor tenha como principal intenção incentivar o alocutário a aprofundar o tema. Estaremos antes perante um mecanismo de modéstia, onde se salvaguardam eventuais lacunas e precavem futuros trabalhos que possam questionar a presente obra ou aprofundar alguns dos seus tópicos. Confere-se assim à obra o estatuto de ponto de partida, sublinhando a sua importância, no entender do autor, mas reconhecendo as suas limitações.

4.4.4. Aceitabilidade

O autor da obra em análise, António Lopes Pires Nunes, é tenente-coronel de artilharia na situação de reforma. Nasceu em Castelo Branco, em 1939, e é licenciado em História com especialização em Arqueologia Clássica, pela Universidade de Coimbra. Dedicar-se à História Militar, Património e Antropologia Cultural, sendo coordenador científico e autor de vários números de *Cadernos de Património Cultural da Beira Baixa*. Foi fundador da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e é membro do plenário e do conselho científico da Comissão Portuguesa de História Militar

À obra em análise foi atribuída a Medalha de Prata da Associação Espanhola dos Amigos dos Castelos, e outra obra do mesmo autor, intitulada *Dicionário Temático de Arquitectura Militar*, recebeu o Prémio Ministro da Defesa, de 1990, sendo o autor ainda responsável pelos livros *D. João e D. Nuno - Chefes Militares em Fernão Lopes*, o primeiro volume de *Guerra em Angola - 1961/64 e Angola - 1966/1974 - Vitória Militar no Leste*⁷⁰.

Verifica-se, portanto, ser um autor com formação adequada e mérito reconhecido por outros especialistas do sector. Acrescente-se que, sendo a presente obra baseada em conferências de carácter académico, a sua cientificidade sai desse modo reforçada aos olhos de certa camada de público com interesse na matéria, que considera que se é aceitável nesse contexto também o será noutros contextos de menor exigência e rigor. Porém, esse mesmo facto poderá gerar resistências da parte de outros alocutários que, pressupondo uma estrutura e estilo tipicamente académicos, o rejeitem como obscuro e excessivamente especializado.

Desta forma, o alocutário espera que o locutor assuma funções de especialista e lhe forneça informações relevantes, aprofundadas e de natureza original ou, pelo menos não facilmente obténível de outras fontes, numa perspectiva inovadora ou menos correntemente conhecida. Essas informações deverão ser factuais, mas também argumentativas, derivando da opinião profissional do autor, assente na experiência e em conhecimentos alargados das teorias e práticas comuns no ramo.

Por seu lado, o locutor assume que o alocutário será um interessado na matéria, especialmente por razões profissionais, com bons conhecimentos na área mas em busca

⁷⁰ Informações obtidas da nota de badana desta obra (2002).

de informação mais especializada e bastante exigente em termos da credibilidade da informação. Para tanto salvaguarda-se, atribuindo com precisão a origem de todas as informações que disponibiliza, demarca a sua opinião pessoal com mecanismos de defesa de face e contempla a possibilidade de o alocutário estar somente interessado em algumas das informações veiculadas, estruturando-as rigorosamente e fornecendo uma método de indexação rápido na forma de índice (p. 189) e sumários (p. 11-12 e p. 87-89).

Adicionalmente, o texto apresenta todas as características comuns a textos académicos, como bibliografia, citações, notas de rodapé, um capítulo introdutório e um capítulo de conclusões, além de, em termos da coesão e da coerência, como vimos, procurar conferir o máximo de objectividade ao discurso através do recurso a frases complexas, modo indicativo, remissão para outras partes do enunciado, etc..

Do ponto de vista estilístico, como foi dito a propósito da coesão, emprega frases longas, de relativa complexidade sintáctica, fortemente substantivadas, com recurso a grupos nominais extensos que indiquem com rigor os conceitos que se estão a abordar, além de se tornar necessária a remissão constante para outras partes do texto com informação necessária à sua compreensão. Este estilo torna o texto mais exigente para o leitor, que terá de fazer um esforço adicional para compreender os argumentos expostos e reter os conceitos explicados, além de ter de acompanhar o texto até ao final e fazer consultas frequentes a outros pontos do texto para relembrar informação e consultar bibliografia e notas de rodapé.

Como é compreensível, este tipo de texto apenas é aceite por um público restrito, que compreende a sua densidade como um mal inevitável e tem suficiente interesse na informação que o texto contém para aceitar as suas condições de leitura.

4.4.5. Informatividade

O Castelo Estratégico Português pauta-se, como já foi mencionado, por uma organização argumentativa que determina consideravelmente a estrutura temática do texto, na medida em que cada informação conhecida é seguida de informação nova, que se torna informação conhecida da oração seguinte acompanhada de informação nova.

Tomando como exemplo o excerto [13], da página 24, verifica-se que o texto principia com o tópico “O conhecido pensamento”, que dá origem ao comentário “contém implicitamente a ideia de que...”. Na oração seguinte retoma-se o tópico “A afirmação conduz à seguinte...”, cujo comentário é “castelo incluído (...) formulado por quem legitimamente tinha capacidade para isso”, que se torna tópico da frase posterior, “Em geral, só o rei definia a estratégia de defesa do Reino” e que origina novo comentário “mas ela podia ser parcialmente delegada, como sucedeu”, que é novamente retomado como tópico “Nesta conformidade, é lícito falar-se...”.

Tal funcionamento origina uma elevada progressão conceptual que confere um alto nível de informatividade ao texto, mas, ao mesmo tempo, aumenta a sua complexidade e a dificuldade de interpretação por parte do alocutário, que terá de fazer um maior esforço para compreender e integrar toda a informação nova que é transmitida.

[13] “O conhecido pensamento do militar filósofo da guerra, Carl Von Clausewitz ‘A guerra é a continuação da política por outros meios’, geralmente aceite como actual, contém implicitamente a ideia de que a guerra e a consequente preparação de um país para nela intervir é decidida por quem tem capacidade política.

A afirmação conduz à seguinte definição de castelo estratégico: ‘castelo incluído no conceito de defesa militar activa de um território, formulado por quem legitimamente tinha capacidade para isso’.

Em geral, só o rei definia a estratégia de defesa do Reino e a concretizava mas ela podia ser parcialmente delegada, como sucedeu na defesa de certas áreas de Portugal que foram entregues à guarda dos Templários ou às outras Ordens Militares. Nesta conformidade é lícito falar-se, por exemplo, na estratégia dos Templários e denominar de estratégico um castelo nela inserido.”

(p. 24)

Efectivamente, quase não se verifica repetição de informação, por questões pedagógicas ou formais, e a informação nova que é introduzida é desenvolvida tanto através da análise dos seus pormenores, como através do estabelecimento de relações com outros conceitos, na medida em que permita integrar mais informação nova. Como exemplo deste elevado nível de informatividade tome-se o excerto [14], onde se introduzem diversos conceitos, que são imediatamente definidos e relacionados entre si:

[14] “Aludimos já à existência de missões que podiam ser atribuídas aos castelo (*sic*), que lhe dão o nome específico de Castelos de Detenção, de Penetração ou de Ocupação, Castelos Orientados e Não Orientados. (...)

Castelo de Detenção era um castelo situado numa linha avançada ou eixo de penetração onde desempenhava um papel fundamental e directo na manutenção, a todo o custo, da segurança do território à sua rectaguarda e na contensão (*sic*) do inimigo. (...) Os castelos da Linha do Mondego, do Tejo, etc., que se definiram durante a Reconquista, foram castelos de detenção.

Um castelo de detenção podia vir a tornar-se em castelo de penetração ou de ocupação, conforme o evoluir da situação.”

(p. 14)

Porém, a nível global, verifica-se que o hipertema da obra “O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal” se decompõe em vários tópicos, correspondentes aos diversos capítulos da obra, sendo que estes temas não se articulam rematicamente entre si, mas constituem temas constituintes do hipertema. Assim, por exemplo, temos os tópicos “8. Missão Geral do Castelo Estratégico” (p. 42-43), “9. Missões Específicas do Castelo Estratégico” (p. 44-46), “10. Requisitos de um Castelo Estratégico” (p. 47-48) e “11. Evolução Técnica do Castelo Estratégico em Portugal” (p. 49-53), cada qual abordado num capítulo separado com texto e rema próprio, cuja pro-

gressão informacional e relação com o hipertema é evidente só por si. É, portanto, um exemplo de progressão com temas derivados.

No texto deparamo-nos ainda com uma linguagem complexa, já atrás referida, e terminologia extremamente precisa e codificada, em relação à qual boa parte do texto é empregue a decodificar e explicar, como se verifica no excerto [14].

Esta necessidade de definir terminologia e caracterizar conceitos origina uma elevada predominância de verbos predicativos, acompanhados de advérbios e dando lugar a orações relativas.

Ao mesmo tempo, implica a utilização de termos fixos, como “fortificações abaluartadas terrestres” e “fortificações abaluartadas marítimas” (p. 23), necessários para a consolidação da terminologia e especificação e distinção de conceitos, mas cuja rigidez lexical tem fortes implicações na coesão textual, como já foi referido atrás.

No entanto, esta terminologia precisa e complexa revela-se necessária para o aprofundar da informação, pelo que podemos dizer que a terminologia do texto é abundante e rigorosa, mas restrita, pois assenta num conjunto muito limitado de conceitos, que são distinguidos entre si pelas suas características secundárias ou por funcionalidades específicas.

4.4.6. Situacionalidade

A guerra, definida pelo pensador prussiano Clausewitz⁷¹ como “a continuação da política por outros meios”, é uma actividade humana muito antiga e, como está subentendido na mesma observação, traduz-se num conflito violento inter ou intra-sociedades com fim a determinar a gestão e distribuição dos recursos disponíveis a essa ou essas sociedades⁷².

⁷¹ Cit. in Nunes (1988: 24) a partir da obra *Da Guerra* do autor prussiano.

⁷² Note-se que há autores que discordam desta observação. Keegan (1994: 24-28), a propósito, cita os casos da Ilha da Páscoa, em que a civilização nativa foi totalmente destruída pelos conflitos internos, e da guerra nuclear, em que o resultado é a destruição mútua dos contendores, como exemplos de guerras que ultrapassam largamente essa perspectiva racionalista. Note-se, contudo, que Diamond (1995: 68) atribui a destruição da civilização da Ilha da Páscoa, não à guerra, mas à sobre-exploração dos recursos disponíveis, tornando-se então as lutas armadas mero escape para uma população incapaz de controlar esse esgotamento.

A obra analisada situa-se no campo dos estudos militares, na medida em que estuda uma das vertentes bélicas⁷³ na sua evolução histórica dentro do contexto nacional. Este género de estudos históricos é essencial no âmbito da formação estratégica, em cuja situação estas conferências foram, aliás, proferidas, na medida em que o conhecimento do passado é considerado vital para a tomada de decisões futuras⁷⁴.

Por outro lado não deve ser ignorada a vertente patrimonial desta obra. A conservação do património histórico considerado de relevo é de grande importância para os Estados modernos, sendo interpretada como um meio de fomentar o orgulho nacional. O texto, ao documentar a evolução do património castelar português, não poderá deixar de ter o objectivo, mesmo que subentendido, de incentivar a protecção e recuperação das fortificações portuguesas, se não com objectivos estratégicos, pois o desenvolvimento da guerra móvel tornou ultrapassada a noção das fortificações fixas, pelo menos com objectivos históricos.

A obra encontra-se na loja do Museu Militar do Porto⁷⁵, juntamente com outras obras também de estudos estratégicos, dedicadas a batalhas, guerras, exércitos, chefes militares e equipamentos bélicos de diversas épocas. Neste tipo de textos é frequente um elevado grau de especialização e um predomínio descritivo, além de graficamente se encontrarem quase sempre desenhos, esquemas, mapas ou fotografias ilustrativas do assunto em causa.

O seu autor está ligado ao mundo militar e ao mundo académico e os públicos-alvo normalmente encontram-se também dentro da mesma esfera, ligados a questões estratégicas, mas também entusiastas e curiosos da matéria. Também é possível encontrar tal temática no mundo académico civil, normalmente associada ao ramo da História, dentro das especialidades da História Militar e da Arqueologia Militar.

Outro aspecto a ter em consideração é o facto, referido a propósito da intencionalidade do texto, que este foi originalmente concebido para ser apresentado na forma de conferências, do que se depreende ser uma obra com raízes na oralidade.

Uma ocorrência comunicativa oral apresenta diferenças significativas em relação a uma comunicação escrita tanto na sua estrutura como até no próprio conteúdo. Segundo Franco (2003: 210-211), a “complexidade do fenómeno

⁷³ Nunes (*ibid.*, 15) chama-lhe um dos “elementos essenciais de combate”.

⁷⁴ Dentro da linha de pensamento que sugeri em 4.2.6.

⁷⁵ Este foi o único local onde encontrei a obra para venda (embora também exista em algumas bibliotecas). É possível que se encontre também em alfarrabistas e algumas livrarias, mas apenas com carácter residual e esporádico.

oralidade/escrituralidade” apresenta uma variabilidade que não depende apenas do suporte em que é produzido o discurso, mas de factores como o grau de familiaridade/não-familiaridade dos parceiros de comunicação; a faceta de participação ‘emocional/não-emocional’, a dependência/independência do texto relativamente às condições em que é produzido e em que se faz a sua recepção; e o grau de menor/mais forte rigidez temática.

Não me foi possível saber quais as condições reais de produção deste texto, mas a partir do conhecimento empírico das conferências académicas comuns podemos pressupor que as palestras em causa foram proferidas num ambiente de certa formalidade e não-familiaridade entre interlocutores e alguma rigidez temática⁷⁶.

Contudo, uma análise de possíveis marcas de oralidade revelou-se infrutífera, o que é explicável pela passagem “Os textos das conferências foram reformulados tendo em vista o apoio à disciplina de Arquitectura Militar e Arte” [12], que aponta para que, embora o texto das conferências possa ter sido previamente escrito⁷⁷ e lido em voz alta durante as mesmas, posteriormente, terão sido adaptadas ao estilo escrito, com consequente eliminação daquelas marcas.

Este facto diminui consideravelmente as hipóteses de se encontrarem mecanismos de monitorização de situação, frequentes na oralidade, pelo que me restrinjo ao estudo da gestão da situação, âmbito em que o locutor procura levar o alocutário a acompanhar a sua exposição, primeiro através de referências frequentes a conceitos já expostos, acompanhados da repetição abreviada desses conceitos. Este mecanismo ([15] e [16]) permite ao autor relembrar conceitos necessários para a progressão textual de que o alocutário pode já não se recordar, além de modificar a apresentação desses conceitos, por forma a favorecer a lógica argumentativa. O mesmo mecanismo ocorre para situar o leitor na estrutura argumentativa [17] e para relembrar condições necessárias à validade da argumentação [18].

[15] “Como dissemos, é possível retomar a evolução da fortificação estratégica...”

(p. 62)

⁷⁶ Segundo a nota de frontispício, o tema seria a “evolução estratégica nacional”.

⁷⁷ Caso esse em que estaríamos perante um fenómeno comunicativo de natureza escrita, mesmo que tenha sido lido oralmente.

[16] “Aludimos já às fortificações marítimas que constituíam...”

(p. 68)

[17] “Explanadas as questões do castelo português, continuaremos depois a abordagem das fortificações...”

(p. 23)

[18] “Reportamo-nos à época da Reconquista cristã...”

(p. 34)

Outro método de gestão da situação são as notas de rodapé, com que o locutor pode pormenorizar ou concretizar a informação [19], ou aborda questões que lhe parecem de importância menor [20], mas que podem ser úteis para sua salvaguarda.

[19] “(11) Pelo menos 2 Limes atingiram excepcional importância – o Limes que liga o Reno ao Danúbio e o chamado Muro de Adriano no Norte da Inglaterra.”

(p. 29)

[20] “(1) Esta concepção da importância do factor técnico da guerra insere-se entre a teoria dos que advogam que o homem é sempre a determinante do resultado de uma contenda e a opinião de Eric Muraise, expressa em ‘Influência do Armamento na História’ nos seguintes termos ‘...A guerra é, antes de tudo, uma questão de armas e o contendor que mais rapidamente melhorar o armamento é quem conseguirá a vitória...’”

(p. 16)

Ainda outro mecanismo é o das ilustrações e diagramas, usados com algumas regularidade no texto e que, longe de terem um papel meramente ilustrativo, funcionam como reforço visual dos argumentos que o locutor pretende transmitir, função essa que é, aliás, explicitamente reconhecida pelo locutor [21]:

[21] “O diagrama seguinte ajuda a compreender
melhor a ideia anteriormente expandida.”

(p. 16)

Verifica-se, por fim, a desagregação do texto, tanto mais que as formas verbais são empregadas predominantemente na voz passiva. Quando existe auto-referência do autor, este utiliza a primeira pessoa do plural, “nós”, que por vezes se confunde com o “nós” majestático e o “nós” inclusivo, mesmo que elidido, como o que se encontra na página 169: “que havíamos conquistado”. É possível que este seja um resquício da oralidade original do texto, mas as obras anteriormente analisadas, apesar de serem assumidamente de origem escrita, também o empregam, pelo que lhe atribuo um valor de captação da participação e interesse do alocutário.

4.4.7. Intertextualidade

No texto abundam as alusões a outros textos. Estas alusões são altamente padronizadas, como listas de bibliografia [22] e citações [23], que seguem o formato académico típico, além de paráfrases e menções de obras consultadas [24], com o objectivo de fundamentar as posições do autor.

[22] “PERES (Damião): *A gloriosa história dos
mais belos castelos de Portugal*, Portucalense, Lisboa, 1969

ROMERO, (Juan Guerra): *El castillo y el Arte
Militar*, Revista da AEAC, segunda época, n.º 14”

(p. 79)

[23] “Na Regência de D. Catarina (...) foi enviado, ao Algarve, em 1559, Jerónimo de Ruão, discípulo de Miguel Arruda (...) devendo-se-lhe provavelmente a muralha de Portimão, ‘com o seu raro sistema em dente de serra, sucedâneo barato, mas eficaz, do sistema abaluartado...’”

(p. 148)

[24] “Koch, Wilfried, *Estilos de Arquitectura II*, Editorial Presença, Lisboa, 1982”

(p. 39)

Os textos referidos na obra estão maioritariamente ligados às fortificações, do ponto de vista arquitectónico e estratégico, com abundantes referências a obras de história geral e textos de época, como as *Crónicas* de Fernão Lopes, a *Iliada* de Homero e a *Guerra das Gálias* de Júlio César.

Os tipos textuais predominantes são o descritivo [25] e o argumentativo [26], com predominância do primeiro, embora regido pelo segundo. Ou seja, estamos perante um texto cujo principal fito é descrever uma parcela da realidade; mas sendo essa parcela seleccionada, dentro de um certo quadro teórico, o autor tem necessidade de justificar a cada passo a sua selecção. De facto, ao pretender descrever a estratégia do castelo em Portugal, o locutor precisa primeiro de justificar que existe uma estratégia castelar em Portugal e para tanto precisa de deitar mão a recursos argumentativos. Esta condição foi confirmada, a propósito da coerência, onde se verificou uma predominância de objectos e atributos, típicos dos textos descritivos,

[25] “Caracterizado por muralhas altas, ritmadas por torreões, a delimitar um castelo que nasce muitas vezes após a concessão de um foral a uma povoação que se funda, na qual se encontra um torre de menagem e uma alcaidaria...”

(p.49)

[26] “A construção de um castelo na Península foi essencialmente um acto estratégico, pois visava obter a posse de um ponto estratégico para exercer uma missão que podia assumir 3 formas essenciais: a detenção, a penetração e a ocupação.”

(p. 43)

Como verificámos antes, a obra em análise encontra-se enquadrada na área da História Medieval, que se insere no campo mais abrangente da História Militar. Esta é uma área académica associada aos estudos militares, embora em alguns países se tenha tornado uma área de conhecimentos bastante popular entre o grande público⁷⁸.

A História Militar está frequentemente associada à História política, mas também tem fortes ligações com a História Diplomática e a Arqueologia. O tópico específico que a obra aborda, a Castelologia Medieval, está ainda associado à Arquitectura e à Arqueologia Militar.

Dentro destas áreas é frequente a existência de monografias sobre dado chefe militar, campanha militar, batalha ou fortaleza, de estudos aprofundados sobre a evolução histórica e utilização de uma dada infra-estrutura ou estratégia militar, estudos nos quais a presente obra se insere, e de obras de referência, de apoio a outras obras, onde se catalogam e descrevem componentes e elementos essenciais de um determinado aspecto da área, como sejam infra-estruturas e organizações.

Acresce ainda que a obra tem uma grande precisão de coesão e coerência, de forma a garantir a mínima ambiguidade, um elevado nível de informação nova, com os tópicos a serem expostos de forma dedutiva, sempre da informação mais geral para a informação mais específica, e intenção declarada do autor de transmitir informação, dentro de um dado contexto.

Os *scripts* presentes são extremamente típicos da situação comunicacional, tendo de um lado um militar de carreira académica, com formação em história, do outro formandos, no caso da comunicação oral original, e estudiosos ou entusiastas da história militar ou do património militar português, o primeiro expondo o assunto com o

⁷⁸ Esta situação é mais frequente nos países anglo-saxónicos, embora em Portugal a área também esteja a ganhar popularidade, sendo disso exemplo o sucesso da colecção Grandes Batalhas da História Universal (Quid Novi, 2003) vendida em encarte com o *Jornal de Notícias*.

máximo de objectividade e credibilidade possível, e os segundos aceitando-o, de forma crítica, como uma obra de referência e estudo.

Por tudo isto é evidente que esta obra pertence ao género dos estudos superiores militares, visto que exhibe as características textuais típicas de uma obra académica, tanto a nível formal (bibliografia, notas de rodapé), superestrutural (exposição do problema, avaliação de conceitos, associação dos conceitos e sua reavaliação) e sintáctico (frases longas, definição de terminologia, remissão frequente para outras partes do texto), e versa sobre assuntos de interesse militar (castelos) e de um ponto de vista militar (estratégia).

4.5 Síntese esquemática das análises

A seguir apresenta-se um quadro comparativo das principais características de cada obra analisada, a fim de facilitar a compreensão das várias especificidades sob cada critério textual.

	<i>Os primeiros reis</i>	<i>Os mais belos castelos...</i>	<i>O castelo estratégico português...</i>
Coesão	- Dedução - Progressão verbal da acção - Subordinação completiva e coordenação copulativa - Marcadores temporais - Meronímia, sinonímia e hiperonímia - Pró-formas - Paralelismo - Proximidade textual - Estratégias pedagógicas - Anáfora - Proximidade imediata da coesão	- Progressão verbal - Reiteração - Nominalização do discurso - Marcadores temporais - Sinonímia e hiperonímia - Funcionamento por unidades temáticas - Anáfora - Proximidade imediata da coesão	- Subordinadas relativas e coordenadas - Grupos nominais e adjectivais - Verbo copulativo presente, pretérito histórico e referenciador do texto e futuro modalizador - Pró-formas demonstrativas e possessivas - Reiteração - Campo lexical - Anáfora e Catáfora - Coesão remota não mediada
Coerência	- Eventos - Agentes - Acções	- Atributos - Componentes - Tempo - Agentes	- Objectos - Componentes - Atributos - Tempo

Macro-estrutura	Situa-se o nascimento de Portugal no contexto político-geográfico da época. As personalidades e situações envolvidas são caracterizadas com brevidade. Segue-se um desenvolvimento narrativo, com a entrada de novas personagens, gerando conflitos entre si, com todo o tipo de peripécias e confrontos que, à medida que são resolvidos, geram ou são substituídos por novos conflitos até à conclusão do livro, onde todos conflitos são aparentemente resolvidos após o rapto da rainha Mécia em que D. Sancho II é forçado a abdicar.	Macro-estrutura capitular: Os castelos portugueses são muitos, variados, esteticamente belos e com uma longa e heróica história, que o leitor deve conhecer e de que se deve orgulhar. Macro-estrutura Geral: Conhecer o passado é conhecer os castelos que definem Portugal e marcam a sua história.	Defende-se que as fortificações portuguesas são estratégicas, explicando-se a definição de estratégia e dando-se numerosos exemplos e referências históricas. Conclui-se que as fortificações devem ter tido uma grande variedade infra-estrutural ao longo do tempo, indicam-se exaustivamente fontes das informações históricas necessárias e faz-se a análise destas, descrevendo-se as diversas estratégias aplicadas ao longo dos tempos. O texto conclui-se com a defesa da necessidade de estudos mais aprofundados.
	- Introdução - Problema (Mouros) - Solução (Guerreiros) - Avaliação (Conflito) - Conclusão (cronologia)	- Introdução - Avaliação	- Introdução - Problema - Solução - Avaliação - Conclusão - Introdução - Problema - Solução - Avaliação - Conclusão

Intencionalidade	Texto para um público juvenil sem conhecimentos <i>a priori</i> do tópico com vista a incentivar o interesse pela História de Portugal.	- Livro é “regalo para os olhos e fonte de ensinamentos” - Pretende-se ensinar história e geografia cultural e promover a defesa do património	- Produzir um estudo académico - Defender a ideia exposta - Adaptar o conteúdo a diferentes alocutários e suportes
	Assertividade	Expressividade	Assertividade
	- Autoras de literatura juvenil - Autor académico - <i>Script</i> de um leitor juvenil - <i>Script</i> de um comprador parental - <i>Script</i> de autor acessível	- Prefaciador oriundo da área da História, autor do texto oriundo do turismo e da arquitectura, autor das fotografias ligado à divulgação patrimonial - <i>Script</i> do autor é transmitir prazer e informação - <i>Script</i> do leitor é desfrutar do livro sem compromissos	- Autor de história militar e património - <i>Script</i> do autor é de especialista académico com informação sólida e especializada - <i>Script</i> do alocutário é de leitor informado e crítico
Aceitabilidade			
Informatividade	- Título funciona como tópico, acompanhado de vários comentários - Progressão linear - Repetição da informação - Eliminação ou explicitação de terminologia	- Título de cada capítulo funciona como tópico com vários comentários - Progressão de tema contínuo - Glossário de terminologia	- Tópico seguido de comentário que se torna tópico seguido de novo comentário - Progressão de tema derivado - Terminologia complexa definida com rigor

Situacionalidade	- Secção infantil - Importância da educação dos jovens - Gestão da situação é feita através da argumentação e das fontes	- Álbuns de turismo e fotografia - Indústria do turismo - Incentivo ao orgulho nacional - Gestão feita através do testemunho fotográfico	- Objectivo de formar especialistas em História Militar e conservação do património - Comunicação original oral, posteriormente adaptada à escrita - Gestão feita através das referências discursivas, notas de rodapé e esquemas e diagramas
	- Âmbito da divulgação juvenil - Referências a cronistas coevos	- Âmbito dos álbuns ilustrados - Alusões a cronistas coevos e a autores da cultura popular	- Âmbito das publicações académicas - Alusões e citações precisas a obras clássicas, de história geral, militar e estudos de património
Tipo textual	Narrativa	Descrição	Descrição
Género de discurso	Didáctica da história juvenil	<i>Coffee-table book</i>	Estudos superiores militares

Quadro 3 – Síntese esquemática das principais diferenças entre os textos em análise.

5. Conclusões

Neste trabalho procurou-se conhecer um pouco melhor o funcionamento dos textos, partindo dos critérios textuais de Beaugrande/Dressler (1981) para a elaboração de uma análise multidimensional, com a qual se pretendia, por um lado, aferir a adequabilidade desses critérios textuais no caso do Português e, por outro, verificar em que medida aqueles poderiam servir de base para a detecção dos tipos e géneros de discurso em que cada enunciado se insere.

Os critérios em causa foram os da coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade.

Em relação à coesão, esta foi definida como a forma como os componentes de superfície de texto se ligam entre si dentro de uma sequência, sendo feita a distinção entre coesão de superfície e coesão conceptual e discutidos os tipos de coesão, em relação aos quais se mencionaram as abordagens de Beaugrande/Dressler (1981), Halliday/Hasan (1976) e Faria (1989 e 2003), e de direcção de coesão e proximidade coesiva, avançadas por Halliday/Hasan (1976).

A coerência foi definida como a forma como os conceitos e relações do universo textual são mutuamente acessíveis e relevantes, conceitos esses que foram enumerados nas suas diversas possibilidades. Partindo de van Dijk, verifiquei que é possível identificar e eliminar os conceitos menos relevantes, associando os mais significativos através de uma metodologia específica baseada nas macro-regras, de modo a identificar a macroproposição textual, ou macro-estrutura. Esta macro-estrutura não é totalmente independente, mas é influenciada pela superestrutura, que consiste na organização formal da proposição textual.

Sobre a intencionalidade disse-se que consiste na atitude do produtor de texto em desejar que as ocorrências textuais originem um texto coesivo e coerente e que, mesmo que tal intenção não se concretize, a sua mera existência será suficiente para conferir textualidade ao fenómeno comunicativo. Averiguei ainda que a intencionalidade do locutor do texto pode não estar expressa na superfície deste e foram analisadas

algumas correntes da pragmática que se debruçam sobre a questão, tendo concentrado a minha atenção nos actos de fala de Searle (1961), pela possibilidade que esta teoria proporciona de identificar intenções comunicativas. Dentro dos actos de fala fiz a distinção entre actos comunicativos, actos proposicionais e actos ilocutórios, tendo optado por aprofundar apenas os últimos por estarem especificamente dirigidos para o estudo das intenções comunicativas, passando, por isso, em revista algumas propostas de classificação de actos ilocutórios.

Quanto à aceitabilidade, definida como o facto de o alocutário aceitar um texto como sendo um texto coeso, coerente e relevante, confirmou-se a distinção entre correcção gramatical e aceitabilidade, abordou-se as funções que os interlocutores desempenham num processo comunicacional e a importância da credibilidade do locutor no caso da comunicação escrita, além da relação que se estabelece entre este critério textual e a tipologia de textos.

Em relação à informatividade, isto é, o nível de conhecimento/desconhecimento das ocorrências comunicativas do texto, estabeleceu-se que estava associada ao tipo de conceitos e relações conceptuais presentes no texto e referi como os conceitos e relações desconhecidos se encadeavam com outros já conhecidos, servindo os primeiros para acrescentar informação e os segundos como foco de estruturação textual, e abordei ainda como o vocabulário utilizado permitia codificar ou decodificar estes conceitos.

A situacionalidade consiste na condição de um texto ser relevante ou não consoante a situação comunicativa em que é introduzido. Esta relevância traduz-se em tentativas de monitorização e gestão da situação, através dos quais o locutor procura verificar ou induzir a aceitação do alocutário em relação à mensagem, adaptando-se à situação. Esta adaptabilidade é mais nítida em relação aos textos orais, embora não deixe de ser relevante na interpretação da comunicação escrita.

Por fim, sobre a intertextualidade, descrita como o factor que torna a criação e recepção de um texto dependente do conhecimento de um ou mais textos, descreveram-se várias formas de relação que um enunciado pode manter com outros e destacou-se os conceitos de tipo de texto e género de discurso, essenciais na classificação e identificação dos textos. Quanto ao primeiro, foi caracterizado segundo os conceitos semânticos predominantes, tendo sido identificados os tipos narrativo, descritivo e argumentativo. Em relação ao segundo, referiu-se a necessidade de ter em conta todos os elementos subjacentes aos critérios textuais, a fim de ser possível identificar o género discursivo dentro das suas condições e esfera de produção e recepção.

Com base neste quadro teórico, procedeu-se à análise de três obras completas, unidas sob a temática comum dos castelos, com o fito da partilha de temáticas, mas separadas tanto quanto possível a nível de público-alvo, estilo e objectivos, a fim de possibilitar a detecção das características específicas formais de cada enunciado. O recurso a livros completos, e não apenas a artigos, obedeceu ao desejo de contemplar obras de maior fôlego com maior diversidade de estratégias textuais, embora se reconhecesse que essa maior amplitude tornaria mais complexo o processo de análise. As obras foram *Os Primeiros Reis*, *Os Mais Belos Castelos de Portugal* e *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*.

Essas diferenças traduziram-se, por exemplo, ao nível da coesão, que revela tipos, distâncias e proximidades bastante diversos entre si. Entre *Os Primeiros Reis*, onde se usa progressão textual e a proximidade textual, e *O Castelo Estratégico Português...*, que recorre abundantemente à subordinação e à coesão remota não mediada, passando pela peculiar coesão temática de *Os Mais Belos Castelos de Portugal*, não é possível ignorar que estas diferentes soluções textuais são derivadas de intuítos e preocupações muito diferentes por parte dos locutores.

As divergências confirmaram-se também ao nível da coerência, onde se verificou que a obra de Nunes aborda um campo mais restrito, assentando a sua atenção na caracterização e descrição de objectos, demonstrando assim maior densidade coerente, enquanto as duas outras obras apresentaram temáticas mais variadas, que são fragmentadas em pequenos capítulos, como em *Os Primeiros Reis*, ou unificadas por um conceito espaço-temporal (um castelo) como acontece com *Os Mais Belos Castelos...*, e que sendo estas mais diversas, abordam um leque mais abrangente de conceitos em detrimento da unidade coerente do texto.

Estes aspectos têm impacto a nível da macro-estrutura dos respectivos textos, claramente associada à intenção subjacente, que é a de fazer uma didáctica da história de Portugal no caso de *Os Primeiros Reis*, a de proporcionar prazer e informação ao apreciador de castelos ou ao simples curioso, no caso de *Os Mais Belos Castelos...* e a de debater aspectos estratégicos dos castelos, como acontece com *O Castelo Estratégico...*. Recorrendo aos actos ilocutórios de Searle, este diagnóstico foi confirmado na medida em que as duas primeiras obras revelaram forte carácter assertivo, ao passo que *Os Mais Belos Castelos...*, sem pôr de lado a preocupação informativa, parece apostar na fruição do assunto abordado.

Quanto à superestrutura, apesar de as obras apresentarem organizações de superfície muito diversas, foi possível aplicar com sucesso a fórmula de van Dijk à estrutura lógica de duas das obras. A terceira, exibindo um acentuado carácter fragmentário, não permitiu a sua aplicação, fazendo-me questionar se esta será mesmo uma única obra extensa ou antes uma antologia de pequenos textos.

Adicionalmente, foi possível fazer a ponte entre as obras e os respectivos locutores, confirmando-se assim o modo como a sua formação e interesses condicionam a forma como abordam o tema: Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada⁷⁹ com objectivos pedagógicos e dentro do contexto de uma evolução histórico-política, tal como seria previsível conhecendo a sua experiência docente e a posição do leitor de jovem aprendiz; Júlio Gil, formado em Arquitectura e com experiência no campo do turismo, analisa os castelos especialmente nos seus aspectos arquitectónicos e paisagísticos, procurando tornar a leitura o mais aprazível possível, sem constranger o leitor a uma leitura contínua; enquanto Pires Nunes, militar de carreira e formação, os encara do ponto de vista do património e estratégia militares, com claras intenções de formar um público conhecedor e com capacidade crítica.

No que diz respeito à progressão informacional, verificou-se que a obra de Magalhães e Alçada tem uma progressão temática linear, encadeando informação nova e conhecida, enquanto Gil opta por fornecer o máximo de informação para cada tema independente e Nunes aposta numa progressão lógica de temas derivados que favoreçam uma estrutura mais argumentativa. A este nível é ainda de realçar que se verificou na primeira obra o recurso à repetição de informação como estratégia pedagógica. Esta metodologia empobrece a informatividade do texto, mas é mais apropriada ao o público-alvo em causa.

Muito interessante é a forma como cada um dos textos recorre à terminologia específica da área. Com efeito, deparamos com elevada variabilidade terminológica, não sendo esta necessariamente fruto de inconsistência ou informação insuficiente, mas das condições pragmáticas do texto, nomeadamente no que concerne ao público-alvo, as intenções e mesmo a preparação dos autores. Temos como exemplo que, do ponto de vista arquitectónico, as definições da obra *Os Mais Belos Castelos de Portugal* apresentam maior rigor e exactidão que as da obra *O Castelo Estratégico Português...*, ape-

⁷⁹ Como foi mencionado, José Mattoso surge também como autor da obra. No entanto, na nota sobre intenções e métodos que foi citada, refere-se que terá apenas contribuído com bibliografia e com uma revisão científica, pelo que é lícito atribuir a responsabilidade da organização e conteúdo textuais às duas autoras.

sar de o público-alvo da primeira não ser, em princípio, mais especializado que o público-alvo da segunda. Esse facto deverá ser explicado tanto pela formação dos respectivos autores como pela perspectiva de abordagem do assunto em questão – mais patrimonial o primeiro e mais estratégico o segundo.

E, no entanto, com a excepção de algumas definições claramente erróneas identificadas na obra de Magalhães e Alçada, não é possível falar em “corrigir terminologia” ou em intermutabilidade entre a terminologia das diferentes obras, pois tal teria efeitos potencialmente adversos na acessibilidade dos textos aos respectivos públicos-alvo. De facto, estando nós perante a codificação de informação na terminologia de cada texto, a excessiva codificação poderia tornar o nível informativo demasiado elevado ou demasiado baixo, ou de uma complexidade irrelevante para os objectivos do texto, o que prejudicaria a sua eficácia comunicativa.

Como pudemos confirmar, estas três obras não são produtos estruturalmente inovadores ou únicos, mas, pelo contrário, utilizam tipos textuais padrão, embora combinados de forma diferenciada, e inserem-se em géneros discursivos estáveis, correspondentes a influências e aspirações sociais específicas, com públicos-alvo definidos e convenções formais padronizadas.

Os Primeiros Reis pertence à categoria da divulgação juvenil, que se destina a promover o gosto e interesse pelos mais jovens em determinadas áreas do conhecimento. Neste caso, estamos perante divulgação histórica, em que se aborda a História de Portugal com uma linguagem simples, recurso a ilustrações e pequenas narrativas e se emprega uma concepção histórica político-social assente nas acções de indivíduos em detrimento dos movimentos sociais.

Os Mais Belos Castelos de Portugal incluem-se dentro do género de álbuns ilustrados de temática turística, para fins de consulta esporádica e superficial. Utiliza um texto muito adjectivado, secundarizado pelas ilustrações e debruçado sobre pormenores pitorescos, passando pela história geral de cada castelo e por referências a algumas feições paisagísticas de interesse.

Já *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal* está claramente na linha dos estudos académicos de História Militar, sendo inclusivamente elaborado com base em conferências de um curso. Apresenta um discurso formal fortemente coeso e revelando grande preocupações ao nível do encadeamento de conceitos e informação devido à sua natureza argumentativa.

Estas conclusões confirmam, portanto, a existência de variações textuais que não são causadas por temas, estilos ou opções comunicativas pessoais, mas determinadas por vários factores de natureza extra-textual, como sejam a natureza do alocutário, as intenções do locutor e as convenções da esfera do discurso em que está inserido.

É claro que, como diz Halliday (*cit. in* van Dijk, 1985: 54), “uma análise de texto é um trabalho de interpretação, sem categorias absolutas, mas com muitas tendências, continuidades e sobreposições”. Estas continuidades e sobreposições traduzem-se numa rede de influências mútuas que ultrapassam a noção de critérios textuais.

Logo, mesmo que cada um destes critérios tenha sido um bom ponto de partida para o estudo das obras em causa, creio ter sido nítida ao longo das análises um certo grau de interpenetração e condicionalismo entre si que dificulta a sua separação rígida. De facto, longe de serem fases de estudo do texto, considero que os critérios textuais funcionarão melhor como nódulos de conexão dos diversos fios condutores do texto.

Contudo, tal reflexão não invalida a importância destes critérios, pois julgo ter ficado demonstrada a sua adequabilidade para a interpretação de textos. Os critérios e a proposta de análise que deles se derivou permitiu filtrar um leque bastante completo das características dos textos em causa. Mesmo que se tenha passado ao lado de certos aspectos textuais, como a morfologia e outros aspectos sintácticos micro-estruturais, considero que o estudo feito permitiu compreender na globalidade o funcionamento de cada um dos enunciados, apreendendo de forma mais aprofundada diversas facetas que outros estudos, ou mesmo a simples leitura, talvez não pudessem levar em conta.

Tal revela duas conclusões. Por um lado, confirma-se a aplicabilidade dos critérios textuais no Português, tal como já havia sido demonstrado para outras línguas. E, partindo do princípio lógico da identidade de que se um conjunto de características permitem identificar um ser ou objecto, então essas mesmas características deverão ser os fundamentos distintivos desse ser ou objecto, logo se depreende que estes critérios estarão fortemente relacionados com a natureza da textualidade.

Por outro lado, a necessidade sentida de recorrer a elementos extra-textuais indica que um texto não pode ser considerado somente um fenómeno comunicativo linguístico, mas sim multidisciplinar, envolvendo aspectos psicocognitivos, sociais, relacionais, visuais, materiais, político-económicos, etc., pelo que cada texto não pode

ser concebido ou lido no vácuo⁸⁰, mas visto antes como um novelo onde se combinam variadas influências.

Paradoxalmente, é esse novelo que gera a complexidade que mencionei inicialmente e dificulta a aplicação sistemática dos critérios. Não rejeito a hipótese de os ditos critérios necessitarem de alguma reestruturação. Parece-me, por exemplo, dúbia a separação da intencionalidade, aceitabilidade e situacionalidade, visto que as duas primeiras não podem ser consideradas independentemente da última, como se terá verificado durante o processo de análise. Os emissores assumem intenções e os receptores aceitam ou não essas intenções consoante a situação em que ambos se encontram. Aliás, consoante a evolução de uma situação, um enunciado que antes seria aceitável, pode posteriormente deixar de o ser, apesar de o receptor se manter o mesmo⁸¹. Tal problema agudiza-se em textos de maior perenidade e menor adaptabilidade, como é o caso do texto escrito, que não podem ser ajustados à evolução situacional. Neste caso pergunto-me se não faria mais sentido falar de uma situacionalidade de produção textual e de uma situacionalidade de recepção textual.

Um outro factor favorável aos critérios textuais, e julgo que confirmação cabal da sua eficácia no estudo textual, foi o modo como permitiram identificar as diferenças inerentes às variedades textuais, mesmo em textos que à partida seriam passíveis de apresentar um conjunto elevado de semelhanças.

Como julgo também ter ficado demonstrado, os critérios textuais, independentemente dos problemas que possam apresentar, permitem um estudo abrangente dos vários factores enunciados e da sua influência no formato linguístico final do texto.

Em relação a outros mecanismos empregues na presente análise, confirmou-se a utilidade das macro-estruturas de van Dijk para a compreensão da coerência do texto. Porém, já o conceito de superestrutura revelou excessiva rigidez e algum subdesenvolvimento, ao ponto de não ser possível aplicá-lo adequadamente a um dos textos em análise (*Os Mais Belos Castelos de Portugal*). Também os actos ilocutórios de Searle, preze-se a sua utilidade no estudo do critério da intencionalidade, demonstraram algumas fragilidades, tornando-se algo complexa a sua aplicação a enunciados mais longos,

⁸⁰ Este aspecto questiona, por exemplo, os exemplos construídos usados muitas vezes em análise linguística. Segundo este ponto de vista, esses textos não são neutros, mas são antes enunciados altamente especializados, criados e lidos em situações muito precisas e com intenções e um grau de aceitabilidade própria, que não permite que sejam comparáveis a textos extraídos de outros contextos comunicacionais.

⁸¹ Veja-se o exemplo referido na nota de rodapé 36.

contendo uma malha densa de actos ilocutórios, e também devido ao seu sistema classificatório, excessivamente lato em alguns aspectos.

Retomando as características identificadas, confirmou-se que estas expressam padrões típicos de dadas esferas e necessidades de comunicação, em parte aceites pelos produtores de texto e em parte aceites pelos seus receptores, que fazem com que cada enunciado não seja um fenómeno comunicacional único, mas um ponto específico de uma rede intertextual.

Tal conclusão traduz-se na indispensabilidade de conhecer de forma aprofundada os géneros discursivos, de modo a ser possível contextualizar cada ocorrência na categoria em que se inclui.

Julgo que esse conhecimento seria particularmente vantajoso se fosse de cariz sistematizado, possibilidade essa para a qual julgo serem bastante relevantes os critérios textuais.

Com efeito, ao permitirem uma abordagem textual de pontos de vista formais (coesão, superestrutura), semânticos (coerência, macro-estrutura, informatividade) e pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade) esta teoria parece-me particularmente indicada para uma classificação multidimensional dos géneros do discurso.

Mais que um trabalho de chegada, este trabalho pretendeu ser um ponto de partida de onde julgo ser possível desenvolver outras linhas de investigação.

Dentro das áreas que me são mais familiares – a tradução, a terminologia e a análise literária – penso que este trabalho poderá servir de base para uma expansão da análise sistemática dos textos de partida a fim de permitir um trabalho tradutológico mais eficiente e eficaz, de uma melhor articulação do estudo terminológico em relação aos *corpora* de que é feita a extracção lexical, e de uma maior sistematização da análise multidimensional dos textos literários.

Por fim, parece-me fundamental o aprofundamento e expansão dos estudos dentro da Linguística de Texto, nomeadamente partindo dos critérios textuais, e da aplicação prática das suas teorias, tanto com vista a resolver possíveis deficiências que possam existir, como com o fim de abrir novos horizontes de investigação.

Bibliografia

Obras em análise

ALÇADA, Isabel MAGALHÃES, Ana Maria MATTOSO, José (1993) *Os primeiros reis - História de Portugal* (I Volume). Lisboa: Editorial Caminho, 3.^a edição

GIL, Júlio e CABRITA, Augusto (1986) *Os Mais Belos Castelos de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo

NUNES, António Lopes Pires (1988) *O Castelo Estratégico Português e A Estratégia do Castelo em Portugal*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar

Obras de referência

ADAM, Jean-Michel (1992) *Les Textes : Types et prototypes*. Paris: Nathan

ADAM, Jean-Michel (1999) *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan

ARISTÓTELES (1999) *Retórica*. Lisboa: IN-CM

BAKER, Mona (1992) *In other words – a coursebook on translation*. London: Routledge

BARTHES, Roland, (2001) *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70

BEAUGRANDE, Robert de (1980) *Text, discourse and process: Toward a multidisciplinary science of texts*. London: Longman

BEAUGRANDE, Robert de e DRESSLER, Wolfgang U. (1981) *Introduction to Text Linguistics*, New York: Longman

BEAUGRANDE, Robert de (1984) *Text production: Toward a science of composition*. Norwood: Ablex Publishing

BEAUGRANDE, Robert de (1996) *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Norwood: Ablex Publishing

BERNÁRDEZ, Enrique (1982) *Introducción a la Lingüística del Texto*. Madrid: Espasa Calpe

CARROLL, Lewis (1995) *Alice in Wonderland and Through the Looking Glass*. Hertfordshire: Wordsworth

COLE, Peter e MORGAN, Jerry L. (edit.) (1975) *Syntax and Semantics. Speech Acts* (Vol. 3). New York, San Francisco, London: Academic Press

COULTHARD, Malcolm (edit.) (1994) *Advances in written text analysis*. London: Routledge

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1996) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa (12.^a edição)

DANEŠ, František (1974) "Functional sentence perspective and the organization of the text" In DANEŠ, F. (ed.) *Papers on Functional Sentence Perspective*. Prague: Academia

DIAMOND, Jared (1995) "Easter's End" In *Discover Magazine* (Vol 16, n.º 8). New York: Walt Disney Company, pp. 63-69

DIAMOND, Jared (1997) *Guns, germs and steel – The fates of human societies*. New York: W. W. Norton & Co.

DOOLEY, Robert A. e LEVINSOHN, Stephen H. (2003) *Análise do Discurso – Conceitos Básicos em Lingüística*, Petrópolis: Editora Vozes

DRESSLER, Wolfgang U. (coord.) (1978) *Current Trends in Textlinguistics*, Berlin: de Gruyter

FERRARA, A. (1985) “Pragmatics”, In VAN DIJK, T. A. (ed.) *Handbook of Discourse Analysis* (Vol. 2). London: Academic Press, pp. 137-157

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1999) *Aurélio Século XXI – O dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (3.^a edição)

FIGUEIREDO, Olívia Maria e FIGUEIREDO, Eunice Barbieri (2003) *Dicionário Prático do Estudo do Português - Da língua aos discursos*. Porto: Edições ASA

FIGUEIREDO, Olívia Maria e FIGUEIREDO, Eunice Barbieri (2005) *Prontuário Actual da Língua Portuguesa*. Porto: Edições ASA

FONSECA, Joaquim (1981) *Coesão em português – Semântica, Pragmática-Sintaxe*. Porto: FLUP

FONSECA, Joaquim (1988) “Coerência do Texto” in *Línguas e Literatura – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II Série (Vol. V – Tomo 1). Porto: FLUP, pp. 7-18.

FONSECA, Joaquim (1993) *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora

FONSECA, Joaquim (1994) “Pragmática e sintaxe-semântica das consecutivas” in *Línguas e Literatura – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II Série, Vol. XI. Porto: FLUP pp. 7-64

FONSECA, Joaquim (1996) "O discurso de *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo - O Diálogo I" *Revista da Faculdade de Letras* vol. XIII. Porto: FLUP pp.87-145

FONSECA, Joaquim (2001) *Língua e Discurso*. Porto: Porto Editora

FONSECA, Joaquim (2001) *Linguística e Texto/Discurso – Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP

FRANCO, António (2003) "O Livro de *Alveitaria* do Mestre Giraldo numa perspectiva da Linguística de Texto de Especialidade" In FONSECA, L. Adão da/AMARAL, Luís C./SANTOS, Maria Fernanda F. (coord.): *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: FLUP e Livraria Civilização, pp. 209-217

GEE, James Paul (1999) *An Introduction to Discourse Analysis – Theory and Method*. London: Routledge

GIL, Júlio e CABRITA, Augusto (1993) *As Mais Belas Vilas e Aldeias de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo

GIORA, Rachel (1998) "On the Informativeness Requirement" In KASHER, Asa (ed.) *Pragmatics: Critical Concepts* (Vol. 5). London and New York: Routledge, pp. 468-486

GLÄSER, Rosemarie (1995) *Linguistic Features and Genre Profiles of Scientific English*. Frankfurt am Main: Peter Lang

GRICE, H.P. (1975) "Logic and conversation". In COLE, Peter e MORGAN, Jerry G. (eds.) *Syntax and Semantics: Speech Acts* (Vol. 3). New York, San Francisco, London: Academic Press, pp. 41-58

GROSSE, Ernst-Ulrich (1976). *Die Verständlichkeit von Unterrichtstexten*. Münster: Aschendorf

HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, Ruqaiya (1976) *Cohesion in English*. London: Longman

HALLIDAY, M.A.K. (1985) "Dimensions of Discourse Analysis: Grammar" In VAN DIJK, T. *Handbook of Discourse Analysis* (vol. 2). London: Academic Press, pp. 29-56

HATIM, Basil e MASON, Ian (1990) *Discourse and the Translator*. New York: Longman

KASHER, Asa (org.) (1998) *Pragmatics: Critical Concepts* (Vol. V). London: Routledge

KEEGAN, John (1994) *A history of warfare*. London: Pimlico

LAKOFF, George e JOHNSON, Mark (1980) *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press

LAUSBERG, Heinrich (2004) *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5.^a edição

LOCKE, John (1968) *The educational writings of John Locke*. Cambridge: Cambridge University Press

LYONS, John (1977) *Semantics* (Vol. 1 e 2). Cambridge: Cambridge University Press

MANUEL, Alexandre (dir.) (s/data) *Grande Enciclopédia do Conhecimento*. Lisboa: Círculo de Leitores

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 4.^a edição

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 5.^a edição

MATOS, Sérgio (1996) “Aspectos da Semântica e Pragmática do Imperfeito do Indicativo” In *Línguas e Literaturas, Revista vol. XIII*. Porto: FLUP, pp. 435-473.

MCMURTRIE, Douglas C. (1997) *O livro – impressão e fabrico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3.^a edição

MISTRÍK, Josef (1973) *Exakte typologie von texten*. Munich: Sagner

MORAIS, Maria da Felicidade Araújo (1997) *Análise Temática - Contributos para o estudo das diferenças textuais tipológicas*. Coimbra: Dissertação de Mestrado

MOURRE, Michel (1998) *Dicionário de história universal* (Vol. I, II e III). Porto: Edições ASA

NEWMARK, Peter (1982) *Approaches to translation*. Oxford: Pergamon Press

NEVES, DULCE e OLIVEIRA, Vítor (2001) *Sobre o texto – contribuições teóricas para práticas textuais*. Porto: Edições ASA

NORD, Christiane (1997) *Translating as a Purposeful Activity - Functionalist Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome Publishing

NUNES, António Lopes Pires (1991) *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar

NUNES, António Lopes Pires (2002) *Guerra em Angola - 1961/64 e Angola - 1966/1974 - Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Edições Prefácio

ORWELL, George (1994) “Notes on Nationalism” in *Essays*. London: Penguin Books, pp. 300-317

PERELMAN, Chaim (1993) *O Império Retórico*. Porto: Edições ASA

PROPP, Vladimir (2001) *A Morfologia do Conto*. Lisboa: Vega

QUID NOVI (2003) *Grandes Batalhas da História Universal* (Vários volumes). Matosinhos: QN Edições e Conteúdos

REIS, Carlos (1992) *Técnicas de análise textual – Introdução à leitura crítica do texto literário*. Coimbra: Livraria Almedina, 3.^a edição

REY, Alain (1995) *Essays on Terminology*. Amsterdam: John Benjamins Publishing

ROBINSON, Richard (1962) *Definition*. Oxford: Clarendon Press

ROMANO, Ruggiero (org.) (1987) *Enciclopédia Einaudi, Oral/Escreto e Argumentação* (Vol. 11). Lisboa: IN-CM

ROMANO, Ruggiero (org.) (1989) *Enciclopédia Einaudi, Literatura – Texto* (Vol. 17). Lisboa: IN-CM

ROULET, E./AUCHLIN, A./MOESCHLER, J./RUBATTEL C./SCHELLING M. (1985) *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang

SAGER, Juan (1993) *Language engineering and Translation – Consequences of Automation*. Amsterdam: John Benjamins Publishing

SCHANK, Roger e ABELSON, Robert (1977) *Scripts, Plans, Goals and Understanding*. Hillsdale: Erlbaum

SEARLE, John R. (1969) *Speech Acts - An essay in the philosophy of language*. New York: Cambridge University Press

SEARLE, John R. (1998) “Meaning, Communication and Representation” In KASHER, Asa (ed.) *Pragmatics: Critical Concepts* (Vol. 5). London and New York: Routledge, pp. 5-20

SOARES, Maria da Conceição Pereira (1996) *Modificação de Actos Ilocutórios em Português*. Porto: FLUP

TERTÚLIA EDÍPICA (1977), *Dicionário de Sinónimos*. Porto: Porto Editora, 2.^a Edição

TORRES, Maria Goreti da Silva (2003) “A relação texto/imagem na literatura para crianças: Confluências e disjunções” in Mesquita, Armindo (coord.) *Pedagogias do imaginário*, Porto: Edições ASA, pp. 263-277

TROSBORG, Anna (1997) *Text typology and translation*. Amsterdam: John Benjamins Publishing

VAN DIJK, Teun (1977) *Text and Context, Explorations in the semantics of discourse*. London: Longman

VAN DIJK, Teun (1980) *Macrostructures – An interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates

VAN DIJK, Teun (1983) *La ciencia del texto*. Barcelona: Paidós

VAN DIJK, Teun (ed.) (1985) *Handbook of Discourse Analysis*, (Vol. 1 e 2). London: Academic Press

VAN DIJK, Teun (ed.) (1997) *Discourse as Structure and Process* (Vol. 1) London: Sage

VAN DIJK, Teun (ed.) (1998) *Discourse Studies: a multidisciplinary introduction*. London: Sage

VILELA, Mário (1992) *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*. Coimbra: Livraria Almedina

VILELA, Mário (1994) “A ‘cena’ da ‘acção linguística’ e a sua perspetivação por dizer e falar” in *Línguas e Literatura – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II Série, Vol. XI. Porto: FLUP, pp. 65-97

VILELA, Mário (1995) *Gramática de Língua Portuguesa: Gramática da Palavra, Gramática da Frase, Gramática do Texto*. Coimbra: Livraria Almedina

WARNER, Philip (2001) *The medieval castle – Life in a fortress in peace and war*. London: Penguin Books

Bibliografia Web

BEAUGRANDE, Robert de (2002) ‘Corporate Bridges’ *Twixt Text and Language: Twenty Arguments against Corpus Research And Why They're a Right Load of Old Codswallop* – <http://beaugrande.bizland.com/Course%20plan%20for%20Style%20and%20Text.html> Último acesso: 16/10/2005

BEAUGRANDE, Robert de (2002) *Style and Text* – <http://beaugrande.bizland.com/Course%20plan%20for%20Style%20and%20Text.html> Último acesso: 16/10/2005

BEAUGRANDE, Robert de (2002) *Ground Rules for Text Linguistics* – <http://beaugrande.bizland.com/Course%20plan%20for%20Text%20linguistics.html> Último acesso: 16/10/2005

BEAUGRANDE, Robert de (2002) *Translation in the University: Prospects for the New Millenium* – <http://beaugrande.bizland.com/TranslationUniversity.html> Último acesso: 16/10/2005

BEAUGRANDE, Robert de (2004) *A New Introduction to the study of Text and Discourse*. – http://beaugrande.bizland.com/new_intro_to_study.html Último acesso: 16/10/2005

EDITORIAL CAMINHO (2005) *Uma aventura* – <http://www.uma-aventura.pt> Último acesso: 16/10/2005

FUNDACIÓN ACADEMIA EUROPEA DE YUSTE (2005) *Académicos* – <http://www.fundacionyuste.org/academia/academicos/serrao.html> Último acesso: 16/10/2005

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA (2005) *Patronos de escolas* – www.seae.min-edu.pt/patronos/ac.html Último acesso: 16/02/2005

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (2005) *Facts* – <http://www.world-tourism.org/facts/menu.html> Último acesso: 16/10/2005

VAN DIJK, Teun (1976) “Narrative Macrostructures – Cognitive and logical foundations”. Publicado originalmente in *PTL 1*. – [http://www.discourse-in-society.org/OldArticles/Narrative Macrostructures.PDF](http://www.discourse-in-society.org/OldArticles/Narrative%20Macrostructures.PDF) Último acesso: 16/10/2005

VAN DIJK, Teun (1977) “Context and cognition – Knowledge frames and speech act comprehension”. Publicado originalmente in *Journal of Pragmatics 1*. – [http://www.discourse-in-society.org/OldArticles/Context and cognition.PDF](http://www.discourse-in-society.org/OldArticles/Context%20and%20cognition.PDF) Último acesso: 16/10/2005

VAN DIJK, Teun (1977) “Acceptability in context”. Publicado originalmente in GREENBAUM, S. (coord.) *Acceptability in language*. The Hague: Mouton – [http://www.discourse-in-society.org/OldArticles/Acceptability in context.PDF](http://www.discourse-in-society.org/OldArticles/Acceptability%20in%20context.PDF) Último acesso: 16/10/2005

VAN DIJK, Teun (1977) “Pragmatic macrostructures in discourse and cognition”.
Publicado originalmente in MEY, M. de, CC 77. Ghent: University of Ghent –
[http://www.discourse-in-society.org/OldArticles/Pragmatic macrostructures in
discourse and cognition.PDF](http://www.discourse-in-society.org/OldArticles/Pragmatic%20macrostructures%20in%20discourse%20and%20cognition.PDF) Último acesso: 16/10/2005

VAN DIJK, Teun (1980) “The semantics and pragmatics of functional coherence
in discourse”. Publicado originalmente in FERRARA, A. (coord.) *Speech act
theory: Ten Years Later*. Milano: Versus – [http://www.discourse-in-
society.org/OldArticles/The semantics and pragmatics of functional coherence in
discourse.PDF](http://www.discourse-in-society.org/OldArticles/The%20semantics%20and%20pragmatics%20of%20functional%20coherence%20in%20discourse.PDF) Último acesso: 16/10/2005

Anexos

Anexos de *Os Primeiros Reis*

José Mattoso
Ana Maria Magalhães
Isabel Alcada

OS PRIMEIROS REIS

HISTÓRIA DE PORTUGAL

(I Volume)



CAMINHOS

c. PORTIFICAÇÕES TERRESTRES, PORTIFICAÇÕES MARÍTIMAS E PORTIFICAÇÕES MISTAS	68
d. O CASTELO NAVAL	72
13. ASPECTOS DECORRENTES DA NATUREZA ESTRATÉGICA DO CASTELO PORTUGUÊS	74
a. A SOBREPOSIÇÃO DAS FORTALEZAS	74
b. O URBANISMO DA POVOAÇÃO ACATELADA	75
c. ESPAÇOS CULTURAIS MEDIEVAIS	76
14. CONCLUSÃO	78
15. BIBLIOGRAFIA	79

CAPÍTULO II

SUMÁRIO	87
1. INTRODUÇÃO	90
2. FONTES PARA A DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DO CASTELO	92
a. De natureza documental	92
(1) Data da construção ou reparação dos castelos e da concessão de foral	92
(2) Cartas de castelos	93
(3) Coleções iconográficas	94
(a) Tipologia das coleções iconográficas	95
(4) Relações de castelos	98
(5) Documentos relativos a um só castelo	99
b. De natureza geográfica	99
(1) Localização das fortificações espanholas	99
(2) Orientação do relevo e das linhas de água	100
(3) Zonas de entrada naturais em território nacional	101
(4) Áreas de desembarque mais favoráveis	103
(5) Caminhos históricos e castros pré-romanos	104
c. De natureza histórica	107
(1) Linhas de invasão históricas	107
(2) Estratégias particulares	110
(3) Litígios fronteiriços	111
d. De natureza arqueológica	112
e. De natureza testemunhal	114
f. A Meseta Ibérica	115
3. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA, EM PORTUGAL	118
a. Defesa contra um perturbador terrestre	118
(1) Estratégia em superfície	118

(2) Estratégia sobre pontes	111
(a) A fortificação romana e árabe	111
(3) Estratégia por linhas de defesa	114
(a) Período da Reconquista Crissá	114
(b) D. Afonso Henriques e seus sucessores	116
(c) D. Dinis	118
(4) Estratégia por linhas de infiltração. Defesa de Lisboa	131
(a) No final do Séc. XIV	131
(b) D. Manuel I	136
(c) Restauração	138
(d) Ameaça napoleónica — Guerra Peninsular	141
(e) A engenharia francesa em Portugal no tempo de Junot	143
(5) Os Campos Entrincheirados	146
b. Defesa contra um perturbador marítimo	146
(1) Defesa da barra do Tejo	146
(a) D. João II	147
(b) D. Manuel I	147
(2) Atlantismo post-manuelino	150
(3) Ocupação Filipina	152
(4) Restauração	154
(5) D. José e D. Maria I	155
(6) D. João VI	158
(7) D. Miguel	159
4. FORTIFICAÇÕES PORTUGUESAS DO ALÉM-MAR	159
a. Na costa oriental de África	159
b. Na Costa da Arábia	162
c. No Índico	164
d. No Extremo Oriente	166
e. No Brasil	167
f. Na costa ocidental de África	169
(1) Norte de África	169
(2) A sul de Marrocos	171
(3) Breve referência às Ilhas Atlânticas	173
5. CONCLUSÃO	174
6. BIBLIOGRAFIA	175

OS PRIMEIROS REIS
(3.ª edição)

História de Portugal (I volume)

Autores: José Mattoso, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada

Ilustrações: Emílio Vilar, Margarida Rodrigues e Susana Vilar

Ilustrações da capa: Carlos Marques

Design gráfico: José Serrão

© Editorial Caminho, SA, Lisboa — 1993

Tiragem: 5000 exemplares

Impressão e acabamento: SIG — Soc. Ind. Gráfica

Data de impressão: Maio de 2001

Depósito legal n.º 118 104/97

ISBN 972-21-0868-9

www.editorial-caminho.pt

Índice

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13

Capítulo I

Mouros e cristãos na Península Ibérica

Quando os mouros venciam	17
Quando os cristãos venciam	19
Amigos hoje, inimigos amanhã	19
Afonso VI de Leão e Castela	21
O auxílio que veio do Sul	23
<i>Uma história da época: A batalha de Zalaca</i>	27
O auxílio que veio do Norte	27
Cavaleiros francos vindos da Borgonha	29
O condado Portucalense	32
A língua	32
A religião	33
O conde D. Henrique	33
D. Henrique e o governo do condado	36
D. Teresa	37
O cerco de Guimarães	38
A batalha de S. Mamede	39
Egas Moniz	41
<i>Uma história da época: A gesta de Egas Moniz</i>	41

A imagem de D. Teresa	45
Os castelos	46
Máquinas de guerra usadas nos assaltos a castelos	48
As igrejas românicas	50

Capítulo II

Os grandes guerreiros

D. Afonso Henriques, o Conquistador	57
Mudança de residência	57
O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra	59
O desejo de independência ganhou força em Coimbra	61
Lutas a norte e lutas a sul	61
A batalha de Ourique	62
Em Arcos de Valdevez	63
A independência de Portugal	65
O casamento do rei	66
A luta continua	67
Uma história da época: A conquista de Santarém	69
A conquista de Lisboa	74
Uma história da época: Lixbona, que linda cidade	75
Defender e povoar as terras conquistadas	82
As classes sociais	84
Além-Tejo, os aventureiros	96
O desastre de Badajoz	97
Uma história da época: Ah! Maldito Giraldo, pérfido cão	99
D. Afonso Henriques, uma figura fascinante	104
D. Sancho I, o Povoador	105
Um casamento prolífico	106
Uma correria para sul	106
A fúria dos Almóadas	106
Uma história da época: O ataque a Santarém	109
Povoar para defender	115
Os filhos de D. Sancho I	116
Braço de ferro com os mouros	118
Uma história da época: A conquista de Silves	119
Lutas com o reino vizinho	123
Grande agitação no final do reinado	123
O testamento do rei	124

Capítulo III

Tempo de conflitos

D. Afonso II, o Gordo	127
As primeiras leis	128
O registo dos documentos	129
Um rei mais forte	130
Os irmãos do rei: Pedro e Fernando	131

Uma história da época: Fernando, um príncipe português na Europa	133
As irmãs do rei: Teresa, Sancha e Mafalda	138
Uma história da época: Sanguessugas em Montemor-o-Velho	139
Uma zanga nunca resolvida	144
Investigar e pôr fim aos abusos	145
Abater o poder do clero	145
Defender as fronteiras	149
Uma história da época: A conquista definitiva de Alcácer do Sal	153
A morte do rei	154
D. Sancho II, o Capelo	154
Juntar forças contra um inimigo comum	155
Anarquia e banditismo	156
Um casamento complicado	157
Uma história da época: A Dama Pé de Cabra	163
A conquista definitiva do Alentejo	164
Alguém que governe!	165
O rapto da rainha	165
Uma história da época com duas versões	167
D. Mécia não quis ser raptada	171
D. Mécia quis ser raptada	174
O poder muda de mão	175

CRONOLOGIA	175
------------------	-----

Apresentação

Com este trabalho pretendeu-se sensibilizar e cativar os jovens para a História de Portugal.

Longos anos de experiência a diversos níveis levaram-nos a concluir que a abordagem inicial da História deve ser narrativa, cronológica, centrada em acontecimentos e nas personagens que os protagonizaram. Assim se adquire um quadro de referências simples e linear mas tão sólido que servirá de alicerce à construção de um saber mais profundo, complexo e multifacetado, à medida que avançarem os anos, as leituras, as etapas da escolaridade. Só então se poderá passar a um estudo satisfatório dos aspectos económicos, sociais e mentais necessários a uma rigorosa compreensão do passado.

Não foi fácil definir a estrutura e o fio condutor a que o livro devia obedecer. Cada época oferece um número imenso de factos que do ponto de vista histórico são significativos. Privilegiaram-se alguns que além de significativos foram considerados sugestivos para a juventude.

As autoras redigiram o texto em termos simples e procurando não deturpar a verdade histórica. Incluíram também pequenas ficções imaginadas a partir de narrativas medievais para proporcionar uma visão mais próxima e pessoal da época. São as «histórias da época».

O historiador forneceu a orientação e a base documental para o texto. Efectuou ainda uma revisão cuidadosa de todo o trabalho.

A língua

Nesta época os habitantes do condado Portucalense não falavam todos exactamente da mesma maneira. A norte do Douro, tal como na Galiza, falava-se uma língua derivada do latim vulgar, o galaico-português. A sul do Douro permanecia uma língua também derivada do latim, à qual se foram misturando muitas palavras árabes ... o moçárabe ocidental. Da junção das duas resultou mais tarde o português.

Quase ninguém sabia escrever, mas os poucos que sabiam, geralmente padres e monges, faziam os seus textos em latim.

A religião

A religião dos habitantes do condado era o cristianismo. No entanto, as orações e os rituais variavam de zona para zona, pois ainda não se estabelecera um modelo único para a missa e para outras cerimónias religiosas.

Nesta época o papa Gregório VII quis impor os mesmos rituais a todo o mundo cristão. Não foi fácil. Surgiram conflitos com bispos, padres, monges, senhores e gente do povo, uns a tomar partido contra, outros a favor.



Os famosos monges de Cluny ⁽¹⁾ puseram-se ao lado do papa e vieram a ter muita influência na vitória da reforma. A pouco e pouco as cerimónias religiosas foram-se tornando idênticas em toda a parte.

O conde D. Henrique, bem como Afonso VI, apoiaram o papa e os monges de Cluny.

O conde D. Henrique

Não ficou nenhuma imagem que nos permita dizer se o conde D. Henrique era alto ou baixo, bonito ou feio. Mas o que se sabe da sua vida ajuda a fazer uma ideia a respeito das qualidades que possuía.

D. Henrique veio para a Península Ibérica disposto a obter glória e riqueza na luta contra os mouros pois, sendo filho segundo, não herdaria nada do pai. Nesse tempo a fortuna transmitia-se apenas ao rapaz mais velho.

É natural que tenha optado por se colocar ao serviço de Afonso VI, rei de Leão e Castela, em virtude de ele ser casado com sua tia Constança. Assim mais facilmente receberia favores.

De facto, Afonso VI distinguiu-o oferecendo-lhe a filha mais nova em casamento e o condado Portucalense.

Acontece que o condado fazia fronteira com os mouros almorávidas; portanto só podia ser entregue a alguém que possuísse qualidades de chefe militar. Era o caso de D. Henrique, que obteve sempre grandes vitórias nas lutas em que participou ⁽²⁾.

D. Henrique e o governo do condado

A maneira como governou o condado permite afirmar que se tratava de um homem inteligente e decidido. O facto de ser estran-

⁽¹⁾ Os monges de Cluny pertenciam a uma ordem religiosa com sede no mosteiro de Cluny, no ducado da Borgonha. O abade superior, Hugo, era tio do conde D. Henrique. No século XI havia 1100 mosteiros de Cluny espalhados pela Europa. Esta ordem adquiriu grande sucesso porque garantia que as suas orações tornavam mais rápida e segura a entrada das almas no Paraíso.

⁽²⁾ Depois de casado, D. Henrique lutou contra os mouros ao lado do sogro. Participou, por exemplo, na batalha de Malagón (1100). Depois da morte de Afonso VI entrou-se nos conflitos de disputa pelo trono de Leão e Castela, dando sempre provas

A gesta de Egas Moniz

Quando em 1127 o rei Afonso VII cercou Guimarães, Egas Moniz, que se encontrava na cidade com D. Afonso Henriques, percebeu que não dispunha de forças para resistir. Receando que acontecesse alguma coisa ao príncipe, decidiu transpor as muralhas e procurar o rei no acampamento.

Pediu-lhe então que levantasse o cerco e deu a palavra de honra que no dia em que D. Afonso Henriques sucedesse à mãe no governo do condado lhe obedeceria e se consideraria seu vassalo. O rei aceitou as condições e retirou.

Mais tarde, depois da batalha de S. Mamede, Egas Moniz lembrou ao príncipe o juramento. D. Afonso Henriques recusou-se terminantemente a cumprir o que o aio prometera. Não tencionava jurar obediência a ninguém.

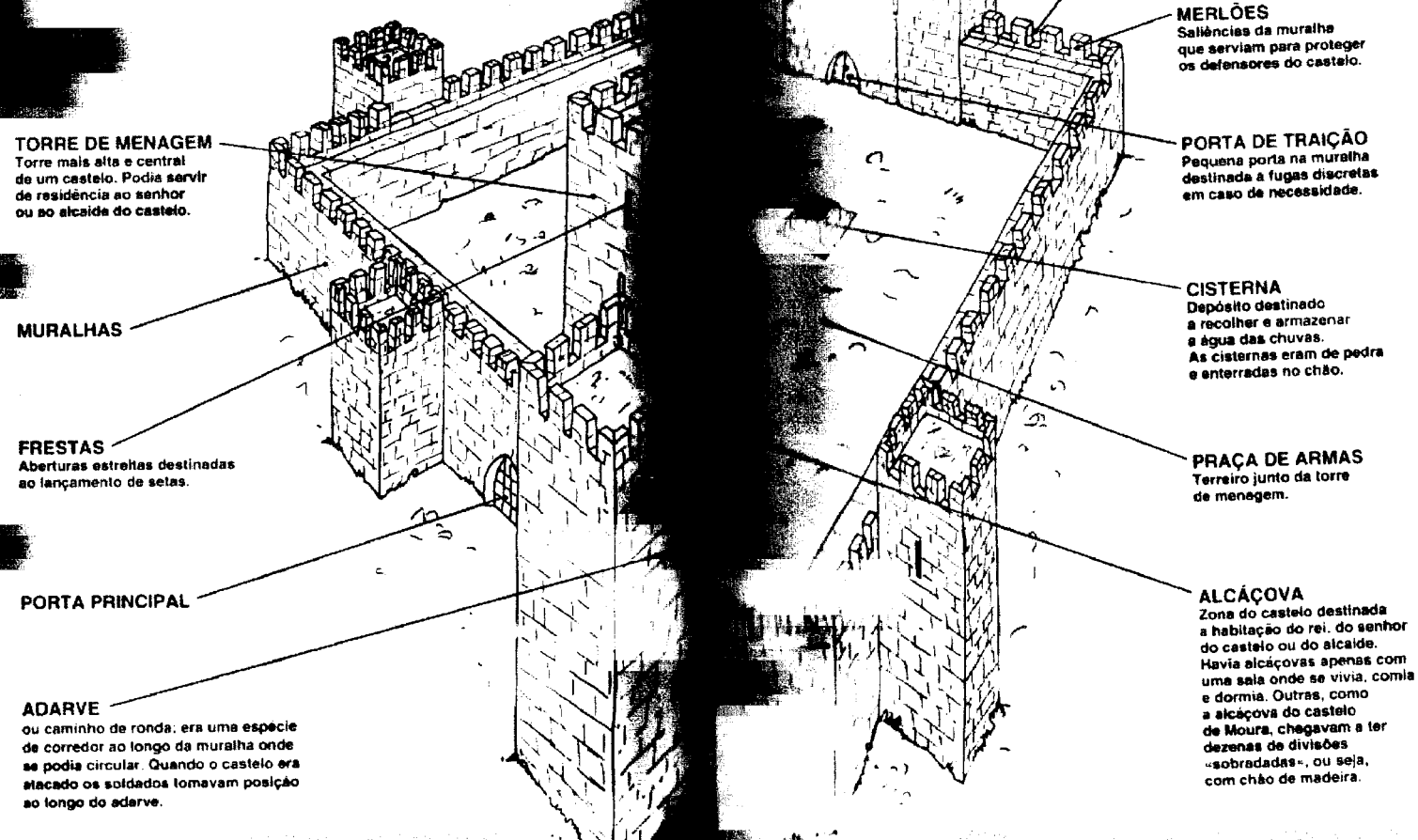
Como Egas Moniz nunca faltara à palavra dada, pensou que só a morte poderia servir de resgate.

Dirigiu-se a Toledo levando consigo a mulher e os filhos, pois a vergonha recaía sobre toda a família.

Apresentaram-se diante do rei D. Afonso VII descalços e com traje de condenados à morte, que era uma túnica branca de pano grosseiro e uma corda ao pescoço. Explicou então que estava ali disposto a morrer com os seus

Os castelos

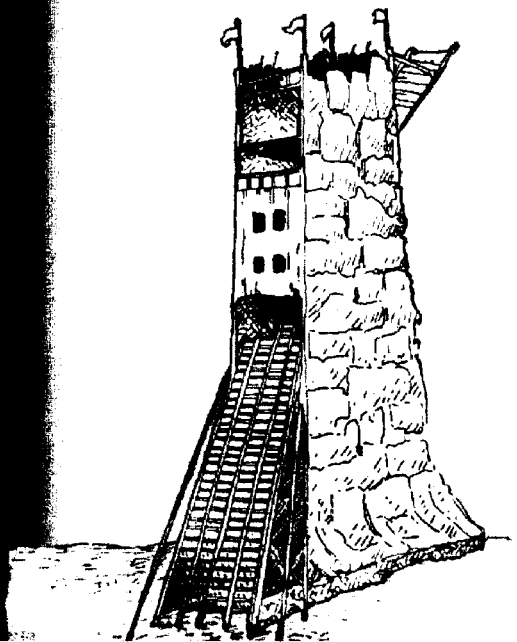
Os castelos erguiam-se para proteger as povoações dos ataques dos inimigos. Não eram todos iguais mas tinham elementos comuns. Dentro da muralha havia pelo menos uma igreja, casas de habitação, hortas, pomares e campos de cereais.



Máquinas de guerra usadas nos assaltos a castelos

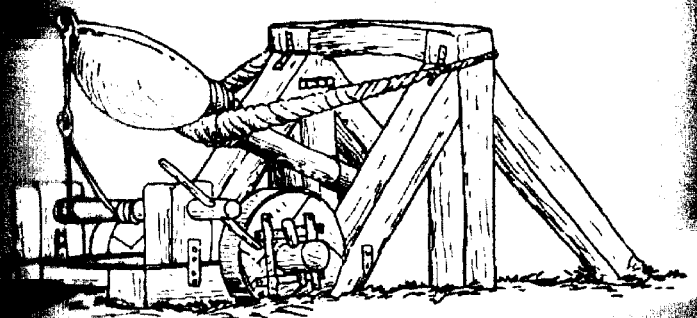
A torre de assalto era construída em madeira e recoberta pelo lado de fora com peles de animais muito bem esticadas. Assim as pedras ou outros projecteis que lhe atirassem faziam ricochete e não partiam a madeira.

No interior a torre de assalto tinha apenas escadas. No topo, estrados e ponte levadiça. Os invasores utilizavam este tipo de torres para poderem saltar para dentro do castelo. Antes do assalto encharcavam a cobertura de pele como defesa para setas a arder.



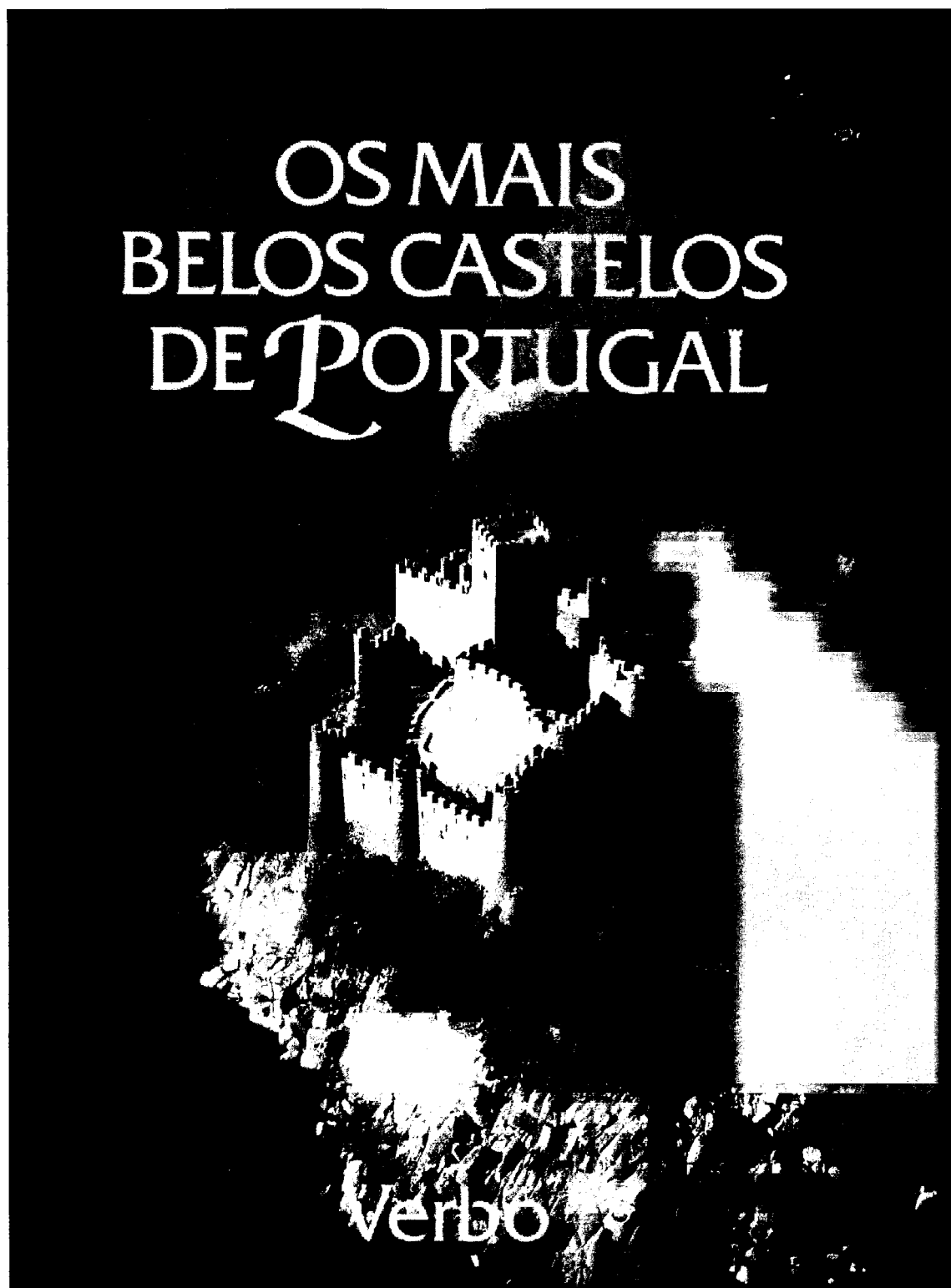
A catapulta era utilizada tanto pelos invasores como pelos defensores do castelo.

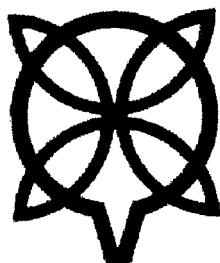
Construída em madeira, disparava projecteis através de um sistema de roldanas e cordas em tensão.



	pela independência	políticos e sociais	artísticos e culturais	com os mouros pela independência	políticos e sociais	artísticos e culturais
1120		Doação do Porto ao bispo D. Hugo.	Construção dos castelos de Soure e Santa Eulália.	1136	Batalha de Cerneja.	
1121		Fernão Peres de Trava passa a viver junto de D. Teresa e a apoiá-la no governo do condado.		1139	Batalha de Ourique. D. Afonso vence os almorávidas.	Construção da Sé Velha de Coimbra. Construção da Sé do Porto.
1127	Cerco de Guimarães pelo rei Afonso VII de Leão e Castela.				D. Afonso Henriques usa o título de rei.	
1128		Doação de Soure aos Templários.		1140	Recontro de Arcos de Valdevez, em que os cavaleiros de D. Afonso Henriques vencem os do rei D. Afonso VII.	
		Doação do mosteiro de Leça do Balio aos Hospitalários.		1143		Tratado de Zamora. D. Afonso Henriques é rei de Portugal.
	Batalha de S. Mamede entre D. Teresa e D. Afonso Henriques.	D. Afonso Henriques passa a governar o condado Portucalense.		1143-1185		
1131		D. Afonso Henriques passa a residir em Coimbra.	Fundação do mosteiro de Santa Cruz em Coimbra.	1145	Reconquista de Leiria.	
1135			Construção do castelo de Leiria.	1146		Casamento de D. Afonso Henriques e de D. Mafalda de Sabóia.
				1147	Conquista de Santarém.	Fundação do mosteiro de S. Vicente de Fora em Lisboa.
					Conquista de Lisboa.	

Anexos de *Os Mais Belos Castelos de Portugal*





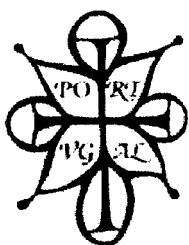
Apenas se pode compreender a luta cristã para a definição do território, contemplando a silhueta do Castelo dos Templários, em Tomar, que depois serviu de ponto de acção à Ordem de Cristo para tornar possível os descobrimentos henriquinos. Mas não se pode tão-pouco captar a expansão para o Sul, sem ter em conta a epopeia da Ordem Militar de Sant' Iago, que no castelo de Palmela dominava a península do Tejo ao Sado.

Na mudez das suas pedras venerandas, os castelos de Portugal guardam o segredo de uma fala que teve lugar no tempo e no espaço — nos quase nove séculos em que o nosso País se criou como Estado, se robusteceu como Pátria e se definiu como Nação. Restos de um passado de glória, os nossos castelos são um reconforto para os bons portugueses no desencanto da vida de hoje. Para os que amam a terra em que nasceram, eles despertam um mundo de lembranças que nos prendem o coração e se entrelaçam na alma.

Por isso, os castelos são uma permanente lição de história e não menos de geografia cultural. O seu melhor conhecimento impõe a salvaguarda de um património que tanto sofreu com as inclemências do tempo e a injúria dos homens. Com a sua vasta cultura e talento artístico, o Arquitecto Júlio Gil compôs uma obra digna de encómios. Porque é um regalo para os olhos e uma fonte de ensinamentos. Por ela o felicito, agradecendo o grande serviço que assim presta ao conhecimento da história dos velhos castelos de Portugal.

Lisboa, Natal de 1985

J. Veríssimo



A primeira das três partes em que se dividiu esta carta dos belos castelos continentais corresponde ao Condado Portucalense aliás de imprecisa delimitação nas fronteiras setentrionais e levantinas, mais fluidas ainda no território meridional. Os cavaleiros portucalenses, veteranos companheiros de armas do conde D. Henrique, confiaram ao jovem Afonso Henriques a chefia do prosseguimento da luta, a aventura da construção do Reino. Estrutura da defesa nacional, os castelos de então — em grande parte fundados sobre ruínas de fortificações romanas, aproveitados outros de fortalezas muçulmanas — levantam-se em zonas bem determinadas em função da importância estratégica. Depois, nas implicações políticas e a evolução do armamento e da ciência guerreira vieram acrescentar outras fortalezas e também relegar a secundário plano algumas quantas.

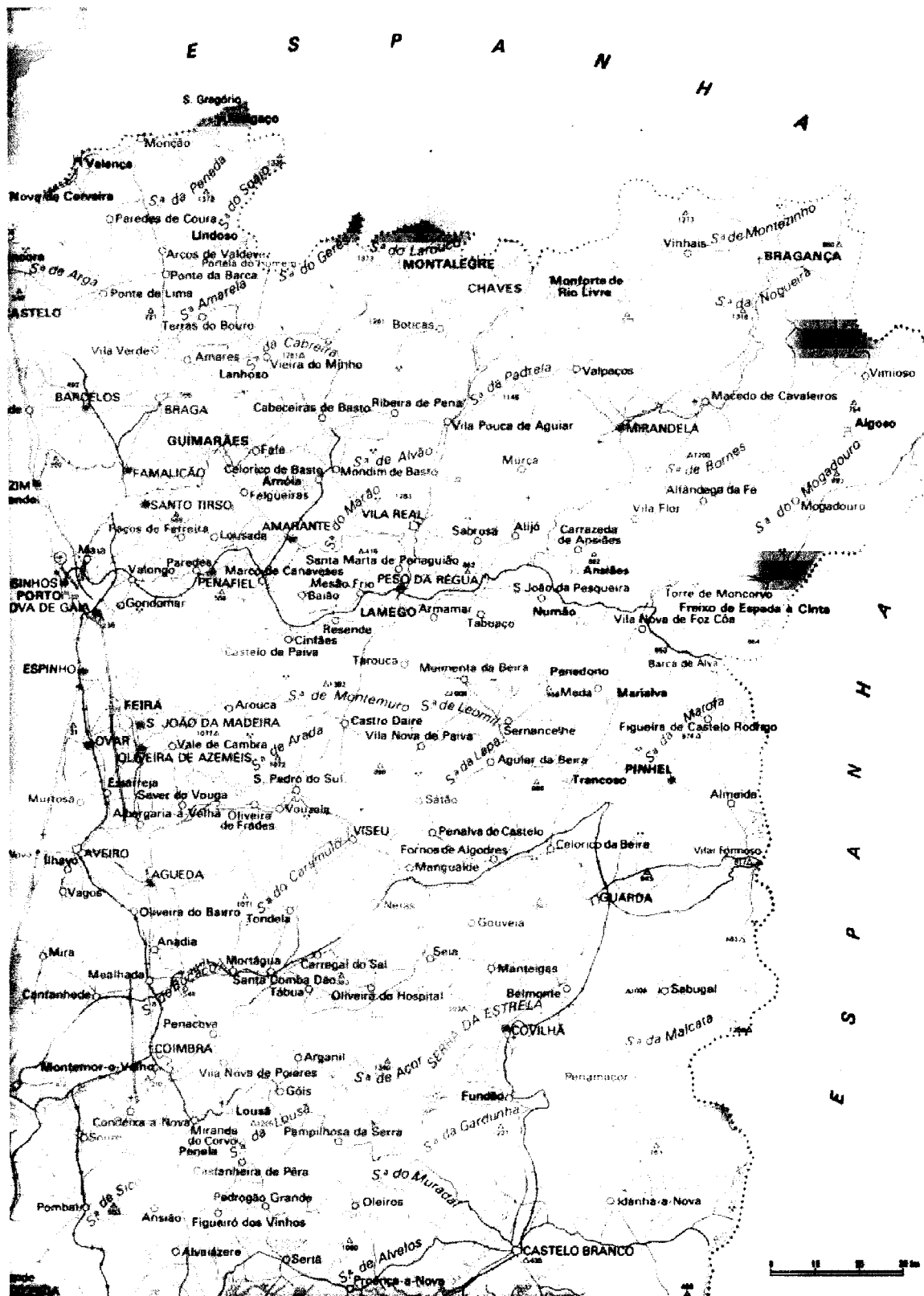
Do núcleo básico de ordem política e religiosa, ao redor de Braga destacam-se o Castelo de Guimarães, que viu nascer Portugal, e os roqueiros de Lanhoso e Arnóia. Ao longo da margem sul do rio Minho, alinham-se a altaneira torre de Melgaço, entre muralhas de Valença, magnífica praça-forte da Idade Moderna esquecida da fortaleza medieval, o Castelo de Cerveira e suas paisagens, e sua comodidade, a Fortaleza da Ínsua, guarda da barra e de pequeno cenóbio.

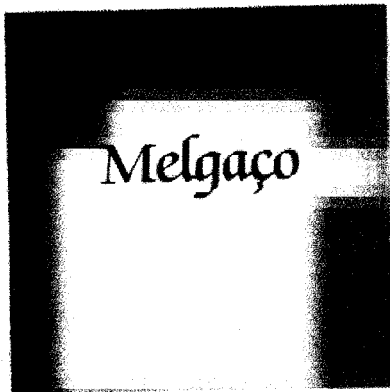
Pela raia seca somaram-se às naturais e grandiosas defesas das penhascosas montanhas monumentos militares como o de Lindoso de Montalegre, em elevadas plataformas, o de Chaves na fértil alameda convidativa às invasões e o de Monforte do Rio Livre, vigilante próximo em áspero cimo, o Castelo de Bragança, notável obra de arte, o de Algosó, brotado das fragas, e o de Freixo de Espada à Cinta, esbelta vigia da fronteira duriense.

Protegiam o Douro e suas terras as muralhas de Marialva, Nuno Álvares Pereira, Ansiães, guardiãs de medievais burgos mortos; adiante, o Castelo de Lamego, revitalizado pela juventude e, já perto do mar, o da Feira original, senhoril, importantíssimo na formação do Reino.

Da fronteira inicial, o elegante Castelo-alcáçova de Penedono e o de Trancoso, heróico, definem a linha que desce do Douro ao nascente Mondego; no curso final deste, Coimbra fortificava-se bem — os lendários Castelos da Lousã, Penela e Montemor-o-Velho testemunham a grande barreira à reconquista islâmica.

Pela orla costeira erguem-se fortalezas abaluartadas que o constante crescer de ameaças navais impôs — as de Áncora, Viana do Castelo, Vila do Conde, Queijo, Foz, constituem exemplos assinaláveis por sua qualidade arquitectónica e beleza panorâmica desse tipo de obras militares marítimas.





Pouco faltava para terminar a grande torre de madeira que iria encostar-se à muralha de Melgaço e por aí entrarem os Portugueses, quando se travou raro combate singular.

Uma mulher, de alcunha *Arrenegada* por se haver bandeado com o inimigo, desafiou outra, Inês Negra, fiel combatente lusitana. Diz Fernão Lopes, «escaramuçaram duas mulheres bravas...»

Enfrentaram-se com armas de que não reza a crónica, quebradas nos primeiros embates. A punho limpo, dentes, unhas e pés prosseguiu a luta até à fuga da *Arrenegada* para o castelo «levando nos focinhos muitas nódoas de punhadas» — isto diz a crónica. Inês Negra, em triunfo no arraial, deu novos alentos aos Portugueses. Na manhã seguinte levou-se a torre à muralha e Melgaço foi libertada após 52 dias de assédio.

Vencera-se Aljubarrota dois anos antes, mas a guerra com Castela arrastava-se, não desistindo uns da sua ambição e do que julgavam seu direito, batendo-se os outros por sua independência. A margem sul do rio Minho continuava ocupada pelos castelhanos decididos a dominar a região com fortes guarnições nos castelos e na maior parte das povoações fortificadas.

Não admitia D. João I que se prolongasse tal situação. Ordenou uma ofensiva destinada a recuperar o Alto Minho e, um a um, os pontos estratégicos foram reconquistados — o Castelo de Neiva capitulou, em Viana um valente escudeiro levou impreviada força popular ao ataque do castelo, aprisionou toda a guarnição e morreu na gloriosa conquista. Ponte de Lima libertou-se também graças à indómita população, os ocupantes de Caminha, Cerveira e Monção renderam-se.

Faltava Melgaço. E Melgaço era fundamental, tão próximo do ponto onde o rio Minho começa a ser fronteira e dominante do ângulo extremo setentrional do País. Por isso, nutrida tropa inimiga guardava a vila fortificada, demonstrando desde o início do assédio grande valor defensivo.

Em Braga, D. João I presidia à reunião de Cortes e sofria com as notícias vindas de Melgaço, até decidir tomar para si o comando do cerco.

Nos primeiros dias após a chegada do rei, a situação mantivera-se. D. João mandou fabricar a torre rolante, que levou três semanas de trabalho, mas valeu a pena.

Da eficaz fortificação não se conhece a idade. É possível ter havido aqui construção castreja, pré-romana, mas não se conhece qualquer documento comprovativo.

Durante a curta ocupação muçulmana, no século IX, levantaram os invasores neste local uma fortificação, chamada Castelo do Minho, mas já totalmente arruinada quando o conde D. Henrique enchia os caboucos de Portugal.

Encontrava-se nesse tempo deserta a região, um dos desastrosos frutos do avanço de Almançor a caminho de Santiago de Compostela.

No entanto, ao conceder o nosso primeiro rei um foral a Melgaço em 1183 (ou 1181) existia povoação para o merecer,

talvez aqui fixada havia própria do próprio rei.

Por ordem de D. Afonso de Pedro Pires, prior de Longos Vales, a edificação demonstra o conhecimento estratégica de Melgaço, referido a essa obra só existia de D. Sancho I.

Muito danificadas as 6 invasores leoneses nas operações provocada pela questão de D. Sancho I e o irmão Afonso II, seriam restauradas pois por D. Sancho II, o conde a nomeação de D. Afonso III.

robusta muralha encontra-se a arruinada cisterna.

Todo o cimo da muralha casteleira constitui um amplo e seguro passeio, regalo dos olhos presos das deliciosas paisagens desta *raia húmida* de largos socacos lavrados que descem sem pressas para o rio, grandeza de suavidades vigiadas por este singular complemento de tão diferente beleza, negros muros feridos em sua protecção.

Desde o século XV e por largo período a alcaidaria pertenceu à Casa de Bragança.

Os diferentes azares da Guerra da Restauração levaram ao Castelo de Melgaço outros cercos, outras destruições, duros preços de ocupar sítio tão cobiçado.

Pouco se descobrem hoje vestígios da terceira linha amuralhada e abaluartada do século XVII, estendida por menos elevados níveis. Por certo, o seu desmantelamento não se deverá só a desastres de guerra. Uma canhoneira sobrevivente, no lado ocidental e próxima das antigas muralhas, serviria no nosso século para instalações da Guarda Fiscal.

Com a I Invasão Francesa, a tropa napoleónica ocupou o castelo e a vila de Melgaço que sofreram a sua parte dessa geral tragédia. A gente daqui, porém, não foi capaz de aguentar muito tempo as botas de Junot. Disposta a readquirir a sua liberdade por qualquer preço, levantou a primeira bandeira portuguesa de revolta, assaltando e retomando o castelo.

Expulsos os invasores a 11 de Junho de 1808, aclamava a vila o príncipe regente D. João. Acendera-se o rastilho e pegava vitoriosos fogos pelo País adiante, animados pelo exemplo de Melgaço. Em breves dias Bragança, o Porto, todas as províncias do Norte, o Algarve, o Alentejo, celebravam a liberdade reconquistada.

Na página ao lado: De muito longínquos lugares portugueses e espanhóis, a medieval e forte torre de menagem desafia, recorda, impõe-se.

Em baixo: O largo adarve, já sem parapeto, permite ainda o circuito completo da cerca castrense e a contemplação de belíssimas paisagens.

Ao fundo: Bombardeiras defensivas da porta do castelo, aberta à vila — para o exterior, sobre terraços e patios de vizinhos, as buéiros encontram-se tapados.

para a coroa, certamente pela militar da vila. E o genial confirmaria essa decisão e teria sua a elevação da segunda linha das que envolveram o antigo este amuralhamento resta o anexo a noroeste. Na sua maior muralha da vila viu-se sacrifício urbano.

reira muralha, um quadrilátero encurvados, encerra um terreiro de chão granítico a meio do eleva sobre rochoso espigão a torre de menagem, coroada por idim de ressaltos, apoiado em a continuação e com ameias pentagonais norte da torre e próximo da





BALCÃO

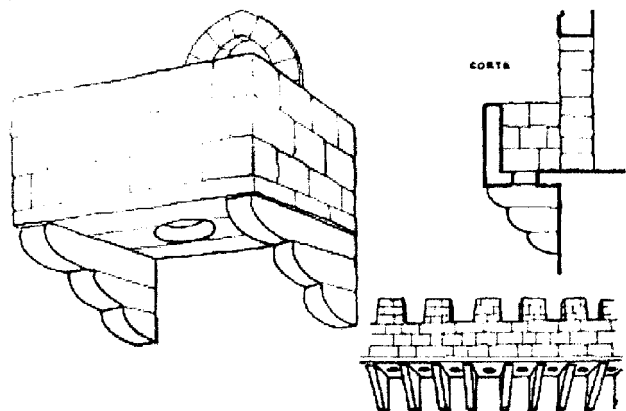
Elemento de defesa vertical, o balcão situou-se com maior frequência sobre as portas das fortalezas; também se vê no eixo de muros de numerosas torres ou em seus cunhais e a meio de cortinas. A sua função específica era de despejar sobre os assaltantes quanto fosse capaz de lhes neutralizar a acção — pedras, chumbo derretido, líquidos em ebulição — e para isso o pavimento do balcão era furado com bueiros, também chamados «ladroneiras» e «mata-cães».

Exposto como estava ao fragor mais intenso do combate, o balcão tinha de ser de robusta fábrica e bem defendidos os que nele actuavam; os árabes davam-lhe cobertura deixando unicamente pequenas aberturas de vigia, além dos indispensáveis bueiros. Sustém o balcão mísulas, ou cachorros, encaivadas no muro e entre as quais se abrem os bueiros.

Na época de D. Dinis o balcão — tal como outras partes do castelo — ganha elegância e mesmo trato decorativo. Aberto superiormente, nos cunhais e por vezes a meio dos parapeitos sobem-lhe prumos de cantaria, como que estreitas seteiras, apoios da lide defensiva e elementos característicos daquele período trecentista. As mísulas recebem mais elaborado apuro de desenho nos seus alongados perfis

Em elevadas alturas de torres ou nos seus cunhais e também nos alarves de muralhas entre duas torres ou cubelos estenderam-se por vezes longos varandins balançados da vertical dos muros, igualmente suportados por cachorradas de pequenos intervalos e esburacados com bueiros ou mais amplamente vazados — dá-se a esses extensos varandins de mata-cães o nome de *máchoulis*. Para lá da sua eficácia, compõem

trechos de grande efeito estético. De modo vieram substituir o emprego de balcões de madeira, tablados a que chamam «cadafalsos», cuja leveza material e maior largura, mas frágeis e combustíveis para obviar esta grave susceptibilidade, tiam-nos de peles de animais recentemente abatidos; deixaram de construir-se nos séculos XIII.



Anexos de *O Castelo Estratégico Português...*

ANTÓNIO LOPES PIRES NUNES
TENENTE CORONEL

**O CASTELO ESTRATÉGICO
PORTUGUÊS
E
A ESTRATÉGIA DO CASTELO
EM PORTUGAL**

**LISBOA
1988**

ANTÓNIO LOPES PIRES NUNES
TENENTE CORONEL

O CASTELO ESTRATÉGICO
PORTUGUÊS
E
A ESTRATÉGIA DO CASTELO
EM PORTUGAL

Conferências proferidas no contexto da área científica "Evolução do Conceito Estratégico Nacional" do Mestrado em Estratégia, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.) da Universidade Técnica de Lisboa, nos anos lectivos de 1985/86 e 1986/87. Os textos das conferências foram reformulados tendo em vista o apoio à disciplina de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar do Curso de Museologia Militar, levado a efeito pelo Serviço Histórico Militar no ano de 1988.

LISBOA
1988

b — A Fortificação Abaluartada

À fase de transição sucedeu a Fortificação Abaluartada. Poderemos definir como sendo a fortificação adaptada à defesa contra armas de fogo já desenvolvidas que perdeu todas as características medievais e tem o baluarte como elemento caracterizante. As suas fortalezas são de muros baixos e grossos com merlões e canhoeiros, estando definitivamente ausentes os torreões, as ameias e a torre de menagem medieval.

Como dissemos, é possível retomar a evolução da fortificação estratégica na fortaleza de S. Brás (1552) ou nos baluartes da muralha de Lagos (1553-54) que ostentam baluartes nos ângulos e canhoeiros ao alto. As fortalezas do mesmo tipo, que lhe são coevas ou lhe sucedem, mesmo as mais poderosas, como a de S. Julião da Barra (1560), são ainda muito simples quando comparadas com as de meados do Séc. XVII, mas são inequivocamente abaluartadas (56).

A influência italiana (57), que está patente na Torre de Belém, continua durante todo o Séc. XVI e parte do Séc. XVII, mesmo no governo dos Filipes, durante o qual vieram para Lisboa arquitectos italianos que esboçaram algumas das mais conhecidas fortalezas nacionais, como a de Bugio (1562) e de S. Filipe de Setúbal (1592).

Por meados do Séc. XVII parece desenhar-se, no nosso país, uma preferência pela Escola Holandesa mas, com a Restauração, D. João IV seguiu a Escola Francesa (tal como a Holanda, uma derivante da italiana, que durante o Séc.

XVI, esteve sempre na vanguarda da fortificação de transição e abaluartada), nomeando Engenheiros-Mor do Reino de nacionalidade francesa.

A fortificação fez-se em Portugal, durante algumas décadas, sem que se tenham adoptado directamente qualquer dos métodos de Vauban, que não as suas concepções que, em última análise, se traduziram numa forma racional de adaptação da fortaleza ao terreno a fortificar.

Como por toda a Europa, foram-se construindo obras exteriores para complementar a fortificação da praça, que estão bem patentes em fortificações portuguesas.



Fig. 10 — Fortificação abaluartada com toda a espécie de obras exteriores (de "o Engenheiro Português" de Manuel de Azevedo Fortes, Lisboa 1729, Tomo II)

(56) Embora não seja muito certo fazer corresponder a evolução da fortificação à evolução dos estilos artísticos, uma vez que a evolução da arte militar se teria procedido naturalmente por razões funcionais e não artísticas, há uma certa correspondência do estilo românico e gótico, à 1.ª e 2.ª fase da arte de fortificar medieval, a que aludimos.

Alguns autores aceitam que essa correspondência se estende para os estilos renascença e maneirista e denominam a fortificação desta época de Fortificação Maneirista. Veja-se Moreira, Rafael, A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal, em A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica, Actas do Simpósio Internacional das Comemorações do IV Centenário da morte de João de Ruão, 1.ª parte, Coimbra, 1981.

(57) Vinda essencialmente do Ducado de Urbino.

6. CASTELO IBÉRICO-CASTELO ESTRATÉGICO. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O conhecido pensamento do militar filósofo da guerra, Carl Von Clausewitz "A guerra é a continuação da política por outros meios", geralmente aceite como actual, contém implicitamente a ideia de que a guerra e a consequente preparação de um país para nela intervir é decidida por quem tem capacidade política.

A afirmação conduz à seguinte definição de castelo estratégico:

"castelo incluído no conceito de defesa militar activa de um território, formulado por quem legitimamente tinha capacidade para isso".

Em geral, só o rei definia a estratégia de defesa do Reino e a concretizava mas ela podia ser parcialmente delegada, como sucedeu na defesa de certas áreas de Portugal que foram entregues à guarda dos Templários ou às outras Ordens Militares. Nesta conformidade, é lícito falar-se, por exemplo, na estratégia dos Templários e denominar de estratégico um castelo nela inserido.

Porque um castelo nestas circunstâncias é típico da Península Ibérica onde, pertencendo ao rei, servia de abrigo ou de base de tropas, o que o distingue dos castelos dos outros países europeus que foram, sobretudo, residências senhoriais fortificadas, poderemos dizer que apenas em Portugal e em Espanha os castelos foram estratégicos, constituindo hoje um património inestimável do nosso passado militar, que urge preservar a todo o custo.

II — A FORTIFICAÇÃO NA IDADE DO BRONZE E DO FERRO

Nem sempre, porém, houve distinção entre os castelos do território europeu, como veremos através de breve análise histórica, que iniciaremos na Idade do Bronze.

Na *Iliada*, Homero, transporta-nos às muralhas ciclópicas do Bronze grego, o mais renomado do mundo de então, quando as cidades (Tirinte, Orcómeno, Micenas, entre outras) eram defendidas por muralhas de formidável espessura que as tornavam praticamente inacessíveis. ⁽¹⁾

A localização destas povoações fora muitas vezes ditada por razões comerciais e nem todas se localizavam nos altos, compensando com a espessura a deficiência que constituía, para a defesa militar, uma localização topográfica militarmente pouco cuidada. ⁽²⁾

Situamo-nos na época da Guerra de Troia (1130 a.C., aprox.), na qual, durante anos, a coligação grega, daquelas cidades, não logrou ultrapassar as muralhas de Troia senão quando o EEC Homem, por um artil, simbolizado no estratagema do cavalo, passou por elas sem uma acção de força.

Estas muralhas não têm correspondência conhecida na Península Ibérica.

Parece óbvio o excepcional valor desempenhado pela fortificação, quando os EEC em presença se equivaliam. De um lado, o poder de choque dos gregos senhores absolutos de todos os segredos do bronze; do outro, o movimento dos troianos (domadores de cavalos, segundo Homero) e a indispensável protecção e, em ambos, armas iguais e valor iguais dos seus heróis.

(1) Homero, *A Iliada*. Apesar desta obra ter o aspecto de epopeia romaneada, à maneira dos *Lusiadas*, ela não pode deixar de ser vista como um verdadeiro tratado da Arte da Guerra do final da Idade do Bronze, quando se defrontavam os gregos, com domínio no EEC Choque, contra os troianos dotados com o EEC Movimento.

(2) Pensa-se mesmo que a guerra de Troia tinha como objectivo a conquista, pelos gregos, da excepcional posição estratégica de Troia, ao Norte da Ásia Menor, controlando o comércio do oriente e a conquista das grandes planícies produtoras de gado cavalar.

CAPÍTULO I

SUMÁRIO.....	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DE COMBATE. A FORTIFICAÇÃO. O CASTELO	15
3. A PROTECÇÃO COMO ELEMENTO ESSENCIAL DE COMBATE..	18
4. O ATRASO DA PROTECÇÃO PERANTE OS EEC PRÓPRIOS DO ATAQUE	20
5. LIMITE HISTÓRICO DA FORTIFICAÇÃO MEDIEVAL EM PORTUGAL	22
6. CASTELO IBÉRICO — CASTELO ESTRATÉGICO. EVOLUÇÃO HISTÓRICA. A FORTIFICAÇÃO:	24
a. DA IDADE DO BRONZE E DO FERRO	25
b. ROMANA	27
c. BIZANTINA	29
d. VISIGODA.....	30
e. ÁRABE	31
f. MEDIEVAL CRISTÃ IBÉRICA.....	34
7. CASTELO EUROPEU — CASTELO SENHORIAL. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	38
8. MISSÃO GERAL DO CASTELO ESTRATÉGICO	42
9. MISSÕES ESPECÍFICAS DO CASTELO ESTRATÉGICO	44
10. REQUISITOS DE UM CASTELO ESTRATÉGICO	47
11. EVOLUÇÃO TÉCNICA DO CASTELO ESTRATÉGICO EM PORTUGAL	49
12. NOVAS FORMAS DE FORTIFICAÇÃO ESTRATÉGICA EM PORTUGAL	54
a. A FORTIFICAÇÃO DE TRANSIÇÃO	54
b. A FORTIFICAÇÃO ABALUARTADA	62

189

